

ORTEGA:
Entrevista exclusiva

E.U.A.:
A invasão
japonesa

CADERNOS DO
**terceiro
mundo**

PUBLICAÇÃO MENSAL • Nº 130 • Cr\$ 125,00 • BOA VISTA, MANAUS Cr\$ 165,00 • ANO XIII

Plano Collor



RECESSÃO

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30
chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30
Chegada / Luanda: 04:30
(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

A PUBLICAÇÃO INDISPENSÁVEL PARA SUA PESQUISA E CONSULTA.

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

São 674 páginas com informação objetiva e independente sobre todos os países do mundo, com o olhar de quem "vê o Terceiro Mundo com os próprios olhos."



Contém:

Dados de história, economia, geografia e política.
Suplemento especial sobre Brasil.
Mais 1000 mapas e gráficos.
As organizações internacionais, como funcionam e porquê.
Temas da atualidade tais como: matérias-primas, tecnologia, fome, dívida externa, aids, transnacionais e outros.

Atende a:

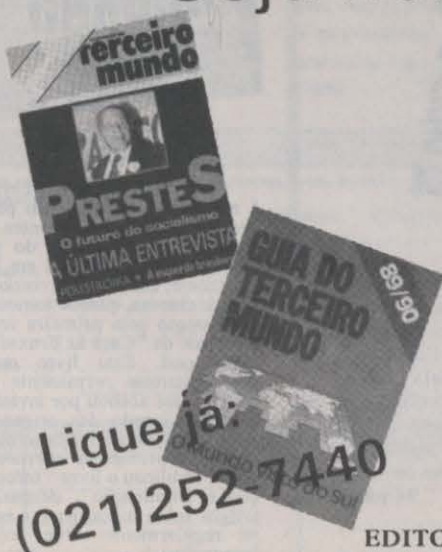
Professores, Estudantes,
Jornalistas, Administradores,
Economistas, Industriais,
Políticos, Exportadores,
Diplomatas e outras atividades.

O produto:

Impressão em papel de qualidade.
Formato amplo (21x28cm).
Diagramação moderna e ilustrada.
Acabamento reforçado (costurado e colado).

GANHE MAIS CRUZEIROS TODOS OS MESES

Seja nosso **REPRESENTANTE**
em sua cidade.



Ligue já:
(021)252-7440

Escreva para nós ou
telefone ainda hoje.

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA - Rua da Glória, 122 grupos 104 a 106
tel.: (021)252-7440 CEP: 20241 - Rio de Janeiro - RJ

CAÇA ÀS BRUXAS

Postal
Cultural

ANO III - 1990 - Revista 130

PEDIDOS: CUPOM NO
VERSO, OU (021) 252-7440

terceiro
mundo

A Batalha dos Trilhos

O PILÃO DA MADRUGADA



De: Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro)

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no front das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Como jornalista, político e parlamentar, de intensa atuação, Neiva Moreira foi e continua sendo protagonista e testemunha privilegiada de acontecimentos decisivos nesta segunda metade do século, não só no Brasil como em muitos países do Terceiro Mundo. Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial". 464 págs.

José Louzeiro

E-208

Cr\$ 750,00

BASES PARA UMA POLÍTICA
NACIONAL DE TRANSPORTE

De: Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a rodovia pela ferrovia e hidrovia, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.



A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que iniciou carreira profissional, sempre voltada à implantação de sistemas viários. Nos últimos 20 anos, teve participação significativa em praticamente todas as construções ferroviárias realizadas no País. 94 págs.

E-211

Cr\$ 300,00

MACARTISMO: UMA
TRAGÉDIA AMERICANA

De: Argemiro Ferreira

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a sociedade norte-americana foi abalada por uma onda de obscurantismo que ficou conhecida como "Caça às Bruxas", numa alusão ao episódio da perseguição e eventual queima de feiticeiras nas fogueiras da Inquisição. "Ameaça Vermelha" tornou-se a expressão mágica para fundamentar um estado de quase histeria coletiva, alimentado pelos meios de comunicação e que teve no senador Joseph (Joe) McCarthy o seu mais notório manipulador, a ponto de emprestar o nome ao neologismo criado para definir o fenômeno - "macartismo".

A histeria macartista, cuja origem, afirmação e propagação este livro procura relatar, atingiu especialmente a chamada indústria do entendimento (cinema, rádio e televisão), mas alcançou, com seu potencial destrutivo, todos os setores da sociedade. Suicídio, tragédias familiares e desemprego foram alguns dos efeitos visíveis da caça às bruxas, que envenenou o dia-a-dia dos norte-americanos, semeou suspeitas, fabricou listas negras, encenou rituais de purificação e santificou a figura do delator.



O AUTOR Argemiro Ferreira é mineiro, jornalista com passagem pelos mais importantes veículos de comunicação do país. Começou a sua carreira em Belo Horizonte, aos 21 anos, como crítico de cinema, quando tomou conhecimento pela primeira vez da realidade da "Caça às Bruxas" de Hollywood. Este livro resulta desse interesse permanente pelo assunto que acabou por arrastar o autor ao estudo das origens da guerra fria, do fluxo da informação e dos problemas internos dos EUA. Publicou o livro "Informação e Dominação", dezenas de artigos sobre macartismo e escreve regularmente sobre política internacional. 272 págs.

E-209

Cr\$ 900,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64
De: Dênis de Moraes



O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964. Pela primeira vez em muitos anos, os personagens não só refletem com profundidade sobre as causas da derrota do movimento popular, como fazem revelações a respeito de fatos até hoje controversos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o General Nelson Werneck Sodré, o Capitão Eduardo Chuahy e os Brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 págs.

E-202 Cz\$ 1.200,00

CONVERSAS COM BETINHO
De: Ricardo Gontijo



"E o Brizola, afinal, recebeu ou não recebeu dinheiro de Fidel Castro? Nesse período de divisão entre insurreição e guerrilha, o antigo líder da Rede da Legalidade adotou a posição de permitir as duas estratégias, liberando os adeptos de cada uma a fazerem o que bem entendessem. Houve, então, um apoio de Cuba ao movimento encabeçado por Brizola, tendesse ou não para a guerrilha. Foi por aí que veio algum recurso, destinado a passagens, treinamento de pessoal e despesas que surgissem no processo. A primeira ida a Cuba, para fazer este tipo de articulação, fui eu quem fui, no princípio de 65. Minha missão era estabelecer a relação Cuba-Brizola. Uma viagem fantástica."

Esta é apenas uma das revelações contidas num livro muito interessante, escrito numa linguagem jornalística e sem pretensões dogmáticas nem proselitistas. 184 págs.

E-195 Cr\$ 318,00

MEMÓRIAS DE UMA GERAÇÃO ASSASSINADA
De: Newton Cuña

É um romance ágil, que revivencia o cotidiano brasileiro num ano especialmente importante para a história e vida nacionais: 1968.

Humano e tocante na delicadeza com que trata das personagens. instiga a reflexão e enriquece as prateleiras que cultivam literatura de bom gosto. 138 págs.

E-206 Cr\$ 300,00

DESENVOLVIMENTO E CONVERGÊNCIA
De: Celso W. Bueno



Adotem a rota do socialismo, ou do capitalismo, os países do Terceiro Mundo jamais chegarão a reproduzir os padrões de produção e de consumo das nações ricas, simplesmente porque esses padrões dependem de transferências de recursos vindos dos próprios países do Terceiro Mundo, a baixos preços, o que obriga af baixos salários. O único desenvolvimento viável é o que otimiza o uso dos recursos naturais e humanos de cada região, do que resultarão padrões sóbrios, equilibrados social e ambientalmente.

Este livro se apóia na experiência vivida por seu autor em mais de 40 países - capitalistas e socialistas ricos, capitalistas e socialistas pobres.

Formado no Brasil, e com pós-graduação nos Estados Unidos e na França, Celso W. Bueno foi durante 10 anos membro da equipe técnica das Nações Unidas, para a área do desenvolvimento. De volta ao Brasil, é hoje professor da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, onde seus cursos despertam inusitado interesse.

O livro é um trabalho pedagógico, visando a qualificar o leitor - sobretudo os estudantes e os técnicos - para o questionamento da sociedade em seu todo. 242 págs.

E-214 Cz\$ 750,00

O JOGO DA DIREITA
De: René Dreifuss



Sabe-se, há tempos, que as elites "plantam" notícias, fabricam greves e passeatas, formam lideranças populares "confiáveis" e contam com o apoio de seus pares do Primeiro Mundo, até para derrubar incômodos presidentes eleitos pelo voto. Este tem sido o jogo, em vários países da América Latina. Agora, neste "O jogo da direita", o autor apresenta, passo a passo, o "frio" e sofisticado processo das elites, em tempo de abertura e "normalidade". O cenário é o Brasil da Nova República, onde os zelosos e competentes jogadores da direita sempre avaliar a qualquer ensaio de avanço social.

Para o atento observador do Brasil político, o passeio pelas páginas do livro será equivalente ao prazer de destampar uma caixa de surpresas. Aqui, a História recente não saiu de arquivos secretos ou fontes clandestinas. Foi escrita a partir de 75 mil páginas de jornais e revistas, pacientemente recortadas e organizadas, como se fossem peças embaralhadas de um imenso e fascinante quebra-cabeça. 295 págs.

E-207 Cr\$ 739,00

• Desejo receber pelo reembolso postal os livros e discos assinalados, com desconto que tiver direito.

() assinante () não-assinante

Nome
Endereço
Bairro Cidade
Estado CEP Tel:
Profissão

comprador

TABELA DE DESCONTOS

- 15% Para assinantes com pagamento antecipado, para Cr\$ 1.000,00
- 10% Para pagamento antecipado de pedido acima de Cr\$ 2.500,00
- O preço dos livros esta de acordo com as tabelas das respectivas editoras.

VALIDADE
15.06.90

APÓS A DATA DA VALIDADE, COBRAREMOS PREÇOS ATUALIZADOS

CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE	CÓDIGO	QUANTIDADE

CADERNOS DO terceiro mundo

**Assine agora e
ganhe da inflação
por 12 meses**

RECADO:

FAÇA SUA RENOVAÇÃO
ANTECIPADA COM
20% DE DESCONTO.
VEJA TABELA
"OUTROS PREÇOS"

GUIA DO TERCEIRO MUNDO

**Adquira já
seu exemplar**

- ENVIE UM PEDIDO COM ATÉ 4 ASSINATURAS OU GUIAS E GANHE ATÉ 4 LIVROS DE BRINDE.
- SE VOCÊ ENVIAR 5 OU MAIS ASSINATURAS OU GUIAS GANHARÁ 1 GUIA DE BRINDE E MAIS 1 LIVRO PARA CADA ASSINATURA A MAIS.

QUANTIDADE DE GUIAS	PREÇO PARA CADA EXEMPLAR DO GUIA DE ACORDO COM A QUANTIDADE
1	2.000,00
2	1.800,00
3	1.700,00
4	1.600,00
5	1.400,00

EXEMPLO: 5 Guias = 5x Cr\$ 1.400,00 = Cr\$ 7.000,00 e ganhe 1 Guia de brinde

QUANTIDADE DE ASSINATURAS DE Cadernos	PREÇO PARA CADA ASSINATURA DE ACORDO COM A QUANTIDADE
1	1.500,00
2	1.400,00
3	1.350,00
4	1.300,00
5	1.250,00

EXEMPLO: 4 assinaturas = 4x Cr\$ 1.300,00 = Cr\$ 5.200,00 e ganhe 4 livros brindes

OUTROS PREÇOS
• Renovação antecipada de uma assinatura: Cr\$ 1.200,00
• Exemplar avulso da revista (atual ou atrasado): Cr\$ 125,00
• Guia pelo reembolso postal: Cr\$ 2.000,00.

Preencha os cupons em letra de forma. Junte cheque(s) nominal(is) ou vale postal (ag. Lapa) no valor dos pedidos, de acordo com as tabelas acima, e envie para a **Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122 - Grupo 104 a 106 - Rio de Janeiro - RJ CEP 20241 - Tel.: (021)252-7440**

<p>ASSINALE. <input type="checkbox"/> Assinat. de "Cadernos" ou <input type="checkbox"/> Renovação</p> <p>PEDIDO DE: <input type="checkbox"/> Guia do Terceiro Mundo: <input type="checkbox"/> pago, <input type="checkbox"/> r. postal</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Tel.:</p> <p>Profissão:</p>	<p>ASSINALE. <input type="checkbox"/> Assinat. de "Cadernos" ou <input type="checkbox"/> Renovação</p> <p>PEDIDO DE: <input type="checkbox"/> Guia do Terceiro Mundo: <input type="checkbox"/> pago, <input type="checkbox"/> r. postal</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Tel.:</p> <p>Profissão:</p>
<p>ASSINALE. <input type="checkbox"/> Assinat. de "Cadernos" ou <input type="checkbox"/> Renovação</p> <p>PEDIDO DE: <input type="checkbox"/> Guia do Terceiro Mundo: <input type="checkbox"/> pago, <input type="checkbox"/> r. postal</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Tel.:</p> <p>Profissão:</p>	<p>CUPOM DO REMETENTE EDIÇÃO 129</p> <p>Nome:</p> <p>Endereço:</p> <p>Bairro: Cidade:</p> <p>Estado: CEP: Tel.:</p> <p>Profissão:</p>

AO LEITOR

Nossos leitores encontrarão neste número uma revista de cara nova. Coincidindo com os dez anos de lançamento da edição brasileira, este mês completamos a informatização da produção: agora, não só a redação mas também a diagramação da "terceiro mundo" é feita com a ajuda de computadores. Se fôssemos uma publicação com mais recursos, teríamos feito um número piloto, corrigido os erros, melhorado imperfeições do programa, e só então entregaríamos ao leitor uma edição perfeitamente acabada. Todos vocês que nos acompanham há tantos anos sabem que este não é o nosso caso, que cada passo que damos é fruto de um enorme sacrifício. Por isso, lhes pedimos um

pouco de tolerância para com os erros gráficos que vão encontrar neste número: desde um tipo de letra excessivamente grande ou pequeno e a falta de aspas em algumas citações, até problemas com a divisão de palavras (estamos usando um programa adaptado para a língua inglesa, que vamos substituir por outro, especialmente preparado para o português), erros que corrigiremos no próximo número. Pensamos que o melhoramento da qualidade geral de apresentação gráfica que vamos obter com nossa nova forma de trabalho (já implantada há alguns anos na elaboração do "Guia do Terceiro Mundo") compensará amplamente as dificuldades e o atraso dessa edição.



Vencendo no Congresso, o Plano Collor realiza um vôo sem outros obstáculos que não os próprios problemas que gera: no horizonte imediato, surge a questão do desemprego decorrente da recessão e o desafio de impedir a desnacionalização da economia (p.42)



O enorme peso dos latifúndios e do capital especulativo na economia, somado à presença do peronismo e de poderosos sindicatos e às disputas no interior da burguesia, levaram a Argentina à calamitosa situação atual (p.30)

SUMÁRIO

2 PANORAMA TRICONTINENTAL

8 CARTAS

AMÉRICA LATINA

- 10 Nicarágua - Ortega: "Governaremos de baixo"
- 17 Os desafios de Violeta
- 18 A guerra psicológica
- 23 El Salvador: Uma nova oportunidade

ORIENTE MÉDIO

- 25 Palestina: O futuro em discussão
- 29 Líbano: O drama dos reféns

ECONOMIA

- 30 Argentina: Hiperinflação em ritmo de tango

ESPECIAL

- 35 A invasão japonesa
- 39 Prosperidade ameaça ecologia

SUPLEMENTO BRASIL

Matéria de Capa

- 42 O Plano: A recessão é fome e atraso

- 43 Um tempo de grandes lutas
- 44 A incógnita de maio

- 46 Energia: O novo governo e a Petrobrás

- 47 Desenvolvimento: Uma guerra silenciosa

- 53 História: Os Jovens Turcos

- 55 Saúde: A crescente lista das doenças do trabalho

- 56 Panorama Nacional

- 60 Opinião: O perigo das privatizações

PERU

Segundo turno

Terminada a votação no Peru, no domingo 8 de abril, com uma participação maciça apesar das ameaças de morte contra eleitores e candidatos, passaram ao segundo turno o candidato da Fredemo, Mario Vargas Llosa (34,7%) e Alberto Fujimori, do Câmbio 90, (25,7%).

Luis Alva Castro, candidato do Apra, partido do governo, ficou em terceiro lugar (14,8%); Henry Pease, da Esquerda Unida (IU, 7,6%) e Alfonso Barrantes da Esquerda Socialista (4,9%) obtiveram quarto e quinto lugares, respectivamente.

A grande surpresa foi o desempenho de Fujimori, um engenheiro agrônomo que não tem antecedentes na política, embora seja conhecido nos meios acadêmicos (foi reitor da Universidade Agrária).

Filho de japoneses, Fujimori que se define de centro-direita não deixou claro seu programa de

governo durante a campanha.

Alguns analistas acham que pode haver um tipo de acordo entre Câmbio 90 e o Apra, que, ao constatar a derrota do seu candidato, teria possibilitado o lançamento de Fujimori. Essa hipótese se viu reforçada quando o partido do presidente Alan García deu seu apoio ao candidato de Câmbio 90 para o segundo turno. Estima-se que também a esquerda o apoiará, já que Vargas Llosa desenvolveu sua campanha fazendo dos grupos marxistas seus principais adversários.

Outros analistas acham que a popularidade de Fujimori se explica porque muitos eleitores pouco politizados o teriam identificado com a eficiência administrativa e a riqueza japonesas. Apesar da imensa mobilização militar, os guerrilheiros do Sendero Luminoso cumpriram parcialmente sua ameaça contra os eleitores, matando 17 camponeses na localidade de Patacorral Chupac, no departamento (estado) de Huancavelica.



Fujimori e Llosa: o candidato do Câmbio 90 foi a surpresa

EL SALVADOR

Militares mataram Romero

Uma década depois do assassinato do monsenhor Oscar Arnulfo Romero, arcebispo de San Salvador, a igreja católica concluiu que o crime foi cometido por militares. Segundo investigações da própria igreja, o grupo que planejou e realizou o crime (cometido em 24 de março de 1980) estava composto por um militar do alto escalão, um oficial e um militar com patente de capitão.

Essa conclusão, divulgada em um relatório oficial da igreja católica salvadorenha, coincide com o que durante dez anos denunciaram setores de esquerda, organizações populares e o Partido Democrata Cristão (PDC), que governou o país durante a última década.

Esses setores sempre acusaram o major Roberto D'Aubuisson, principal líder do partido atualmente no governo, a Aliança Republicana Nacionalista (Arena), de ter dirigido o assassinato junto com o capitão Alvaro Saravia e o médico Antonio Regalado.

Mas até agora, não foi possível acusá-los formalmente. Por isso, o caso do monsenhor Romero está para ser arquivado sem que ninguém tenha sido processado, apesar de existir um grosso expediente nos tribunais.

"Não haverá justiça enquanto os poderosos per-



Monsenhor Romero

manecerem no governo", disse um alto funcionário da justiça. Ele explicou que embora existam testemunhas da participação de D'Aubuisson, Saravia e Regalado na morte de Romero, a Suprema Corte de Justiça poderia inocentá-los e obrigar o juiz encarregado do caso de arquivar o processo antes de julho próximo.

A testemunha em questão se chama Amado Garay, que afirma ter levado no seu carro o assassino de monsenhor Romero. Garay acusou Saravia perante o juiz Ricardo Zamora, o qual decretou a prisão preventiva do capitão e sua extradição dos Estados Unidos. A Suprema Corte, porém, controlada por membros da Arena, não deu andamento ao pedido, alegando que o testemunho de Garay não era prova suficiente.

Antonio Regalado, um dentista acusado de formar esquadrões da morte, é apontado como o autor dos disparos que acabaram com a vida de Romero. Regalado vive na Guatemala e nunca foi acusado perante os tribunais.

COLÔMBIA

Rotina macabra

Pouco mais de um mês após o fuzilamento do candidato à presidência da União Patriótica, Bernardo Jaramillo, a Colômbia assistiu a um novo capítulo da história de violência que marca o país há décadas: o assassinato de Carlos Pizarro, líder do Movimento 19 de Abril (M-19), também candidato ao pleito de 27 de maio próximo.

Pizarro recebeu três tiros na cabeça, quando viajava em um avião comercial à cidade de Barranquilla, norte da Colômbia, no dia 26 de abril. Seus acompanhantes responderam ao fogo e mataram o pistoleiro.

Com 39 anos, a maior parte dos quais vividos na clandestinidade, Pizarro era dirigente do M-19, movimento guerrilheiro que em março passado chegou a um acordo com o governo para depor armas e se transformar em partido político.

Segundo telefonemas anônimos a rádios da capital, o assassinato teria sido obra de um grupo paramilitar de extrema-direita a serviço dos "Extraditáveis", braço armado do Cartel de Medellín. Mas o próprio chefe da organização, Pablo Escobar Gaviria, enviou um comunicado ao comandante da Polícia Judiciária, negando a autoria do crime. Nessa carta, a primeira de Escobar em vários meses, ele disse que mantinha uma relação de respeito com dirigentes do M-19, inclusive Pizarro.

Diversas fontes assinalaram que o ex-dirigente do movimento guerrilheiro sempre se opôs à extradição dos traficantes para os Estados Unidos, que seria a raiz da atual onda de violência.

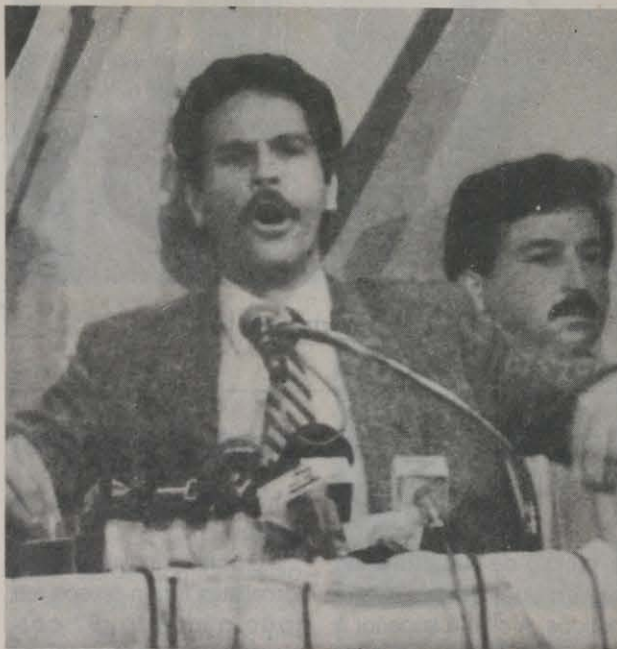
Familiares de Pizarro também disseram acreditar que seu assassinato não foi obra dos narcotraficantes, mas das forças de segurança do Estado.

Após o enterro de Pizarro, Antonio Navarro Wolff, considerado um dos principais ideólogos do movimento guerrilheiro e defensor de sua incorporação à vida política, anunciou que seria o candidato à presidência da República.

Já a União Patriótica (terceira força eleitoral da Colômbia) decidiu não participar do pleito, após o assassinato do seu candidato, Bernardo Jaramillo¹, morto em 22 de março passado no aeroporto da cidade de Bogotá. Advogado de 36 anos, Jaramillo tinha sucedido em 1987 a Jaime Pardo Leal, também assassinado, na presidência da UP.

No dia 10 de abril, a polícia colombiana anunciou a detenção do homem que teria contratado o jovem responsável pela execução do crime. Segundo a versão oficial, Mesa Meneses, que trabalhava a serviço do "Cartel de Medellín", confessou ter contratado o jovem de 15 anos que matou o candidato da UP dentro do aeroporto de Bogotá.

O assassinato de Jaramillo comoveu profundamente o país e, entre out-



Pizarro: pagarão os verdadeiros responsáveis por sua morte?

ras consequências políticas, custou o cargo ao ministro de governo, Carlos Lemos, que se viu obrigado a renunciar em 26 de março pressionado por oito partidos e movimentos políticos. Lemos foi responsabilizado pelo crime porque dois dias antes tinha afirmado estar convencido de que a UP é o braço armado das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), a mais importante organização guerrilheira colombiana, palavras que foram interpretadas como uma forma de instigar a perseguição a essa força política. O ministro foi substituído por Horacio Serpa, que atuou até o ano passado como procurador-geral da nação.

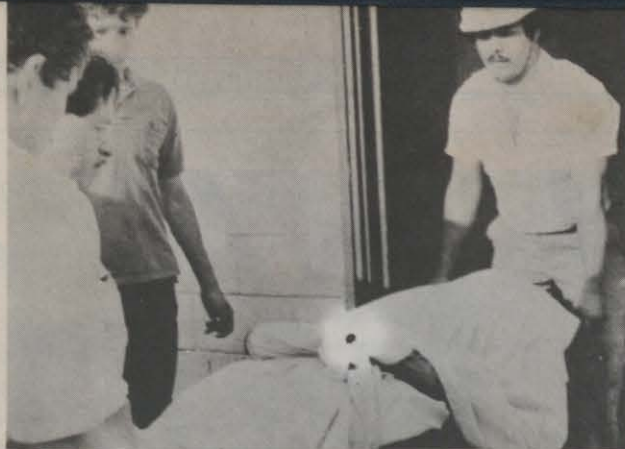
A União Patriótica surgiu em 1984, fruto de uma aliança eleitoral entre o Partido Comunista e uma ala das Farc, que negociava naquele momento sua legalização. Jaramillo

integrava o Comitê Central do PC, onde há um ano vinha mantendo uma disputa com outros integrantes da cúpula por uma maior democratização da organização partidária e um desvinculamento total com a guerrilha.

Apaixonado defensor da *perestroika* e das reformas no Leste europeu, Jaramillo contava com apoio de amplos setores de base do seu partido e dos intelectuais.

Nos dois anos de existência da UP, quase dois mil de seus militantes foram assassinados por comandos paramilitares de direita. Segundo cifras oficiais, em 1988 atuavam na Colômbia 140 grupos paramilitares, a maioria financiada pelo tráfico de drogas.

¹Em 1987, *terceiro mundo* entrevistou Bernardo Jaramillo em Montevídeo (ver nº 107, fevereiro de 1988: Colômbia: A estratégia da esquerda).



Jornalista morto durante a guerra em El Salvador

JORNALISMO

Uma profissão perigosa

Em 1989, pelo menos 65 jornalistas morreram no exercício de sua profissão ou enquanto estavam detidos. A cifra é superior à dos anos anteriores e foi revelada em Bruxelas por dois grupos independentes, "Repórteres sem Fronteiras" e "Observatório da Informação".

Segundo esse relatório, a América Latina é, em todo o mundo, a região que mais riscos oferece para o trabalho dos jornalistas. Em 1989, foram assassinados um total de 43 profissionais: 15 na Colômbia, 11 em El Salvador, 7 no Peru, 4 no Brasil, 2 no México, 2 no Equador, 1 na Guatemala e 1 no Panamá.

Essas mortes ocorreram como represálias dos traficantes de droga na Colômbia, execuções de grupos paramilitares e guerrilheiros em El Salvador e Peru e por assaltantes no Brasil e México. Outros países onde ocorreram assassinatos de jornalistas foram: Bangladesh (1); Sri Lanka (4); Romênia (2); Turquia (2); União Soviética (2); Bélgica (1); Birmânia (1); China (1); Coreia do Sul (1); Etiópia (1); Índia (1); Líbano

(1); Somália (1); Taiwan (1) e Zâmbia (1).

O boletim indica que 241 jornalistas foram presos em todo o mundo, 97 correspondentes estrangeiros foram expulsos e em 259 oportunidades o Estado interveio diretamente contra a difusão de informação na imprensa estrangeira ou nacional.

Ambas as organizações são da opinião de que os dois países onde a imprensa se viu mais reprimida em 1989 foram o Sudão e o Sri Lanka, onde se eliminou o pluralismo e aumentou a utilização da violência como arma para calar a livre expressão.

Em Caracas, enquanto isso, se realizou uma reunião internacional de jornalistas por ocasião da VIII Assembléia de Ação de Sistemas Informativos Nacionais (Asin), onde foi anunciada a criação de um *çipoolçd* de agências noticiosas da região. O escritório central de notícias da agência latino-americana será instalado na capital venezuelana e contará com um diretor e editores de pelo menos três países da região.

PANORAMA TRICONTINENTAL

O diretor do Escritório Central de Informação (OCI), Pastor Heydra, fez o anúncio e disse que a agência "não abrangerá somente a imprensa escrita, mas devido aos avanços tecnológicos a informação pode ser aproveitada pelas emissoras de rádio e televisão de todos os países".

O funcionário disse também que o pool de agências servirá para fomentar a integração latino-americana na área da comunicação: "Essa concepção tem sido sempre difundida por todos seus presidentes nas diferentes reuniões que foram feitas".

GRANADA

Novo governo

O Partido Congresso Nacional Democrático (NDC) conquistou sete das 15 cadeiras em disputa nas eleições legislativas de 13 de março, nas quais participaram os 58 mil eleitores de Granada. É a terceira vez desde a independência da Grã-Bretanha, em 1974, que se realizam eleições nessa pequena ilha do Caribe e a segunda vez desde a invasão norte-americana, em 1983.

O segundo colocado foi o Partido Unido Trabalhista de Granada (Gulp), que obteve quatro cadeiras no Congresso. O Partido Nacional (NP), até então no governo, e o Novo Partido Nacional (NNP) ganharam duas cadeiras cada um.

O vitorioso NDC foi criado há dois anos e meio e seu principal líder é Nicholas Brathwaite, que dirigiu um governo interino imposto pelos Estados Unidos depois da invasão militar da ilha, em 1983. O Partido Trabalhista de Granada (Gulp), dirigido pelo ex-primeiro-ministro Eric Gairy, é o mais antigo dos cinco grupos políticos que participaram da eleição.

Em vista do adverso resultado eleitoral do NP, o primeiro-ministro Ben Jones renunciou.

O partido vencedor terá que formar uma coalizão no Parlamento para ter maioria para governar, embora durante a campanha Brathwaite tenha dito que não estava disposto a formar um governo de coalizão. Obrigado a buscar alianças, Brathwaite ofereceu a Ben Jones o Ministério da Agricultura.

O Movimento Patriótico Maurice Bishop (MBPM) obteve apenas 2,3% dos votos, menos da metade do que obteve na última eleição, cinco por cento. Esse grupo é uma ramificação do Movimento New Jewel (Nova Jóia), que sofreu um grande revés com o assassinato do ex-primeiro-ministro Maurice Bishop, no golpe de estado de outubro de 1983.

Pouco depois desse episódio, o então presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan, ordenou a invasão militar da ilha. O governo interino que se instalou com apoio norte-americano esteve encabeçado por Brathwaite.

LESOTO

Segundo exílio do rei

O precipitado exílio em Londres, em meados de março, do rei Moshoeshoe II do Lesoto deixou este pequeno reino montanhoso dividido entre leais e adversários do governo militar, presidido pelo general Justin Lekhanya.

O general disse que tanto ele como seus companheiros de armas do Conselho Militar desejavam fazer avançar o programa de democratização.

O rei, segundo sua versão, não estaria de acordo com o projeto democratizador, o que teria forçado o Conselho Militar a anular seus poderes.

Moshoeshoe II foi levado secretamente ao aeroporto sul-africano de Jan Smuts e dali viajou para Londres. Não é a primeira vez que o monarca de Lesoto tem que se exilar. Em 1979, foi mandado para a Holanda pelo



O general Justin Lekhanya

primeiro-ministro Leabua Jonathan, por se negar a firmar um decreto de estado de sítio.

Alguns analistas consideram que, enquanto naquele momento Moshoeshoe gozava de um amplo respaldo popular, desta vez o sentimento do povo para com ele é diferente, pois faz muito tempo que o rei não adota posições sintonizadas com as aspirações populares.

No entanto, Jacob Kenna, secretário geral do sindicato dos mineiros, disse que entre os habitantes das zonas rurais existe um forte sentimento de que Lekhanya cometeu um erro ao mandar o rei para a Inglaterra.

O general Lekhanya tomou o poder em 20 de janeiro de 1986, derrubando Leabua Jonathan, que exercia o cargo de primeiro-ministro desde a independência do Lesoto, em 1966.

O reino de Lesoto, de 30.355Km² de superfície, está situado no território da África do Sul, o que o faz extremamente vulnerável às pressões do regime racista de Pretória. Na época, o golpe de Lekhanya foi considerado uma virtual anexação do reino por parte da África do Sul.

O ex-primeiro-ministro Leabua Jonathan era acusado pelo regime do çiparthidçd de dar cobertura a exilados do Congresso Nacional Africano (CNA) e outras organizações anti-racistas sul-africanas. E, o que era considerado mais grave por Pretória, Jonathan estava empenhado em diminuir sua dependência

econômica em relação à África do Sul através de uma participação cada vez mais ativa na SADCC, o organismo de integração econômica regional, criado há pouco mais de uma década pelos países da África Austral.

MOÇAMBIQUE

Negociar a paz

O presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, aproveitou a ocasião de sua visita oficial de três dias a Washington, em março, para anunciar que seu governo está pronto para iniciar conversações de paz com os rebeldes da Renamo (Resistência Nacional Moçambicana), movimento financiado pela África do Sul.

Não obstante, o governante moçambicano expressou seu temor de que os dirigentes da Renamo não tenham suficiente controle sobre seus homens para deter a violência que devastou o país durante os últimos dez anos. "É difícil confiar que evitarão que seus seguidores cometam atos de pilhagem e terrorismo", afirmou.

Segundo movimentos de defesa dos direitos humanos que trabalham em Moçambique, a Renamo matou mais de 100 mil civis na última década e obrigou a mais de dois milhões de pessoas a se refugiarem em países vizinhos.

Chissano se mostrou satisfeito com as recentes declarações do presidente sul-africano Frederick de



Chissano e James Baker

Klerk, se comprometendo a suspender o apoio dado à Renamo, embora suspeito de que os serviços de inteligência do regime de Pretória poderão continuar a prestar essa assistência.

As conversações do presidente Chissano com George Bush e os líderes do Congresso norte-americano foram consideradas pela missão moçambicana como muito boas e Chissano se mostrou aberto às recomendações de Washington para fazer com que a Renamo aceite negociar a paz.

Atualmente, Moçambique é o país que recebe maior ajuda bilateral norte-americana na África subsaariana, um total de 100 milhões de dólares anuais. As relações entre ambos os países melhoraram consideravelmente nos últimos três anos. Até meados da década passada, a administração Reagan apostava na desestabilização do governo do falecido presi-

dente Samora Machel, financiando abertamente os rebeldes da Renamo.

Originariamente, os rebeldes foram organizados pelos serviços de inteligência do governo anterior de minoria branca da Rodésia (hoje Zimbábue) e durante a década de 80 foram financiados tanto por Washington quanto pela África do Sul.

A mudança mais importante ocorreu em dezembro de 1989, quando a administração Bush apresentou um plano de paz de sete itens, que exorta a Renamo a reconhecer como legítimo o governo da Frelimo, dirigido por Chissano. A resposta do governo de Moçambique a essa iniciativa foi divulgar em janeiro deste ano o projeto de uma nova Constituição.

Essa Carta Magna incorpora muitas das reivindicações que serviram de escudo político aos rebeldes, em particular a realização de eleições diretas com participação de candidatos que não pertençam necessariamente à Frelimo.

No campo econômico, a nova Constituição estimula o surgimento de empresas privadas, reconhece os mecanismos de mercado e autoriza a criação de sindicatos independentes.

Embora os conflitos armados tenham aumentado dramaticamente nos últimos tempos, os observadores creem que essa escalada pode ser um esforço tanto de parte dos rebeldes como do governo para fortalecer posições, antes das negociações.



Berlinguer: "A integração é a saída para o Terceiro Mundo"

NORTE/SUL

Democracia planetária

O avanço da distensão entre as superpotências e o consequente aumento da cooperação entre os países industrializados do Leste e do Oeste contribuíram para diminuir ainda mais o já pequeno papel do Terceiro Mundo no cenário mundial. Uma das formas que o Terceiro Mundo tem de sair dessa desvantajosa posição é insistir na integração econômica de suas diversas regiões. Quanto maior o seu peso econômico, maiores serão suas possibilidades de se fazer escutar.

Essas declarações são do dirigente do Partido Comunista Italiano (PCI), Giovanni Berlinguer, irmão do falecido secretário-geral Enrico Berlinguer. Médico especializado em Higiene do Trabalho, o dirigente comunista italiano visitou o Brasil em fins de março, a convite de órgãos da área da saúde.

Em declarações a **terceiro mundo**, Berlinguer afirmou que a estagnação do Terceiro Mundo se agravou em consequência da crise do endividamento externo.

Portanto, segundo ele, para sair dessa estagnação não bastará solucionar o problema da dívida: "Existem causas estruturais, como o injusto sistema de comércio internacional, que desvaloriza as matérias-primas e eleva os valores relativos dos produtos manufaturados e da tecnologia".

Para ele, a fuga de cérebros e o desigual desenvolvimento tecnológico são fatores de tanto peso quanto a dívida externa e funcionam como amarras, que impedem o crescimento dos países do Sul.

"A integração é a saída. Na América Latina, isso era impossível há uma década atrás, porque não se pode integrar democracias e ditaduras. Mas essa etapa, felizmente, já passou", disse o dirigente italiano.

Na sua opinião, o atraso do Terceiro Mundo também está vinculado a um tema que dominará as relações internacionais no próximo século:

"Como disse Norberto Bobbio, o pensador italiano, no século XXI será necessário discutir a democracia planetária. Não será possível manter o mundo organizado como está atualmente, onde

poucas potências têm poder de decisão sobre a grande maioria das nações. Essa organização internacional respondia à realidade do pós-guerra e não poderá ser aplicada à realidade política do século XXI".

Em relação às mudanças em curso na Europa oriental, Berlinguer partidário de profundas mudanças no PC italiano afirma que eles mostram que o eurocomunismo poderia ter sido uma saída não só para os partidos que levantaram essa bandeira há anos atrás, mas para todas as nações socialistas do Leste europeu.

"Mas, naquele momento, teve que se abandonar o eurocomunismo por interferência de Leonid Brejnev e nos países da Europa oriental não havia nem vontade política, nem suficiente autonomia em relação a Moscou para colocá-lo em prática".

"O que vemos hoje é o fracasso de um modelo que entendia que só havia um caminho para chegar ao socialismo. Mas não se trata do fracasso do socialismo em si", acrescentou.

Finalmente, sobre o delicado tema das fronteiras européias que estão sendo questionadas por alguns movimentos separatistas, Berlinguer se manifestou contrário a qualquer mudança. "As fronteiras atuais da Europa não devem ser mexidas. Elas foram a causa das duas guerras mundiais. Foram traçadas ao final da II Guerra Mundial depois do mundo pagar um alto preço em vidas humanas e perdas materiais.

AMÉRICA LATINA

Intercâmbio desigual

As mudanças ocorridas na orientação do comércio externo da América Latina nos anos 80, que foram a chave para a obtenção de seus excedentes comerciais, fizeram retroceder os poucos avanços que esses países tinham alcançado em termos de integração regional. Essa revelação está contida em um relatório do Banco Alemão da América do Sul (DSB), publicado em fins de março em Hamburgo, Alemanha.

De acordo com esse estudo, a partir de 1981, com a explosão da crise da dívida externa, os países latino-americanos tentaram superar seus problemas, orientando suas exportações para o Norte industrializado. A maioria pensava que não valia a pena insistir no comércio intra-regional, que assim passou para um plano secundário. Em 1979, as exportações desses países para as nações industrializadas totalizaram 53 bilhões de dólares. Em 1988, essas exportações chegaram a quase 85 bilhões de dólares.

No mesmo período, o comércio com os países da América Latina entre si caiu de 17 para 12 bilhões de dólares. Ou seja, a crise dos anos 80 anulou os progressos obtidos no campo da integração regional.

Segundo o banco alemão, todos os indicadores mostram que a

América Latina retrocede em matéria de integração regional, diminui sua presença comercial em outros países subdesenvolvidos e se concentra cada vez mais no intercâmbio com o Norte, em particular com os Estados Unidos.

SRI LANKA

A luta dos tamis

Após dois anos e meio de intervenção, o governo indiano decidiu retirar suas tropas do Sri Lanka, estacionadas no norte desse país. A situação agora pode evoluir para um acordo que atenda às reivindicações da minoria étnica tamil.

A entrada do exército indiano ocorreu em julho de 1987, como parte de um acordo de paz assinado entre os governos de Nova Déli e Colombo, e tinha como objetivo ajudar a pôr fim à guerra separatista tamil, que dominava o norte e leste do Sri Lanka. No entanto, "a força de paz" indiana acabou se incorporando à guerra contra os rebeldes tamis, envolvendo-se em um conflito que já custou sete mil vidas.

Os combatentes do grupo Tigres de Libertação Tamil Elaam (TLTE) bloquearam o acordo entre o governo da Índia e o de Sri Lanka e se aliaram ao seu ex-inimigo, o exército, cercando as tropas de Nova Déli. O fato mostra que prevaleceu o espírito nacionalista, que se sobrepôs às rivalidades étnicas internas.

O próprio governo do Sri Lanka, após a entrada das tropas indianas, ajudou os guerrilheiros a recuperarem o território que estava sob seu controle e, desta forma, deixou as tropas indianas em uma situação insustentável, que culmina agora com a sua retirada.

A saída das tropas indianas fez com que o líder do grupo TLTE, Vellupillai Prabhakaran, decidisse aparecer em público, após 32 meses de clandestinidade. Considerado pelos militares indianos um dos mais sutis estrategistas de toda a Ásia, o líder do grupo tamil manteve sua promessa de se manter clandestino até que todas as tropas indianas se retirassem do país.

O conflito étnico, porém, ainda não está solucionado. O líder do TLTE disse que seu grupo não renunciou à sua reivindicação de criar um *Eelam* (um Estado separado para a minoria tamil), nem à luta armada.

A situação atual, portanto, é delicada e pode dar margem a uma reativação das lutas separatistas.

Segundo a opinião do parlamentar de origem tamil, Sam Thambimuttu, pertencente à Frente Revolucionária Popular Elaam (FRPE), existem dois motivos capazes de reavivar o conflito em pouco tempo.

O primeiro é a colonização, apoiada pelo Estado, de áreas de maioria étnica tamil por camponeses da etnia cingalesa, mais numerosa de Sri Lanka. Essa colonização visa a modificar o equilíbrio demográfico nas áreas consideradas tradicionalmente tamis.

O segundo é a separação da província nordeste, multi-racial, dominada pelos tamis. As duas províncias tamis foram unificadas temporariamente em 1988 para uma eleição destinada a criar uma região autônoma. Um referendo marcado para junho decidirá esta controvertida questão, que se agravou pela declaração unilateral de independência feita pelo governador da província, Varatharaja Perumal.



Chegada à Índia do último contingente a deixar o Sri Lanka



PRESTES

Tive o prazer de ler **terceiro mundo** pela primeira vez através da edição 129, motivado pela capa da revista, que estampa Luís Carlos Prestes, um dos mais notáveis filhos da nação brasileira.

Aproveito a oportunidade para solicitar minha inclusão na seção Intercâmbio.

Francisco Assis Ataíde Silva
 Av. Martins, 99
 69007 - Manaus - AM

INFORMAÇÃO

É impressionante e revoltante que determinados meios de comunicação, que têm a função e dever de informar a população a partir de fatos historicamente produzidos, tentem, através das mais diversas formas e meios, vender seus "abacaxis" sem escrúpulo e consideração para conosco.

Vossa publicação, ao contrário, pela seriedade e empenho editorial, merece parabéns. Reconhecer a contribuição de vossos trabalhos, para quem quer compreender o movimento

histórico "por dentro", é justo e oportuno.

Oto João Petry
 S. Carlos - SC

CUBA

A vinda do companheiro Fidel Castro ao Brasil serviu para mostrar ao mundo que o socialismo ainda está de pé e bem firme. Nem mesmo as críticas dos que se dizem democratas tiraram o saudoso revolucionário de cena. Aqueles que satirizam o socialismo de Cuba são os mesmos que elogiam a política dos Estados Unidos, que invadiram o Panamá, alegando serem os defensores da democracia na América.

Ora vejam, que tipo de democracia é esta que patrocina guerras, golpes, racismo, fome, miséria, manipula informações dos países que estão sob seu domínio? O que falta a esses ditadores de uma democracia fictícia é admitir que Cuba já é uma potência na América. Não lembram que em Cuba não há analfabetos, favelas, fome,



Fidel: socialismo cubano

desemprego e miséria. Enquanto os gringos exportam armas, os cubanos têm o orgulho de exportar médicos e

se dão ao luxo de ser uma das mais avançadas medicinas do mundo.

Joaquim Helenio
 Fortaleza-CE



Um problema crescente

MENINOS DE RUA

Quero parabenizar toda a equipe da revista **terceiro mundo** pela reportagem "Os gritos das crianças de rua", na edição 128, pela forma de aproximação de um dos problemas que vêm crescendo no Brasil.

Acho que o problema das crianças de rua deveria ser muito discutido entre os políticos e a população, e ser encarado como uma coisa séria, para que elas não tragam problemas no futuro.

Acho errado que uma criança tenha que trabalhar para ter o que comer.

Izaniltom dos Santos
 São Paulo-SP

ENSINO

Gostaria de acrescentar outros dados à matéria "Remendando os furos do ensino", publicada na edição 127, em que se discute, entre outros assuntos, a evasão nos cursos de Filosofia. A Uerj, que neste momento se demonstra preocupada com o assunto, estipulou um horário absurdo para o citado curso. As aulas (noturnas, segundo a faculdade) têm início às 17 horas, impedindo qualquer aluno de exercer uma atividade profissional.

Tal situação se prolonga



Universidade em debate

até o final do curso, de 8 períodos, contrariando o objetivo primordial do curso noturno, qual seja, o de permitir o acesso à faculdade de alunos que também trabalhem. Creio que o belo discurso dos representantes da Uerj devesse ceder lugar a atitudes práticas e simples, de melhores resultados.

José Eduardo R. de Assis
 Rio de Janeiro-RJ

- **Francisco Tomaz de Oliveira**
Caixa Postal 802
64000 - Teresina - PI
Brasil
- **Nico Damasco Lara**
Rua Paulo Afonso, 61
Nova Gameleira (Zona Oeste)
30510 - Belo Horizonte-MG
Brasil
- **Alberto Lima Coelho**
Caixa Postal 6
São Vicente
República de Cabo Verde
- **Tony Alexandre**
Caixa Postal 3734
Luanda - Angola
- **Sergio Piasentin**
Estrada do Lageado Velho, 533
08450 - Guaianazes - SP
Brasil
- **Ana Andrea Garcia**
Silvestre Blanco 2590 apt. 13
70000 Montevideo R.O.Uruguay
- **Enrique Hurtado**
San Sebastian 305
c/Maximo Gomez
y Cadena - Guanabacoa
La Habana - Cuba
- **Carlos Ferreira da Silva**
Comunidade Pe. Pelósio
Av. Pe. Wendell ad:27
Setor aeroviário
CEP 75520 - Goiânia - GO
Brasil
- **Elzío Ferreira de Melo**
Av. Constantino Nery, 763
Pres. Vargas
CEP 69025 - Manaus - AM
Brasil
- **Miguel Gadea Sandler**
Ramón Marquez 3394
Montevideo - Uruguay
- **Sirlaine Lovato**
Volta Grande do Santana
CEP 85580
Itapejara D'Oeste - PR
Brasil
- **Paulo Cesar Will**
Álvaro Medeiros Santiago, 582
Barreiros
CEP 88110 - São José - SC
Brasil
- **José Pereira de Araújo**
Av. José Américo 274 - IBGE
CEP 58600 - Santa Luzia - PB
Brasil
- **Margareth Tavares**
Rua Olivio Pinto, 178
Bessa
CEP 58033 - João Pessoa - PB
Brasil
- **Gilmar de Avila**
Volta Grande
CEP 85580
Itapejara D'Oeste - PR
Brasil

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Nelva Moreira
Diretor Geral Adjunto: Pablo Placentini
Editora: Beatriz Bissio
Sub-editores: Roberto Remo Bissio, Procópio Mineiro

Conselho Editorial Internacional: Darcy Ribeiro, Henry Pease Garcia, Eduardo Galeano, Juan Somavia

Redação Permanente: Nereida Daudt (Brasil), Roberto Bardini (México), Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

Correspondentes: Horacio Verbitsky (Argentina), Fernando Reyes Matta (Chile), Alejandra Adoum/Eduardo Khalifé (Equador), Rafael Roncagliolo/César Arlas Quincot (Peru), Guillermo Segovia Mora (Colômbia), Aldo Gamboa (Cuba), Etevaldo Hipólito (Moçambique), Claude Alvares (Índia)

Colaboradores: Adrián Soto (Finlândia), Alberto Mariani (Suíça), Artur Poerner (Brasil), Ash Narali Roy (Índia), A.W. Singham (Sri Lanka), Angel Ruocco (Uruguai), Carlos Cardoso (Moçambique), Carlos Castilho (Brasil), Carlos Nôñez (Uruguai), Cedric Belfrage (México), Fernando Molina (México), Gérard Pierre-Charles (Haiti), Gregorio Selsler (México), Govin Reddy (Zimbábue), Guillermo Chifflet (Uruguai), Manoel Rui Monteiro (Angola), Herbet de Souza (Brasil), João Melo (Angola), Ladislau Dowbor (Brasil), M. Venugopala Rao (Índia), Marcela Otero (Chile), Mario de Cautín (México), Mla Couto (Moçambique), Nils Castro (Panamá), Phillip Smucker (Sudeste Asiático), Ricardo Bueno (Brasil), Roger Rumrill (Peru), Theotônio dos Santos (Brasil), Medea Benjamin (Estados Unidos), Juan Carlos Gumucio (Líbano) e Adam Keller (Israel).

Departamento de Arte: Pedro Toste (editor), **Diagramadores:** Reginaldo Caxias, Dayse Vitoria. **Acompanhamento Gráfico:** Adérito Gusmão. **Centro de Documentação:** Maria Helena Falcão (diretora), Angelica Campello de Oliveira, Walmyr Peixoto da Silva, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira Bastos, Yara Alexandrino R. C. Menezes. **Administração do Banco de Dados:** Raimundo José Macário Costa. **Composição e Digitação:** Luzia A. Neiva e Lidio Marinho P. Luna. **Secretária de Redação:** Jozira Salgado Santos. **Revisão:** Cléa Márcia Soares. **Administração:** Henrique Menezes. **Comercial:** Rafael Peres B. Filho. **Circulação e Assinaturas:** Mauro Mendes - Editora Terceiro Mundo Ltda.: Rua da Glória, 122 / 104-105 - Tel. Assinaturas: 252-7440.

EDIÇÕES REGIONAIS:

• **Edição em Português:**
Diretor: Nelva Moreira/**Editores:** Procópio Mineiro e Claudia Neiva. **Sucursais:** Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Sena e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia)

Sede de Lisboa:
Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda. - Calçada do Combro, 10 / 1º andar - Lisboa, 1, 200
Tel.: 32-06-50 Telex: 42720 CTM-TE-P

• **Edição em Espanhol**
Sucursal do Rio de Prata / Cone Sul
Diretor: Roberto Bissio
Assinaturas: A.C.U. S/A: Miguel del Corro 1461/ Tel.: 49-61-92 Montevideu, Uruguai - **Distribuição no Uruguai:** Hugo Lacosta, Bertiel y Martínez, Paraná 750 esq. Ciudadela

Distribuição na Argentina (em livrarias): Ediciones Colihue - Buenos Aires - Argentina
• **Edição em Inglês:**
Editor: Bill Hinchberger/**Editor Adjunto:** Roberto Raposo./**Assinaturas e Circulação Externa:** Andréa Moutinho da Costa Santos.
Correspondência: Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP: 20241 - Rio de Janeiro / Brasil - Tels. 222-1370/242-1957 - Telex: (021) 33054 CTMB-BR
cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (InterPress Service), ALASEI (México), PANAPRESS (Panamá), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as revistas Africa News (Estados Unidos), Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Itet-México-Chile), Third World Network (Malásia) e Israel and Palestine Political Report (Paris) e Against the Current, EUA. **Fotos:** Agence France Press (AFP).
Capa: Pedro Toste e Dayse Vitoria

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS



Desde 1985 o IBASE — Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas — publica mensalmente uma análise da conjuntura político-econômica abordada sob a ótica dos movimentos populares.

Conheça este boletim!!!

Solicite um exemplar grátis!!!

IBASE
R. Vicente de Souza, 29
Botafogo - CEP: 22251
Rio de Janeiro - RJ
Tel: (021)286-0348

PG

Daniel Ortega: “Governaremos de baixo”

Tem futuro a revolução nicaraguense, após a derrota da Frente Sandinista nas eleições de fevereiro?



A imprevista derrota eleitoral da Frente Sandinista nas eleições de fevereiro comoveu a América Latina e abre uma nova etapa na Nicarágua. É a primeira vez na história que um movimento revolucionário passa por um desafio semelhante: deixar o governo e transformar-se em oposição às forças que combateu antes e depois da tomada do poder pelas armas. Pelo seu caráter inédito, o processo também é complexo e desafiador.

Nada melhor, portanto, do que tentar entendê-lo através das palavras do presidente Daniel Ortega.

Beatriz Bissio e Cláudia Neiva

Em 23 de março se anunciou em Tegucigalpa, a capital de Honduras, que os *contras* nicaraguenses tinham concordado em desmobilizar suas tropas antes do dia 20 de abril, ou seja, pelo menos cinco dias antes da posse de Violeta Chamorro.

O acordo foi articulado pelo cardeal Miguel Obando y Bravo, que preside a Comissão Nacional de Reconciliação. Por parte da União Nacional Opositorista (UNO), da senhora Chamorro, assinou o acordo Antonio Lacayo, presidente da Comissão de Transição, e pelos líderes anti-sandinistas, foi ratificado pelo comandante Oscar Sobalvarro.

O presidente Ortega e os demais membros do governo nicaraguense aprovaram o plano de desmobilização dos *contras*, mas pediram às Nações Unidas que suas forças de vigilância supervisionem a entrega de armas. Os contingentes dos *contras* estão calculados em 17 mil homens, 12 mil acampados na fronteira de Honduras e cinco mil acantonados nas montanhas do norte e centro da Nicarágua.

A entrega das armas por parte dos *contras* se transformou no eixo do período de transição, compreendido entre as eleições de 25 de fevereiro passado, nas quais saiu vitoriosa Violeta Chamorro, e a mudança de governo, este mês. Isso porque o fim da guerra foi uma das principais promessas eleitorais da presidenta eleita, e frustrar essa expectativa de paz geraria tensões que poderiam ameaçar todo o processo democrático.

Só a desmobilização e o controle dos *contras* pelo poder instituído do Estado podem garantir ao governo as condições de governabilidade necessárias para que cumpra outra de suas importantes promessas de campanha: a recuperação da economia. Sem essas duas vitórias o fim do conflito armado e a reativação econômica a tensa calma que antecede às tempestades, como definiu Daniel Ortega, pode se transformar em uma tormenta tropical.

Para explicar essa conjuntura, com todas as suas nuances, o presidente Ortega conversou com **terceiro mundo** no Rio de Janeiro, durante sua recente visita ao Brasil. Essa conversa foi surgindo ao longo de uma intensa jornada, na qual o presidente da Nicarágua recebeu o título de Doctor Honoris Causa da Universidade Federal do Rio de Janeiro, o título de Cidadão Carioca da Câmara dos Vereadores dessa cidade e se reuniu com altas autoridades do governo estadual e municipal.

A seguir, damos sua visão sobre o processo que culminou com a vitória da UNO e sobre a etapa que começa com a instalação do novo governo:

É necessário esclarecer alguns pontos sobre o que está acontecendo na Nicarágua. Pelos resultados eleitorais, algumas pessoas podem pen-

sar que a revolução foi derrotada. E eu lhes garanto com toda a responsabilidade e convicção que não foi, nem será derrotada.

Como se entende então o revés da Frente Sandinista? É possível uma derrota eleitoral da FSLN, sem que tenha sido derrotada a revolução? Sim, porque quando a Frente derrubou a ditadura somozista apresentou uma proposta nova, diferente, que significava um desafio para a imaginação e criatividade dos revolucionários da América Latina e Caribe: forjar uma sociedade democrática, pluripartidária, de economia mista e não-alinhada.

A revolução cubana tinha marcado uma etapa na história da luta dos povos latino-americanos e deu lugar a um modelo econômico, social e político intimamente ligado à etapa que lhe coube viver e na qual teve que sobreviver.

A revolução nicaraguense irrompe no final da década de 70, já início dos anos 80, com um cenário latino-americano coberto por ditaduras militares. Argentina, Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai, Haiti, El Salvador, Guatemala, todos esses países estavam submetidos a ditaduras militares pró-imperialistas.

Nesse contexto, a revolução nicaraguense se propôs a desenvolver um novo modelo democrático, levando em conta as particularidades e a história de



As eleições foram supervisionadas pela ONU e outros observadores (acima, Jimmy Carter)

“Não haverá golpe de estado”

No dia 28 de março foi divulgado em Manágua o acordo ao qual haviam chegado a presidenta eleita Violeta Chamorro e o governo sandinista sobre a transição política. O acordo ressalta o caráter profissional das forças armadas e sua subordinação à nova chefe de Estado e estabelece a redução do número de efetivos, que chegava a 70 mil.

Em compensação, Violeta Chamorro se comprometeu a aceitar que o comando continue em mãos sandinistas, medida que dá lugar a um Estado híbrido, onde a Frente Sandinista e a nova presidenta dividem o poder real.

O acordo só foi possível porque dias antes os *contras* tinham concordado em depor armas, após árduas negociações nas quais o bispo de Manágua, Miguel Obando y Bravo, atuou como mediador. Nas negociações, realizadas em solo hondurenho, os rebeldes aceitaram se desmobilizar antes do dia 25 de abril.

Perguntado sobre o futuro do exército sandinista antes dos acordos ao presidente Ortega nos respondeu exaltando seu profissionalismo: O

novo governo pode estar seguro de que não vai sofrer nenhum golpe militar. O exército sandinista respeita a Constituição, afirmou o presidente nicaraguense.

necessária para mudar esse artigo.

O exército sandinista continuou o chefe de Estado da Nicarágua surgiu da luta contra a ditadura de Somoza

todos os exércitos da América Latina tivessem esse comportamento, que utilizassem seus recursos bélicos somente para proteger o país contra uma intervenção estrangeira e nunca para dar um golpe militar ou disparar contra o povo.

Ortega tinha adiantado que um dos temas que seria objeto de discussão com o novo governo seria a redução do número de efetivos, medida que se pensava aplicar a todos os exércitos centro-americanos. Esse ponto será abordado na próxima reunião de presidentes em Manágua. É necessário estabelecer um limite para a introdução de armas na América Central e buscar como tornar nossos exércitos menores, dentro do que chamamos um balanço razoável de forças.

Se a contra-revolução continuar entrando em território nicaraguense, a partir de Honduras, cometendo crimes contra a população e provocando danos à economia, não se pode pensar em diminuir o número de efetivos do exército sandinista, enfatizou o dirigente nicaraguense.



A desmobilização dos “contras” é essencial para se obter a paz

E acrescentou: A Constituição assinala que na Nicarágua existe um exército nacional para resguardar a integridade do território e a soberania do país, que se chama Exército Popular Sandinista. A UNO não obteve nas urnas a maioria

e está integrado por homens que têm um sentido de pátria, um sentido de dignidade, mas também um alto profissionalismo. Logicamente, não vai nunca apontar suas armas contra o povo.

E prosseguiu: Eu acho que seria muito bonito se

nosso país. E embora admirássemos e admiremos, respeitássemos e respeitemos outros processos revolucionários no mundo, consideramos naquele momento, como também hoje, que para fazermos a revolução não era imprescindível copiar outros modelos.

A própria forma de luta que assumimos na Nicarágua foi algo novo: o povo se levantou nas cidades. Não foi a guerrilha que desceu das montanhas para libertar

as cidades, e sim o povo que se rebelou nos bairros, nas pequenas e grandes cidades, lugarejos, enfim, por toda a Nicarágua.

E dada a nossa própria realidade social e econômica, nossas raízes culturais, dissemos: Para ser revolucionário não é preciso ser ateu. Afirmamos que não existia nenhuma contradição entre a revolução e os cristãos. Esses foram os primeiros passos da revolução nicaraguense.

Durante o processo de luta contra a ditadura somozista, dissemos também que na Nicarágua tínhamos que estabelecer um modelo democrático diferente, com uma base popular, com um sentido real de independência nacional, de autodeterminação e soberania. Essa devia ser a base da democracia na Nicarágua.

Coerentes com essa posição, trabalhamos para desenvolver esse modelo. E foi isso que mais preocupou os governan-

tes norte-americanos. Por isso, começaram a guerra contra nós: organizaram mercenários, minaram nossos portos, dinamitaram pontes e depósitos de combustíveis, nos bombardearam; levaram tropas para territórios vizinhos, montaram bases militares, estabeleceram acampamentos para as forças mercenárias. A guerra foi se desenvolvendo e, apesar disso, nós sempre defendemos esse modelo.

Lembro que conversei com o companheiro Fidel Castro sobre a dimensão da guerra e sobre as pressões que aguentava o povo nicaraguense — uma pequena população de três milhões e meio de habitantes, em um estreito território, com países fronteiriços que eram e continuam sendo utilizados para agredir a Nicarágua.

Fidel me dizia que nós estávamos submetidos diariamente a uma agressão igual à invasão à praia Girón, na Baía dos Porcos. Naquela invasão de mercenários, patrocinada pelos Estados Unidos, havia o mar pelo meio. As forças invasoras não tinham para onde recuar. Em compensação, na Nicarágua os *contras* tinham seus acampamentos em Honduras e, no começo, também em território costarricense.

Diariamente nos invadiam e eram repelidos pelo povo. E assim foi, durante todos esses anos, com muito derramamento de sangue; com ameaça inclusive de invasão de tropas norte-americanas.

Somos um povo que leva muitos anos combatendo, e que já combateu em outros momentos contra a invasão ianque. Mas ainda no caso extremo de uma invasão norte-americana, continuaríamos defendendo as bandeiras do pluripartidarismo, da economia mista e do não-alinhamento. No nosso caso, seguir outro modelo teria provocado o fracasso da revolução.

A opção por uma sociedade pluripartidária só tem sentido se são realizadas eleições periodicamente. Por isso, apesar de estarmos em plena guerra, convocamos eleições.

Em 1984, tínhamos realizado as primeiras eleições livres da Nicarágua. Participaram sete partidos políticos e gan-

hou a Frente Sandinista. Mas a guerra continuou e os nicaraguenses tiveram que enfrentar no peito e na raça os Estados Unidos. Tivemos o apoio moral dos povos e dos governos em geral. E também algum respaldo material dos governos que não se curvaram diante das pressões norte-americanas.

"Se não tivéssemos realizado eleições, alegando a situação de guerra, os norte-americanos teriam usado sua máquina propagandística para nos acusar de totalitários"

A Assembléia Geral das Nações Unidas votou muitas resoluções condenando a política norte-americana na Nicarágua, como também fez o Conselho de Segurança. Depois veio o veredito histórico na Corte Internacional de Justiça de Haia condenando os Estados Unidos por sua política intervencionista em nosso país e pedindo que Washington pusesse fim a suas agressões e indenizasse o povo nicaraguense.

Mas os governantes norte-americanos, com poucos aliados, ignoraram esse clamor mundial e mantiveram sua guerra contra a Nicarágua, impondo sua política sobre o direito internacional. O povo continuou

resistindo, enfrentando todos os dias a morte, as mutilações, a pilhagem no plano econômico...

E nós, a Frente Sandinista, nos mantivemos fortes em nossa opção de dar um caráter constitucional ao nosso processo revolucionário.

Dáí saiu uma Constituição nova para a Nicarágua. Uma Carta Magna de caráter popular, que garante o respeito à nossa soberania, autodeterminação e independência. Uma Constituição que estabelece uma democracia não só no plano político, mas também no campo econômico, social e quanto à defesa do país.

Em uma reunião que mantivemos em janeiro de 1989 com os presidentes centro-americanos, preocupados com o recrudescimento da guerra e com a atitude inflexível dos governantes norte-americanos de não ceder aos apelos internacionais em relação à Nicarágua, analisamos a eventualidade de uma invasão. E nós perguntamos, se os ianques nos invadissem, como reagiria a comunidade internacional. Certamente, condenaria a invasão. Mas não passaria de uma condenação formal.

Sabíamos e sabemos que, diante de uma invasão, somos nós, os nicaraguenses, que vamos defender nosso país. Somos nós que vamos resistir e derrotar a invasão ianque. Nem passou pelas nossas cabeças que os países amigos enviarão



A guerra teve um alto custo para a Nicarágua no plano econômico e social



Mercado em Manágua: a crise econômica afetou o abastecimento de alimentos

tropas para nos ajudar, por mais solidários que sejam com a Nicarágua.

Essa é a realidade do mundo. Apesar de que já estamos praticamente às portas do século XX, continua valendo a lei do mais forte, em detrimento total do direito à paz e à vida dos povos e das nações. Essa é uma realidade que temos que assumir: os povos lutam em condições desvantajosas.

Naquela ocasião, eu dizia aos presidentes centro-americanos que, para

favorecer o processo de paz, estávamos dispostos a antecipar as eleições de novembro para fevereiro deste ano, com a condição que os *contras* depusessem armas. Os presidentes apoiaram nossa iniciativa e partimos para as eleições.

Começamos a campanha eleitoral e os *contras* continuaram suas ações militares. Se tivéssemos adiado ou suspenso as eleições, alegando com toda a razão a situação de guerra imperante no país, os norte-americanos teriam usado toda a sua

máquina propagandística para nos apontar perante o mundo como totalitários. Eles negam, mas na verdade caminham para um regime de partido único, teriam dito.

Por outro lado, nós pensávamos que ao realizarmos as eleições mesmos em plena guerra além de antecipá-las tornaríamos injustificável a continuação do financiamento dos Estados Unidos aos *contras*, que tinham sido bastante generosos durante os dois mandatos de Reagan.

Mas chegou novembro e os *contras* não foram desmobilizados. E chegamos a fevereiro sem novidades. E foi assim que partimos para as eleições de 25 de fevereiro em condições muito desvantajosas para a Frente Sandinista.

Havia duas opções com possibilidades de vitória: a FSLN e a UNO. Nós oferecíamos ao povo a paz, sem discursos demagógicos. Não podíamos mentir para as pessoas, dizer-lhes que tudo ia mudar de um dia para o outro.

A outra opção era a UNO, que em uma atitude demagógica prometia ao povo a paz e sanear a economia em 90 dias. E apareceu o presidente Bush recebendo os candidatos dessa organização, uma, duas, três vezes na Casa Branca. E dizia: Se vocês votarem na UNO, terminam a guerra e o embargo econômico.

E, simultaneamente, o governo norte-americano lançava sua campanha de difamação. Começou a dizer que as eleições não seriam limpas, que tínhamos armado tudo para ganhar e que se, no último momento perdêssemos, não entregaríamos o governo ao partido ou frente ganhadora.

Portanto, o povo não votou com inteira liberdade, mas sob pressão, ameaçado de alimentar a continuação da guerra e do embargo econômico se desse seu voto ao sandinismo.

Muitos dos que deram seu voto à oposição, depois nos disseram: Eu estou com a revolução, mas se vocês tivessem vencido, a guerra continuaria porque os Estados Unidos não querem aceitá-los.

Foi um ato de desespero de um povo submetido a uma terrível guerra, que já lhes deixou mais de 60 mil vítimas, mais de 30 mil mortos. Se essa guerra tivesse



A nova Constituição da Nicarágua estabelece que todos os candidatos à presidência derrotados terão uma cadeira no Parlamento. Portanto, Daniel Ortega passa a ser deputado.

Consultado sobre seu futuro político, ele respondeu: Agora eu sou deputado, mas com todo o respeito que merecem os parlamentares, e a importância que tem seu trabalho na Câmara, penso em me dedicar mais ao trabalho nos bairros, nas fábricas, no campo. Prefiro um contato mais direto com a população, para fazer uma oposição construtiva.



A campanha eleitoral foi intensamente disputada, tanto por parte da Frente Sandinista quanto da UNO

acontecido nos Estados Unidos, proporcionalmente à sua população, teria havido dois milhões de vítimas, entre elas, um milhão de mortos.

Também temos que levar em conta o fato de que a guerra custou mais de 17 bilhões de dólares à economia nicaraguense. Por isso, uma parte do povo agiu com pragmatismo e disse: Bom, vamos terminar de uma vez por todas com essa guerra.

Apesar de tudo, 40,8% do eleitorado decidiu dar seu voto à FSLN. Isso o ratifica como o maior e mais sólido partido da Nicarágua.

Agora temos que ver se a guerra realmente vai terminar. Os Estados Unidos continuam apoiando os *contras*. Justamente sobre essa questão conversei com o vice-presidente Dan Quayle em Brasília. Começamos a falar sobre esse tema em Santiago do Chile, durante a posse do presidente Patricio Aylwin, e continuamos aqui no Brasil.

Eu lhe disse que se estão interessados em contribuir para que a situação se normalize na Nicarágua, devem cortar já o apoio à contra-revolução.

O vice-presidente Dan Quayle me disse que vai examinar esse ponto, mas que os *contras* alegam não sentir segurança para regressar à Nicarágua.

Isso não é verdade. Há milhares de *contras*, de somozistas que foram libertados. Outros decidiram apoiar o processo de paz e desfrutaram de toda a segurança que lhes dão o Exército Popular Sandinista e a Polícia Sandinista de Segurança.

Além disso, estão os observadores das Nações Unidas e da OEA, que podem comprovar as condições de segurança que encontram os *contras* que se incorporaram ao processo de paz.

"Afirmamos que entre o cristianismo e a revolução não existe nenhuma contradição. E que para ser revolucionário não é necessário ser ateu"

Da nossa parte, estamos trabalhando para que a transição se dê de uma forma normal, ordenada. Mas há muita tensão no país, pela situação econômica, pela guerra que não desaparece, tensão social e política.

O país está vivendo um momento como o que ocorre no mar às vezes: o da tranquilidade antes da tormenta. Nós não queremos que venha a tempestade. Mas

não depende só de nós, mas de todos os nicaraguenses.

O novo governo, principalmente, tem uma grande responsabilidade, como também os Estados Unidos, que se comprometeram a acabar com a guerra contra a Nicarágua. Ou será que temos que suspeitar que Washington não está satisfeito com essa frente de partidos que apoiou e vai continuar a guerra, porque quer destruir pela raiz qualquer vestígio do sandinismo?

Naturalmente, nós, sandinistas, também temos uma grande responsabilidade. Dependerá da forma como atuemos que essa tempestade não desabe e que o país possa se encaminhar de forma normal, com um mínimo de estabilidade no campo político, no campo econômico e social.

Não nos arrependemos de ter assumido o desafio de realizar eleições livres. Como partido, sofremos um revés. Mas admitimos a possibilidade de uma derrota eleitoral em prol de um processo democrático com características novas no contexto latino-americano.

Nós não nos propusemos a ficar governando eternamente o povo da Nicarágua. Fomos derrotados eleitoralmente, mas a revolução se fortaleceu, assumiu uma nova forma, um novo

As conquistas a defender

Entre as conquistas que o povo nicaraguense não está disposto a perder, na opinião de Ortega, estão os avanços no campo da educação. O presidente nos contou que recentemente, quando se começou o ano letivo na Nicarágua, se reuniu com os estudantes para lhes explicar o processo de transição até o dia 25 de abril e a etapa que se abre daqui por diante.

Disse aos jovens afirma Ortega que quando a revolução triunfou, em 1979, só estudavam 500 mil nicaraguenses. No dia 25 de abril, vou entregar ao novo governo o país com um milhão de estudantes e 36 mil trabalhadores nessa área, em um sistema educacional muito avançado, sob todos os aspectos.

Por essa razão, o presidente considera que se o novo governo quiser impor uma política de redução do déficit fiscal, promovendo cortes no orçamento da educação, caberá aos estudantes, bolsistas e professores travar uma batalha para não perder as conquistas realizadas pela revolução, em condições sumamente difíceis.

E acrescenta: E junto a eles, nesse momento, estará a Frente Sandinista, apoiando a luta dos professores e estudantes.

conteúdo, uma nova projeção. Diríamos que está passando agora por sua época de maior apoio popular.

A Frente Sandinista está enfrentando a sua maior prova de fogo. Mas ao fazê-lo, está dando uma enorme contribuição ao processo revolucionário de toda a América Latina. Porque, ao perder a batal-

ha eleitoral e entregar o poder aos vencedores, está ajudando a consolidar um modelo revolucionário de caráter democrático e de economia mista.

Lutamos para ganhar as eleições, mas uma vez conhecidos os resultados, não podíamos negá-los. Tínhamos que entender que esses 50,4% de nicaraguenses

que não votaram em nós também querem a paz.

O desafio que nos impõe esse momento é continuar a luta fora do governo. Mas, o que significa esse desafio para nós, que estamos na luta desde que éramos um punhado de jovens na clandestinidade e quando nem nos passava pela cabeça a idéia de que chegaríamos ao poder?

Quando veio a vitória, começamos a governar de cima, mas sempre junto ao povo, lutando contra o risco da corrupção, da burocratização, contra nossos próprios erros e contra um poderoso inimigo.

E demos à Nicarágua uma Constituição democrática, revolucionária. Uma Constituição que não pode ser alterada pelo próximo governo, porque isso exigiria uma maioria que eles não obtiveram nas urnas.

Então se trata agora, a partir de 25 de abril, de passar a uma nova forma de luta, que enriquece o processo revolucionário da Nicarágua e da América Latina. A partir desse dia, os sandinistas e os 40,8% do nosso povo que votaram em nós estaremos governando de baixo para garantir as conquistas populares.

E estaremos lado a lado também com os 54,7% de nicaraguenses que não votaram em nós, mas que não querem o fim da revolução, para fazermos uma oposição construtiva.

Nós, os sandinistas, nos dispomos com o entusiasmo, iniciativa e criatividade de sempre a lutar por um novo país. Convencidos de que esse revés eleitoral se transformará em uma vitória estratégica da revolução nicaraguense e, portanto, em uma vitória estratégica da Frente Sandinista de Libertação Nacional.

Não lutamos para nos convertermos em donos do destino do povo, mas para que o povo se transformasse em dono de seu próprio destino. Esse é o objetivo dos sandinistas. ●



Não lutamos para nos convertermos em donos do destino do povo"

Os desafios de Violeta

Apesar de vitoriosa nas eleições, a presidenta Chamorro terá necessariamente que compartilhar o poder com os sandinistas, que dominam a máquina estatal e as forças armadas

Jaime Brener

Assentada a poeira da surpreendente derrota sandinista nas eleições presidenciais de fevereiro, uma grande questão permanece no ar: quem vai controlar o aparelho de Estado nicaraguense. Será Violeta Chamorro, eleita presidenta, que carrega consigo uma grande esperança popular, mas não conta com partidos fortes nem presença nas forças armadas? Ou os sandinistas, ainda o maior partido do país, que hoje dominam a máquina estatal, a polícia e o exército?

Os conservadores de Violeta Chamorro e a Frente Sandinista terminaram chegando a um acordo para a transição pacífica na Nicarágua. O partido de Daniel Ortega deve aceitar uma "desideologização" do exército e da polícia sandinista, bem como a redução de seus efetivos. E Violeta não deverá mexer na hierarquia militar nicaraguense, conservando o comando sandinista sobre as forças armadas. O acordo, cujos primeiros pontos foram anunciados em março, tem o apoio da Casa Branca.

Com isso, estariam sendo dados os passos iniciais para o desmantelamento do modelo que identificava a Frente Sandinista com o Estado nacional, construído a partir da revolução de 1979, que destituiu o ditador Anastasio Somoza, e reforçado pela agressão norte-americana à Nicarágua.

A Frente Sandinista também iniciaria sua transição, de um partido revolucionário, para uma agremiação capaz de disputar o poder democraticamente. É claro que se trata de um processo complexo, que inclui ainda a decisão sobre o futuro da economia, fortemente

estatizada, e supõe negociações delicadas entre as duas partes.

No entanto, apesar do acordo "em princípio", persiste uma grande incógnita em tudo isso: o comportamento dos *contras*. A União Nacional de Oposição, partido de Violeta Chamorro, chegou em março a um acordo com os rebeldes, assinado em Honduras, prevendo sua desmobilização definitiva, integrando-se novamente à vida civil. Mas existem setores resistentes ao fim da guerra.

É certo que estes setores parecem ser marginais, e não deverão contar com um apoio decisivo da Casa Branca. Mas sua



Violeta: se comprometeu a terminar a guerra

atuação pode bloquear a transição política na Nicarágua, uma vez que o comando sandinista não admite qualquer redução nas dimensões das forças armadas, sem o fim da guerrilha *contra*. E os setores mais radicais da guerrilha não querem depor as armas, enquanto os sandinistas não abandonarem a liderança militar do país. O que não parece previsto no acordo entre Daniel Ortega e Violeta Chamorro.

À espera de dinheiro A desmobilização dos *contras*, curiosamente, é hoje um problema maior para Violeta Chamorro do que para os sandinistas, que passaram quase dez anos combatendo os rebeldes. Mas a nova presidenta tem ainda uma outra grande dor de cabeça. Boa parte dos seus 54% de votos nas eleições foram depositados por nicaraguenses confiantes na capacidade de Violeta de pôr fim ao bloqueio comercial norte-americano e solucionar a grave crise econômica do país.

O presidente dos EUA, George Bush, já suspendeu o bloqueio econômico, e conseguiu que o Congresso iniciasse a discussão sobre a entrega de uma ajuda de emergência de 300 milhões de dólares à Nicarágua. A entrega da ajuda pode levar algum tempo, já que uma emenda constitucional permite ao Congresso exigir um estudo cuidadoso sobre a destinação do dinheiro, antes de conceder qualquer soma a países "complicados". Haja vista o desespero do presidente panamenho, Guillermo Endara, empossado pelos tanques norte-americanos durante a invasão ao país, em dezembro, e que chegou a entrar em greve de fome, tentando apressar a chegada do dinheiro prometido pela Casa Branca.

É verdade que Violeta Chamorro contará, a seu favor, com o fim da guerrilha, "no atacado", o que, ao lado do restabelecimento de relações com os Estados Unidos, principal parceiro econômico da Nicarágua até 1981, deve dar uma certa estabilidade ao seu governo. A dúvida, porém, é se ela terá condições agora de satisfazer o anseio por um nível de vida melhor das centenas de milhares de pessoas que lhe deram seu voto. Isso levando-se em conta que a maioria de seus votantes não são anti-sandinistas "por princípio", como ela mesmo reconhece.

Além disso, Violeta terá que enfrentar uma Frente Sandinista organizada em todo o país, com 38 deputados na Assembléia, o que lhe garante a possibilidade de impedir qualquer reforma constitucional, disposta a retomar pelo voto o poder que perdeu também pelo voto.

A guerra psicológica

Na agressão desencadeada pela Casa Branca contra a Nicarágua os meios de comunicação tiveram (e têm) um papel decisivo.

O povo nicaraguense foi bombardeado com mensagens que visavam a destruir sua confiança no governo sandinista

Carlos F. Chamorro Barrios

A família da presidenta Violeta Barrios de Chamorro ficou dividida ao meio com a vitória da revolução sandinista. De seus quatro filhos, os dois mais velhos, Pedro Joaquín e Cristiana, ficaram do lado dela quando, após permanecer uns meses na Junta de Governo, rompeu com o sandinismo. Claudia e Carlos, os dois menores, permaneceram fiéis à revolução.

Essa situação não se alterou sequer com a proclamação da candidatura de Violeta à presidência. Claudia e Carlos fizeram duras críticas em público a sua mãe pelo papel que se prestava cumprir nesta etapa decisiva na história da Nicarágua.

O texto que publicamos a seguir foi condensado e adaptado de um trabalho de Carlos Chamorro, o filho mais novo de Violeta, que é o diretor do jornal *Barricada*, porta-voz oficial da Frente Sandinista. Em seu ensaio, o jovem dirigente sandinista analisa, entre outras coisas, o papel do diário *La Prensa*, de propriedade de sua

família, dirigido atualmente por um dos seus tios e editado por sua irmã Cristiana (Violeta havia assumido a direção após a morte de seu marido). Carlos Chamorro o acusa de estar vinculado à CIA e de ter sido instrumento da política agressiva dos Estados Unidos para com a Nicarágua.

Chamorro nos enviou este artigo há algum tempo, antes da campanha eleitoral. Dada a importância que os meios de comunicação tiveram na estratégia da Casa Branca durante todos os anos de agressão à Nicarágua e em particular dada a relevância que a batalha pela conquista das mentes a guerra psicológica adquiriu na campanha eleitoral (a ponto de se converter em um fator de peso na vitória da UNO), incluímos nesta edição estas reflexões de Chamorro.

Elas não só não perderam sua atualidade, como também ajudam a entender em que condições desiguais se desenvolveu todo o processo revolucionário e também a campanha eleitoral.



Carlos Fernando Chamorro: fiel à revolução sandinista

A aliança entre a imprensa e os grupos locais de poder político tem sido sempre indispensável para que estes tentem exercer um controle hegemônico sobre a sociedade. E o domínio das transnacionais e das associações de proprietários de jornais como a Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP), ou a Associação Interamericana de Radiodifusão (AIR) é determinante para a preservação da hegemonia norte-americana no hemisfério.

A introdução de novas tecnologias na produção da informação não só significou uma acelerada modernização da televisão e das agências de notícias, como permitiu aos meios de comunicação de massa desenvolver novas funções ideológicas que os convertem em um aparelho hegemônico privilegiado, substituindo inclusive o papel dominante que tradicionalmente tem desempenhado o sistema escolar.

Embora em alguns países este fenômeno tenha provocado uma tímida intervenção estatal para regular e resguardar-se desta invasão transnacional, a consequência política mais imediata foi o fortalecimento dos grandes consórcios privados (como o caso da Televisa no México ou da Rede Globo no Brasil), que exercem uma considerável influência política e ideológica sobre os destinos de nossos países.

Falsa objetividade Um estudo da Federação Latino-Americana de Jornalistas (Felap), realizado em 1985, constatou que entre 70 e 80% da informação internacional que é difundida na América Latina provém da Associated Press, United Press, France Press e Reuters.

A mera comparação entre as 31 milhões de palavras que diariamente emitem estas agências, em comparação às 40 mil que se reproduzem através do *pool* de agências não-alinhadas, bastaria para suspeitar que estamos sendo gravemente desinformados por omissão.

Mas se somamos a tendência a omitir informações à desinformação por "comissão" – como chama o pesquisador e jornalista argentino radicado no México



"La Prensa": "Um instrumento da agressão norte-americana"

Gregorio Selser —, produto dos preconceitos ideológicos e interesses políticos das transnacionais, na maioria dos casos coincidentes com os interesses dominantes na grande imprensa latino-americana, a suspeita deve dar lugar à denúncia.

Não há ingenuidade nem objetividade nos frequentes erros que as transnacionais cometem, mas o cumprimento

de um princípio, de uma política informativa que na essência visa a justificar a política externa dos Estados Unidos, e como parte da mesma, a desmobilizar politicamente os povos latino-americanos.

Os avanços que têm havido nos últimos anos na América Latina no terreno institucional não têm uma contrapartida nos meios de comunicação. Não se tem avançado na criação de uma imprensa nacionalista ou patriótica, já nem dizemos ideologicamente progressista.

Pelo contrário, no caso da América Central, com exceção obviamente de vários meios de comunicação nicaraguenses e do jornal *Tiempo* de Honduras, a imprensa está muito mais à direita dos governos e bem mais próxima da política norte-americana. E dependendo de sua ligação, assume o papel de uma espécie de cogoverno, ultraconservador, como o fez o jornal *La Nación* da Costa Rica.

Segundo um estudo de Gregorio Selser, a grande imprensa sul-americana está mais pressionada hoje em dia a refletir as prioridades da política externa dos Estados Unidos que há duas ou três décadas atrás e diminuiu sua tendência a informar objetivamente sobre os processos de mudança de nossa América.

Esta conclusão não contradiz a relação existente entre os grupos de poder político e a imprensa, e sim reflete o grau de submissão desta à influência norte-americana, além de um maior nível de transnacionalização da informação.

Isso nos leva a analisar um terceiro fenômeno, que ao nosso ver é mais relevante.

A guerra pelas mentes — Nos referimos à importância sem precedentes na história moderna, que o presidente dos Estados Unidos Ronald Reagan e seu sucessor George Bush deram aos meios de divulgação com a finalidade de respaldar no plano político e ideológico os interesses de sua política externa.

"Os avanços ocorridos nos últimos anos na América Latina no terreno institucional não têm uma contrapartida nos meios de comunicação"

Por um lado, Reagan fortaleceu os órgãos de comunicação de seu governo, encabeçados pela Agência de Informação dos Estados Unidos (Usia), criada por seu diretor Charles Wick como "um meio básico na guerra para conquistar as mentes das pessoas".

Com uma verba de 960 milhões de dólares em 1987, a Usia coordena o programa de "Democracia e diplomacia pública", no qual a prioridade tem sido a campanha para sabotar as iniciativas de paz na América Central, incluídos aí os esforços de negociação do Grupo de Contadora; a obsessão em "educar" o povo norte-americano para ganhar seu apoio à política intervencionista, e, sobretudo, a

cruzada para desacreditar a Nicarágua sandinista na América Latina e Europa.

O uso dos meios de comunicação para fortalecer um determinado projeto de sua política externa teve um claro exemplo durante o governo Ronald Reagan, por ocasião da realização das primeiras eleições livres realizadas na

história da Nicarágua.

Efetivamente, em novembro de 1984 a Revolução Sandinista culminou um processo no qual participaram sete partidos políticos e mais de 75% dos prováveis eleitores. Para ofuscar esse fato, a administração Reagan fabricou a chamada "crise dos Mig", arrastando sem exceção as transnacionais de notícias, a imprensa norte-americana, e, como rebote, a maioria da imprensa latino-americana.

Outro exemplo revelador é a manipulação que as transnacionais e a imprensa fizeram dos debates no Congresso norte-americano para financiar as forças mercenárias antinicaraguenses.

Com sua pretensa objetividade, a imprensa aceitou como um fato natural e legítimo uma política intervencionista que lesa a soberania da Nicarágua. O máximo que se questiona é a forma como essa política é realizada e as possíveis variantes para torná-la mais eficaz, e não a sua essência imoral e ilegal.

Em muitos países latino-americanos induzido pelos meios de comunicação o público está mais preocupado com o que acontece nas Filipinas, Oriente Médio ou Coreia do Sul do que em entender a verdadeira natureza do conflito centro-americano.

Alguns questionamentos — Até que ponto podem ser democratizados os grandes meios de comunicação de massa convencionais? Até que ponto podem se modernizar os meios de caráter alternativo

que ainda estão ao alcance das forças sociais democráticas?

Nós não temos uma fórmula para resolver a questão, mas acreditamos que a modesta experiência da Nicarágua pode servir para ilustrar as duas faces da moeda: de um lado, a aplicação da guerra psicológica como componente vital de uma guerra intervencionista a que os estrategistas norte-americanos preferem qualificar com o eufemismo de "guerra de baixa intensidade".

E, por outro lado, a possibilidade real de dispor e desenvolver os meios de comunicação em função dos interesses da maioria e da transformação democrática e revolucionária.

Primeiro, devemos nos lembrar de que a guerra psicológica contra a Nicarágua sempre foi concomitante à agressão militar, que tem um custo enorme para o país em vidas humanas e em perdas materiais. Nesta guerra total – que tanto se travou nas montanhas da Nicarágua como nos foros diplomáticos, e na qual a consciência política do povo é o alvo principal das ações inimigas –, o âmbito da informação e a chamada guerra psicológica adquirem uma importância privilegiada.

As campanhas propagandísticas contra a Nicarágua por parte dos sucessivos governos norte-americanos começaram na XXXV Assembléia Geral da SIP,

realizada em Toronto, Canadá, em outubro de 1979. Essas campanhas adquiriram mais força a partir de janeiro de 1981, com a chegada ao poder da administração Reagan, sempre acompanhadas de toda a sorte de pressões e chantagens contra a comunidade internacional.

Primeiro foi a acusação de que a Nicarágua exportava sua revolução para El Salvador. Depois, a Nicarágua se converteu em "uma ameaça para seus vizinhos", como consequência de sua suposta política belicista, para a qual contaria com apoio cubano-soviético.

"Os grandes meios de comunicação nunca questionaram a imoralidade e ilegalidade da política intervencionista norte-americana, mas no máximo, a forma como ela era realizada"

Logo depois, o problema se universalizou, quando o presidente Reagan declarou que a Nicarágua sandinista ameaçava a "segurança nacional" dos Estados Unidos. Finalmente, se decretou a ilegalidade do regime sandinista, acusado de totalitarismo em sua expressão máxima.

Os mesmos métodos de desinformação e guerra psicológica norte-americanas se transferiram com algumas adequações e matizes para a política interna da Nicarágua, o que por sua vez contribuiu para realimentar a campanha internacional.

O uso por parte da hierarquia eclesiástica de antigos recursos psicológicos para levar o povo a se posicionar contra a "ameaça do comunismo ateu inimigo da religião"; a cruzada por persuadir as massas de que era a revolução e não a agressão norte-americana a causa principal da crise econômica que atravessa o país, e a pretensão de legitimar a agressão externa (ao reivindicar o status de "força beligerante" para o exército mercenário dos contras), são alguns dos elementos da campanha levada a cabo internamente para questionar o sandinismo.

O papel do La Prensa – Ao rever quais os instrumentos ideológicos aglutinadores do projeto da frente política interna, é indispensável referir-se ao papel do diário *La Prensa* e do setor mais conservador da hierarquia eclesiástica.

Por razões históricas, nas que não podemos nos deter aqui, depois do triunfo da revolução os partidos políticos, seus irigentes e as organizações gremiais da burguesia, careciam de legitimidade para chegar às massas, reservando-se esta possibilidade ao jornal *La Prensa* e à igreja católica como instituições.

Não é por acaso, então, a evolução que ambos sofreram, durante a estratégia intervencionista dos Estados Unidos, ao deformar seu previsível papel como foras nacionais de oposição, até terminar transformadas em instrumentos orgânicos da potência agressora em uma situação de guerra.

Os vínculos financeiros de *La Prensa* com a organização de fachada da CIA conhecida como Prodenca e sua política editorial promotora das teses norte-americanas se tornaram uma questão que transcendia os limites da liberdade política, regulados pelo estado de emergência que esteve vigente durante um longo período no país.

Bush e Reagan: duas faces da mesma política intervencionista



Por essa razão, a suspensão do diário *La Prensa* não caía no âmbito da liberdade de expressão, mas da defesa do princípio da não-intervenção, que não é negociável.

Outro componente da guerra psicológica declarada contra o povo nicaraguense eram as recomendações estipuladas no manual de operação da CIA especialmente criado em 1983 para as forças mercenárias, complementado por uma virtual guerra radiofônica que vinha do exterior.

No território nicaraguense se captam 76 sinais de emissoras de onda média, onda curta e frequência modulada, das quais 26 são da Costa Rica e 18 de Honduras. A maior parte das suas mensagens durante todo o período de guerra tinha o objetivo de minar a confiança do povo nicaraguense em seu governo.

Entre estas emissoras, a Voz da América ocupa um lugar preponderante através da repetidora instalada em Belize, que opera com um transmissor de 50 quilos em onda média, no departamento de Guanacaste, perto da fronteira sul nicaraguense.

Um estudo realizado em Manágua no primeiro semestre de 1986 mostrou que a Voz da América dedicava à Nicarágua um tempo de transmissão noticioso equivalente a 60% do que era destinado a todos os países da América Latina.

Além de A Voz, existe uma diversidade de emissoras contra-revolucionárias que vão desde a Rádio Impacto que transmite a partir da Costa Rica com uma fachada comercial, em onda média e onda curta, com uma repetidora de 50 quilos de potência passando pela Rádio 15 de Setembro, Rádio Resistência Nicaraguense, com peso maior para a informação política, a Suni Rádio, que transmite na língua das etnias da costa



"A guerra psicológica na Nicarágua foi concomitante à agressão militar"

Atlântica, e para fechar esse amplo leque a Rádio Libertação.

Esta última, sem dúvida é o projeto mais sofisticado da estratégia radiofônica contra-revolucionária. Transmite a partir de El Salvador, com um moderno sistema de propagação ionosférica em onda média, de seis da tarde às seis da manhã, com uma programação mais persuasiva, que combina notícias, ações psicológicas, músicas e novelas.

"Não há ingenuidade, nem objetividade nos frequentes erros que cometem as grandes agências informativas, mas sim o cumprimento de uma linha que procura justificar a política externa dos EUA"

Com algumas diferenças de linguagem, as distintas emissoras coincidem em privilegiar o tema religioso como o principal terreno de manipulação ideológica contra a população. Mas se sua superioridade está na potência com que suas ondas sempre conseguiram invadir o território nicaraguense, sua desvantagem

reside precisamente em sua desvinculação e afastamento dos potenciais ouvintes, que só podem atuar como passivos receptores de suas mensagens.

No campo da televisão, com exceção dos departamentos (estados) próximos à capital, no resto do país se captam com facilidade nove sinais das televisões costa-riquenhas ou salvadoreñas. E embora esta penetração não tenha a mesma dimensão política da guerra radiofônica, sua importância é considerável como veículo de reprodução de valores ideológicos que competem com o sistema nacional de televisão.

A contrapartida da política de agressão projetada pela administração norte-americana contra a Nicarágua foi a estratégia de defesa integral da revolução desenhada pela Frente Sandinista, que teve como eixo a mobilização do povo em todas as frentes. Para isso, se sincronizaram as ações militares com a defesa da economia, das conquistas sociais e da luta diplomática.

Ao longo de todo esse processo, a Frente Sandinista acumulou uma valiosa experiência no uso dos meios de comunicação. É verdade que, do ponto de vista tecnológico e econômico, os meios de comunicação com os quais contou o

governo nicaraguense foram infinitamente mais modestos que os utilizados pelo inimigo, mas também é certo que os mesmos se encontram profundamente enraizados na vida do povo. Na imprensa escrita, por exemplo, a tiragem diária de *Barricada* e *El Nuevo Diario* supera os 230 mil exemplares, quando em 1979 a soma dos diários então existentes (*La Prensa* e *Novedades* não ultrapassava a 90 mil exemplares).

Por outro lado, emissoras regionais que operam com transmissores obsoletos (de 5k ou 10k de potência) competem e às vezes superam a audiência das duas emissoras nacionais (50 k de potência cada uma).

É importante lembrar que apesar do cerco imposto contra o governo sandinista, na composição dos meios prevaleceram o pluralismo e a economia mista. Na radiodifusão, que sem dúvida alguma é o meio de comunicação mais importante em um país como a Nicarágua, existem 22 emissoras privadas e 21 estatais que expressam uma enorme gama de opiniões políticas e ideológicas.

Quanto à televisão, as duas estações do Sistema Sandinista de Televisão são do Estado e existem 12 centros de produção audiovisual em diversas instituições e organismos privados. Também na imprensa



A revolução estimulou a participação popular



Nicarágua: apontada por Reagan como uma "ameaça à segurança" dos EUA

escrita a diversidade se evidencia além de nos jornais nacionais, na existência de 14 publicações semanais ou quinzenais e 15 revistas de diferente caráter e orientação política.

A meta comum de todos esses meios de comunicação foi conjugar a todo momento os objetivos políticos da revolução com as necessidades de informação e diversão do povo. Essa linha de ação tem sido sumamente importante para potencializar a qualidade da comunicação de massas no país.

Mas é preciso reconhecer que, certamente, os meios de comunicação revolucionários sempre foram mais efetivos para travar a luta política do que para oferecer lazer. Quer dizer, souberam apoiar a mobilização do povo para a defesa militar ou contra-atacar as campanhas inimigas, mas não atuaram com a mesma agilidade na luta ideológica, em seu sentido mais amplo, sobretudo em

áreas tão difíceis como a da recreação e lazer.

A experiência dos meios de comunicação na luta contra a agressão estrangeira teve sem dúvida seu êxito mais evidente nas iniciativas lançadas para promover a participação popular. Essa participação não só constitui um direito constitucional, como foi um imperativo político para tentar contrabalançar a estratégia de desinformação e a guerra psicológica dos Estados Unidos.

Em um país onde a agressão externa e o subdesenvolvimento não permitem dar imediatamente uma resposta material às necessidades das massas, a participação popular na defesa da soberania, nos sindicatos e cooperativas constitui a única saída viável. E no campo dos meios de comunicação, a participação constitui a pedra angular da eficácia da comunicação.

Neste sentido, deve-se destacar a importância que se deu às programações abertas e participativas na rádio, assim como os esforços paralelos na imprensa escrita e na televisão para transcender o papel da imprensa como geradora de opinião para um nível que possibilitasse gerar ações de massas e soluções para os problemas da população.

Apesar de seus erros e imperfeições, essas experiências de alguma maneira fixaram as bases de uma nova relação entre o poder político e a imprensa a serviço das massas.

Uma nova oportunidade

A retomada do diálogo entre o governo salvadorenho e a FMLN cria um clima propício para solucionar o conflito no país pela via pacífica

Aldo Gamboa

Uma das primeiras consequências da inesperada vitória de Violeta Chamorro na Nicarágua foi a retomada do diálogo entre o governo direitista de El Salvador encabeçado por Alfredo Cristiani e o movimento guerrilheiro Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional.

Embora pareça paradoxal, o recente encontro entre ambas as partes segue a linha de conduta adotada pela Frente Sandinista da Nicarágua, que após assinar com os demais governos centro-americanos os acordos que estabeleciam a realização de eleições livres e o diálogo com os grupos rebeldes, levou seu compromisso até as últimas consequências e se dispôs a continuar atuando politicamente na oposição.

Essa atitude dos sandinistas que a um alto preço cumpriram estritamente os compromissos assumidos perante os outros governantes de El Salvador, Guatemala, Costa Rica e Honduras 1º deixou Vinicio Cerezo e Alfredo Cristiani em uma situação embaraçosa. A diferença é que em El Salvador e na Guatemala se apresentam situações diametralmente opostas às da Nicarágua: há um governo constituído que está sendo questionado pelos movimentos armados.

A transição pacífica na Nicarágua criou assim um precedente: os acordos de paz não são só papéis nos quais se escrevem propostas bem intencionadas. Se há empenho em transformá-los em realidade, se abrem perspectivas reais de solução

pacífica para o conflito armado que já custou tantas vidas na região centro-americana.

Se isso foi possível na Nicarágua, por que não seria no caso de El Salvador ou da Guatemala?

O encontro do dia 4 de abril passado em Genebra promovido pela ONU entre representantes do governo salvadorenho e da Frente Farabundo Martí parece indicar que o presidente Cristiani compreendeu que os antecedentes da Nicarágua não lhe deixavam argumentos para justificar novas negativas para iniciar um diálogo sério com a guerrilha para superar o impasse no terreno militar.

É bem verdade que a FMLN tinha tomado a iniciativa. O dirigente guerrilheiro

Shafick Jorge Handal tinha anunciado no México, em 13 de março passado, que a Frente Farabundo Martí decidiu renunciar aos atentados e à sabotagem ao transporte público e ao comércio.

Este gesto de boa vontade foi interpretado como a primeira resposta à sugestão feita pelo secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar, para que ambas as partes mostrassem na prática sua disposição para retomar o diálogo.

A resposta do governo não se fez esperar. O porta-voz da presidência, Mauricio Sandoval, anunciou que o governo de Alfredo Cristiani tinha eliminado todas as precondições para o estabelecimento do diálogo, fundamentalmente a exigência de que a guerrilha suspendesse previamente suas hostilidades.

Sandoval acrescentou que para o início das conversações era necessário somente que o governo e a FMLN definissem o marco referencial dessas negociações.

Oposição às negociações Porém, dentro da Arena e no governo, as posições não são tão homogêneas. Há um setor que interpreta a vitória eleitoral de Violeta Chamorro na Nicarágua como um freio à necessidade de restabelecer o diálogo



Shafick Handal, da FMLN: tomando a iniciativa de restabelecer o diálogo com o governo



Alfredo Cristiani: obrigado a negociar

com a FMLN, pois esse movimento teria perdido um de seus mais importantes apoios na região. Embora debilitados, esses setores do governo e das forças armadas salvadorenhas apostavam em prolongar ao máximo o início de qualquer contato com a guerrilha, à espera de que o suposto isolamento derrotasse a Frente Farabundo Martí.

Em Genebra, o governo representado pelo ministro da Justiça, Oscar Santamaria mostrou que tinha prevalecido a linha negociadora. Santamaria estendeu a mão a Handal e ambos assinaram o acordo que estabelece a via pacífica para pôr fim à guerra civil, que em dez anos deixou mais de 70 mil vítimas. Pérez de Cuellar disse que havia aceitado a intermediação do diálogo porque tinha recebido de ambas as partes a garantia de que estavam agindo de boa fé.

Não foi estabelecido nenhum cronograma para as negociações, nem fixada uma data para o cessar-fogo. Porém, o comandante Shafick Handal disse que as hostilidades poderiam ser

suspensas em breve, se fosse feito um expurgo nas forças armadas, afastando de seus cargos os militares vinculados aos esquadrões da morte e se fosse realizada uma reforma no Poder Judiciário.

Os dirigentes guerrilheiros consideram que atualmente há mais possibilidades que antes de encontrar uma solução política para o conflito salvadorenho porque o governo do presidente Bush não pode usar o pretexto do 'perigo comunista' (para bloquear o diálogo) e se verá obrigado a desempenhar um papel mais positivo, ou menos negativo.

Por outro lado, a FMLN garantiu que nunca dependeu do armamento da Frente Sandinista nicaraguense, já que, segundo afirmou, compram as armas sem problemas no mercado negro mundial. Especialistas no assunto confirmam essa afirmação e acrescentam que, caso se concretize a desmobilização dos "contras" anti-sandinistas o mercado negro de armas na região centro-americana se ampliará consideravelmente.



A guerra civil já deixou mais de 70 mil vítimas, uma grande parte das quais civis Nicarágua. Ao conseguir

Os interesses de Bush Curiosamente, os especialistas centro-americanos consideram que um dos maiores interessados em conseguir que as negociações entre Cristiani e a FMLN se desenvolvam dentro de certos limites é o presidente Bush. Tudo indica que a Casa Branca presta cada vez maior atenção às

opiniões de especialistas do Pentágono, que afirmam que o exército salvadorenho é incapaz de derrotar militarmente a FMLN.

Tendo em vista que El Salvador é um dos países do Terceiro Mundo que recebem ajuda militar e econômica dos Estados Unidos, os poucos resultados obtidos no combate à FMLN foram convencendo progressivamente os especialistas militares norte-americanos de que agora é preferível apostar na negociação. Por essa razão, nos últimos tempos, a administração Bush manifestou reiteradamente seu desejo de que governo e guerrilha negociem sob os auspícios do secretário geral da ONU.

Em 1989, tinha havido uma tentativa de mediação do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), João Baena Soares, que não obteve resultados concretos. Agora, a participação de Pérez de Cuellar encontrou a reticência inicial da administração do presidente Alfredo Cristiani. Mas o paciente trabalho do representante pessoal de Pérez de Cuellar, Alvaro Soto, conseguiu superar essas desconfianças e fazer com que o governo se dispusesse a dialogar.

Outra figura que, indiretamente, teve muita influência na retomada do diálogo em El Salvador foi Daniel Ortega, que nas diversas reuniões de cúpula de presidentes centro-americanos sempre se mostrou particularmente empenhado em obter avanços para os acordos políticos dentro e fora da Nicarágua. Ao conseguir que os textos desses acordos exortassem os governos a negociar com os grupos rebeldes, Ortega colocou os "contras" entre a cruz e a espada. Mas, ao mesmo tempo, fez com que os governos da Guatemala e El Salvador se comprometessem a dialogar com a URNG e a FMLN, respectivamente. ●

O futuro em discussão

A queda do governo de Ytzak Shamir, originada indiretamente pela Intifada, mostra que somente a negociação entre Israel e a OLP pode assegurar a estabilidade regional. Enquanto isso, a ONU promove seminários para discutir o futuro da causa palestina



Shimon Peres e Ytzhak Rabin: mais abertos ao diálogo com a OLP

Em fins de março, o líder trabalhista israelense Shimon Peres deu por encerrada a sua primeira rodada de negociações para a formação de um novo governo. Seus esforços tinham sido em vão. O tempo corria contra suas aspirações de chegar a ser primeiro-ministro, em substituição a Ytzak Shamir, do Likud, que caiu após o voto de censura do Knesset (o Parlamento israelense) em consequência da decisão do Partido Trabalhista de romper a coalizão que dava sustentação ao governo.

O motivo de fundo da ruptura entre o trabalhismo de Peres e o

Likud de Shamir foi a rebelião palestina na Faixa de Gaza e Cisjordânia, territórios árabes ocupados pelas tropas de Israel desde a guerra dos sete dias, em junho de 1967.

Ambos os partidos divergem em relação às negociações de paz previstas no Plano Baker, uma iniciativa dos Estados Unidos que propõe o diálogo entre Israel e uma comissão palestina a ser eleita nos territórios ocupados. Shamir se nega

a dialogar com os palestinos, como propõem os Estados Unidos, enquanto que Peres, em princípio, aceitaria reunir-se com uma delegação dos territórios ocupados na capital egípcia, Cairo.

O Knesset está composto por 120 membros e, sendo o regime parlamentarista, para formar o governo o Partido Trabalhista necessita do respaldo da maioria dos deputados, isto é, de pelo menos 61. Para isso, deve negociar com os partidos religiosos, que se convertem, mais uma vez, em uma espécie de fiel da balança.

Se Peres ou outro líder trabalhista que for convocado pelo presidente Chaim Herzog não conseguir obter essa maioria, o mais provável é que sejam convocadas novas eleições, o que pode acarretar a demora de cerca de três meses para a formação do próximo governo.

O papel da ONU O impasse nas negociações de paz no Oriente Médio não se deve só à crise política de Israel, mas também à ruptura no diálogo entre a OLP

e os Estados Unidos, que tinha gerado razoável expectativa.

Nesse contexto, ganha especial importância a iniciativa das Nações Unidas de abrir a discussão do problema palestino-israelense em outros círculos. A ONU vem trabalhando arduamente neste terreno, promovendo periodicamente conferências e seminários sobre o problema palestino com participação de organizações não-governamentais (ONGs), jornalistas e outras forças organizadas da sociedade civil.

Os últimos dois encontros foram realizados em Buenos Aires, em fevereiro passado: o Quarto Seminário Regional das Nações Unidas e o Primeiro Simpósio para as Organizações Não-Governamentais sobre a questão palestina para a região da América Latina e Caribe.

Em ambos os eventos, se analisou a necessidade de não desperdiçar a oportunidade histórica que representa o atual clima de crescente cooperação internacional para propiciar o início das negociações entre Israel e a OLP.

Poucos dias depois, a ONU patrocinou, também em Buenos Aires, o Encontro Regional de Jornalistas da América do Norte, América Latina e Caribe sobre a questão palestina, que pela primeira vez reuniu profissionais de todo o continente para discutir a origem, a situação atual e as perspectivas do conflito.

Como sempre ocorre desde que as Nações Unidas começaram a organizar eventos deste tipo, tampouco desta vez o governo de Israel aceitou participar. Em caráter pessoal, esteve presente o escritor e jornalista israelense Amos Kenan, nascido em Tel Aviv, um dos mais importantes colunistas do diário *Yediot Aharonot* e fundador da Associação de Escritores Pales-

tinios e israelenses, organização pioneira de intelectuais de ambas as nacionalidades.

A OLP esteve representada por seu delegado permanente na ONU, Zuhdi Labib Terzi, nascido em Jerusalém, que desempenha esta função desde 1975 e antes representou a organização palestina no Brasil, Argentina e Espanha.

As intervenções de Terzi e Kenan tiveram como mediadores Armando Duque e Mahmoud El-Said, diretor e administrador de projetos, respectivamente, do Departamento de Informação Pública da ONU. Como terceiro palestrante participou Saad Chedid, assessor do ministro da Justiça da Argentina e destacado intelectual com ampla obra publicada sobre o tema palestino.

Da guerra à cooperação

Curiosamente, as divergências entre Terzi e Kenan afloraram quando se discutiu o passado e a origem do problema: o papel da ONU e da Grã-Bretanha na divisão da Palestina, a correlação de forças e a divisão

do mundo no pós-guerra e a participação do sionismo no processo que culminou com a criação do Estado de Israel.

Mas, quando se tratou de analisar o futuro, ambos coincidiram em que é imprescindível e urgente a negociação entre Israel e a OLP para lançar as bases do Estado palestino independente nos territórios ocupados em 1967, tendo Jerusalém como capital.

Tanto Kenan como Terzi consideram que a convivência pacífica entre ambos os Estados Israel e Palestina é perfeitamente possível, e mais, que a cooperação mútua permitirá fortalecer a economia dessa

estreita faixa de terra na qual estão ambas as nações.

Referindo-se às consequências da rebelião pacífica palestina dos territórios ocupados na sociedade civil israelense, assinalou:

A intifada está mexendo na estrutura moral de Israel. Os israelenses estão perdendo a convicção que tinham de que estão ao lado da justiça. A mitologia criada em Israel dizia que éramos sempre os poucos contra os muitos; os bons contra os maus; que chegamos com boas intenções e eles nos receberam mal. Essa interpretação histórica está mudando através do trabalho de vários historiadores e também pelos fatos recentes.



A intifada fez os israelenses respeitarem os palestinos

E prossegue: Assim como os missionários que chegavam à África não sabiam que eram a ponta de lança do colonialismo, mas o eram de fato, o mesmo acontecia com muitos dos primeiros colonos israelenses que chegaram à Palestina. Não entendiam a hostilidade dos árabes. Mas os estereótipos já não servem. Para destruí-los, muito contribuem os livros de revisionismo histórico e a intifada, na qual os palestinos demonstraram sua disciplina de ferro. Os israelenses os estão vendo todos os dias resistindo sem recorrer às armas, embora a situação seja muito tensa, e isso gera respeito.

Amos Kenan acha que em consequência da repressão à intifada há em Israel uma profunda crise moral. O resultado mais visível é que 250 mil jovens deixam o país a cada ano para não voltar mais. E são os melhores, os que têm ideais. Sabem que em Israel vão ter que estar no exército até depois dos 50 anos e isso com sorte, se antes não perderem a vida. O drama é que não existe uma alternativa política para o Partido Trabalhista e o Likud. Os trabalhistas não têm mais credibilidade e o Likud nos têm deixado nas mãos dos partidos religiosos. No entanto, ainda que Israel se negue a se sentar para discutir, o processo rumo à independência palestina é irreversível. Diria que nem sequer é

necessário que Israel o reconheça. Eles já são independentes, na prática.

Novas realidades O delegado palestino, por sua parte, insistiu na existência de um governo paralelo nos territórios ocupados, que é o poder real. Desde a intifada disse

se impôs uma nova realidade. Quando os dirigentes palestinos decretam uma greve, por exemplo, todo mundo acata. Há, de fato, dois poderes nesses territórios, e Israel sabe disso.

O dirigente da OLP analisou também o caráter pacífico da intifada. Os palestinos dos territórios ocupados não atuam por instinto, disse. Fazem de forma calculada. Por isso é pouco provável que a intifada evolua para a violência. As pessoas têm armas, têm metralhadoras. Mas eles não as usam, porque sabem que a não-violência está dando resultados. Mas, claro, são humanos e alguém, devido à repressão das forças de ocupação, pode

chegar a perder a paciência. Por isso, quanto antes nos sentarmos à mesa de negociações, será melhor para todos.

E acrescentou: Se após dois mil anos da expulsão dos judeus da Palestina a comunidade internacional entendeu que deveria devolver-lhes estes direitos, por que com os palestinos, que fomos expulsos há apenas três gerações, não se atua

da mesma forma? Se a Cidade do México possui 17 milhões de habitantes, o território da antiga Palestina pode nos acolher a todos, cinco milhões de israelenses e cinco milhões de palestinos.

Para o dirigente da OLP, qualquer cronograma que conduza à paz tem que estabelecer dois pontos essenciais: a retirada das tropas dos territórios

ocupados e o reconhecimento do direito de ambas as partes a exercer seus direitos inalienáveis dentro de fronteiras reconhecidas universalmente. E para os palestinos, disse, essas fronteiras são as que propôs o Plano Árabe, aprovado em Fez: são as dos territórios ocupados em 1967. (Beatriz Bissio)

As fronteiras de 1967

Amos Kenan lutou com as armas nas mãos pela criação do Estado de Israel. Hoje, quase 50 anos depois, disse estar convencido da viabilidade da convivência pacífica entre o futuro Estado palestino e Israel. Em uma conversa com **terceiro mundo** que girou em torno da eventual proclamação do Estado palestino e suas consequências na região, o jornalista e escritor israelense se mostrou otimista.

"Por ter lutado pela independência do meu país, conheço as etapas do processo revolucionário; sei o que significa obter uma arma, à qual passamos a glorificar, e sei que leva um longo tempo para entender depois que a resistência é, na essência, política. Que a força de todo um povo lutando é muito maior que a de um poderoso arsenal. Eu vejo essa evolução dentro da OLP. A força da intifada é hoje tamanha, que pode se considerar irreversível o processo para a proclamação do Estado palestino. Só falta a formalidade das negociações de paz", assinala.

"Como chegaremos a elas – acrescenta – não sei. Mas sei que o princípio sobre o qual se deverá assentar a paz será a definição das fronteiras do Estado palestino, segundo as dos territórios ocupados em junho de 1967. Haverá, penso, uma leve discussão sobre o status de Jerusalém. Mas creio que será superada em pouco tempo, já que é geograficamente possível que Jerusalém seja ao mesmo tempo a capital de Israel e do Estado palestino. A Cidade Velha, onde estão os lugares

sagrados, de alguma forma terá que pertencer a ambos os lados. Pode haver algo como um corredor que conduza ao Muro das Lamentações, por exemplo".

Ele lembra que outro problema a resolver "é a conexão entre a Faixa de Gaza e Cisjordânia. Terá que ter alguma estrada extra-territorial que permita ir de uma parte a outra do Estado palestino".



kenan: "Se discutimos a paz, não podemos pensar em guerra"

O escritor israelense vê outro aspecto chave nessas negociações: "Terá que haver um tratado de desmilitarização. Se estamos firmando a paz, não podemos continuar raciocinando com a lógica da guerra. Temos que partir da idéia de que o exército palestino não estará ali para invadir Israel. Na minha opinião, logo se comprovará que os palestinos, mais que nossos inimigos, serão nossos aliados".

"Sabe-se que vários estados árabes se pudessem impedir a independência

palestina, o fariam. O que hoje soa à ironia se tornará realidade: nos protegeremos mutuamente, para o bem comum. Do ponto de vista de Israel, o Estado palestino funcionará como um estado-tampão, contra uma eventual invasão árabe. Não um tampão militar, mas sim ideológico. Porque até agora todas as agressões árabes contra Israel

se fizeram em nome do Estado palestino. Se passa a existir o Estado palestino, não há *casus belli*. Para eles, funcionaremos como uma garantia ante uma hipotética ambição de algum vizinho árabe de anexar o Estado palestino".

E conclui: "Por isso estou convencido de que nosso futuro será de

cooperação; e o apoio mútuo será essencial para o desenvolvimento sócio-econômico de ambos os estados. Haverá um fluxo natural de técnicos e de mão-de-obra de um lado para o outro. Podemos pensar em uma associação comercial para colocar nossos produtos no mercado mundial. Teremos condições de pôr em funcionamento convênios entre nossas universidades. E os temores recíprocos poderão ser superados em um breve espaço de tempo".

“Conviveremos em paz”

A proclamação unilateral do Estado palestino em 1989 (ver terceiro mundo, nº 116, Oriente Médio/Palestina), após a reunião do Parlamento no exílio, o Conselho Nacional Palestino (CNP), marcou um divisor de águas a nível diplomático, na avaliação de Zuhi Labib Terzi, observador permanente da OLP nas Nações Unidas.

“Houve uma mudança substancial na atitude dos doze membros da Comunidade Econômica Européia (CEE), por exemplo”, disse Terzi em declarações exclusivas a terceiro mundo. E para provar isso, cita o fato de Arafat ter sido recebido pelas altas autoridades da CEE (que chama de “a tróica”) em Madri e na França e de ter ido ao Japão em visita oficial. É uma mudança, assinala.

Por outro lado, Terzi opina que se ainda não houve negociações diretas entre Israel e a OLP é por falta de vontade política das autoridades israelenses e do Conselho de Segurança da ONU. “Se os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança chegarem a um acordo sobre a necessidade desse diálogo disse, em sua condição de responsáveis pela paz mundial, estarão criando as condições para que ambas as partes se sentem para negociar”.

Nesse sentido, o dirigente palestino faz uma advertência: não se deve negociar sobre o papel, mas com um conhecimento profundo da topografia da região e de seus aspectos sociais e econômicos. “Não podemos fazer como em 1948, ano da divisão da Palestina, quando se trabalhou na base de papéis e por isso acabou se criando situações absurdas: muitas casas ou sítios, por exemplo, ficaram exatamente no meio da fronteira, metade do lado do futuro Estado árabe e metade em Israel”.

Terzi acha que também no difícil diálogo com os Estados Unidos houve progressos. “Ao menos agora os norte-americanos falam dos ‘direitos políticos’ dos palestinos. Isso é novo. E disseram aos dirigentes de Telavive que deviam abandonar seu sonho do ‘Grande Israel’. Mas para a OLP isso não é suficiente”.

Os palestinos acham que os Estados Unidos têm que pressionar Israel a negociar. Porém, a contradição está no próprio plano da administração norte-americana, que propõe um diálogo, mas não reconhece a OLP como interlocutora do povo palestino nas negociações de paz.

Um tema que costuma aparecer nas conversações sobre o futuro do Estado palestino é sua viabilidade econômica.

“Nos territórios ocupados o povo palestino já está vivendo com seus próprios recursos”, disse Terzi.

“Se a viabilidade econômica é tomada como base de discussão prossegue Terzi, o que diríamos de Israel, que está vivendo da ajuda norte-americana? Nenhum Estado do mundo tem total independência econômica. Até os Estados Unidos estão endividados em trilhões de dólares! Não se pode analisar o problema deste ponto de vista”.

E a convivência entre dois povos que levam quatro décadas de confrontos? O dirigente da OLP responde: “A convivência pacífica é possível. Outros casos históricos demonstram isso. Estou plenamente convencido de que em cinco anos, ou no máximo uma década, estaremos convivendo em paz”.

Há um dado no tabuleiro político atual que favorece a perspectiva de paz entre israelenses e palestinos, afirma Terzi: a distensão entre as duas superpotências. “Até 1988, Reagan havia se negado a abordar o tema do Oriente Médio em suas conversações com a União Soviética. Mas há dois anos existe um subcomitê bilateral. A URSS reconheceu o Estado palestino e os Estados Unidos timidamente dialogam com a OLP. Ou seja, o processo de paz já começou. E para isso, têm contribuído a distensão e a perestroika”.

Em relação às eventuais alianças regionais do futuro Estado palestino, Terzi recorda que a confederação com a Jordânia já foi aprovada pelo Conselho Nacional Palestino. Faltaria a aprovação do Parlamento jordaniano para colocá-la em prática quando o novo Estado for realidade. No entanto, uma eventual ampliação dessa federação ao Estado de Israel não está descartada. “Nessa matéria tudo está por ver-se e tudo pode acontecer. Vamos começar com a Jordânia. Se o Parlamento palestino reivindica a ampliação da aliança com Israel, caberá ao povo israelense aceitá-la ou não”, disse, esquivamente, o dirigente da OLP.



Terzi: “Agora os Estados Unidos falam dos direitos palestinos”

O drama dos reféns

A guerra no Líbano, que anula o império da lei há mais de vinte anos, favorece um verdadeiro comércio de reféns entre grupos inescrupulosos que usam as armas para lucrar

Alberto B. Mariani

Entre 1982 e 1985, quase todas as facções iranianas se encarregaram de exportar a revolução islâmica para a comunidade xiita do Líbano. Esses grupos enviaram uma série de emissários que passaram a dar apoio político e financeiro às diversas correntes do Hezbollah (Partido de Deus). E também a um grande número de organizações terroristas que eles mesmos haviam criado naquele país.

Há também nomes menos conhecidos como Mohammed Chirazi (enviado especial de Rafsanjani, atual presidente do Irã) e Hussein Cheik-Holeslam (um dos participantes da captura dos reféns na embaixada norte-americana em Teerã, em 1979, ligado ao aiatolá Khoenya). Também

foram enviados vários especialistas do Departamento 210 (*Vezarate Etelaat*, o serviço de informações iraniano, dirigido naquela época por Mohammed Nik, recentemente afastado por Rafsanjani).

A abundância de recursos e de armas fez com que as diferentes organizações libanesas -- que refletiam a heterogeneidade política da coalizão governamental iraniana -- rapidamente entrassem em choque entre si. Essa guerra suja interna levou, entre 1984 e 1988, à debandada geral nos diversos grupos. Cada chefe de célula ditava sua própria lei

e decidia as operações clandestinas que poria em prática.

Confusão e desordem A anarquia que reinava no interior das diversas facções libanesas levou um número considerável de países a tentar pegar o touro à unha. Isto é, procurar captar os combatentes mais eficazes para transformá-los em instrumentos dóceis a serviço de sua própria estratégia no Oriente Médio.



O Hezbollah: peça chave e parte de uma estratégia global para o Líbano

Cada um deles buscou formar suas próprias células dentro da antiga estrutura terrorista financiada pelo Irã a fim de tentar explorar o filão dos atentados e sequestros antiocidentais para ganhar dinheiro em proveito próprio.

Essa caótica situação dos grupos pró-iranianos, somada ao curso sinuoso da guerra no Líbano, que durante décadas desafiou o império da lei e impôs a força como única forma capaz de organizar a sociedade, gestou o caldo de cultura para que, em 1986, explodisse novamente no Líbano uma onda de sequestro e atentados.

Sequestra-se, mata-se, negocia-se, liberta-se... mas quem? Os terroristas libaneses? Os seguidores do Hezbollah? Os auxiliares de uma das múltiplas facções da revolução iraniana? Um dos numerosos oportunistas do terrorismo no Oriente Médio? Os adeptos de alguma organização inescrupulosa? Ninguém sabe de nada.

O mais incrível é que nem mesmo os principais responsáveis do regime dos aiatolás parecem saber quem faz o quê no Líbano.

Troca de reféns Estima-se que os reféns ocidentais em poder de grupos armados no Líbano sejam 18. Mas talvez cheguem a 20 ou 30. Sabe-se que alguns foram literalmente vendidos a outros grupos terroristas, que, por seu lado, trocaram-nos por armas ou dinheiro. Tal foi o caso dos franceses Camille Sontag e Roger Auque (sequestrado por milicianos sunitas que se dizem pró-Nasser), que foram vendidos aos grupos mais sectários do Jihad islâmico.¹

Assim, o caso dos reféns no Líbano se transforma cada vez mais em um comércio. Há os que compram e os que vendem reféns. E aqueles que compram também especulam com eles, de acordo com as mais rigorosas leis do mundo financeiro: ad-

quirem os reféns no momento em que estão em baixa, para colocá-los simplesmente na geladeira, isto é, para deixá-los em lugar seguro, esperando que a cotação aumente.

Quem sabe, dentro de mais algum tempo, não poderiam valer o dobro?

¹ Após longas negociações, que contaram com a intermediação do coronel líbio Muammar Kadhafi, o governo francês conseguiu no dia 11 de abril passado que o grupo Fatah-Conselho Revolucionário (expulso da OLP) libertasse a francesa Jacqueline Valente, sua filha Sophie, de dois anos, e seu companheiro, o belga Fernand Houtekins, sequestrados em 8 de novembro de 1987, junto com outros quatro belgas, quando viajavam pelo Mediterrâneo a bordo do iate *Silco*. No dia 22 de abril, o grupo Jihad Islâmico pela Libertação da Palestina libertou o refém Robert Polhill e no dia 30 de abril foi solto o professor Frank Reed.

Hiperinflação em ritmo de tango

O enorme peso dos latifúndios e do capital especulativo na economia, somado à presença do peronismo e de poderosos sindicatos e às disputas no interior da burguesia, levaram a Argentina à calamitosa situação atual

Carlos Abalo

Existem poucas coisas tão inexplicáveis quanto a decadência econômica da Argentina. Antes da crise mundial dos anos 30, era o sétimo país do mundo pelo seu nível de renda per capita e se considerava então que tinha um grande futuro pela frente.

Porém, há 15 anos se encontra submerso em um retrocesso contínuo, que o levou ao quarto lugar na América Latina, em termos de produção industrial.

Seu retrocesso não é novo, mas a decadência está relacionada à conversão de sua economia e às políticas de ajuste e estabilização iniciadas em 1976 pela ditadura militar e continuadas pelos governos democráticos.

É óbvio que a resposta a esse enigma não pode ser encontrada apenas na Argentina, mas também nas transformações da economia mundial e no papel que desempenha esse país na divisão internacional do trabalho.

A política de ajuste e reconversão É um fato que o sistema mundial está sujeito a rápidas transformações, que têm seu ponto de irradiação nos países capitalistas centrais. Acelera-se a internacionalização

produtiva e financeira e a mudança tecnológica e se transformam a organização social do trabalho e o conteúdo e a orientação do intercâmbio mundial. Há não mais de 25 anos, a acumulação de capital estava ainda determinada pelos mercados nacionais e pela intervenção estatal.



Os saques aos supermercados mostram um novo rosto da Argentina

Hoje, os Estados perderam parte de suas funções reguladoras e os mercados nacionais se amoldam à integração mundial. As burguesias locais tentam se internacionalizar e os Estados regulam esse processo com maior ou menor autonomia, segundo as características da burguesia e as possibilidades da economia nacional.

Na América Latina, a reconversão foi financiada em grande medida pelos subsídios do Estado, pela queda relativa

dos salários e pela dívida externa. As políticas de ajuste tentam criar as condições para o pagamento da dívida externa e a internacionalização da economia mediante a exportação, e para a abertura comercial e financeira e a redução dos salários reais e do papel do Estado.

O caráter da intervenção estatal depende da natureza e da capacidade produtiva da burguesia. Quando a reconversão industrial é limitada e a burguesia nacional pouco competitiva, aumenta a valorização financeira de seus capitais e reduz a capacidade de intervenção autônoma do Estado.

A ditadura militar Na Argentina, como no Brasil, a ditadura militar impôs o processo de ajuste e reconversão. Mas o que diferencia a Argentina é que

sua classe dominante tem raiz agropecuária, já que sua indiscutível posição vantajosa em termos internacionais está na produção de alimentos.

A especialização agrária limitou o crescimento industrial e estimulou um prematuro desenvolvimento financeiro, orientado no sentido de valorizar os excedentes que não eram aplicados na indústria.

Mas a industrialização foi importante e tentou neutralizar a perda de posições do país no mercado internacional de alimentos, que se deveu em grande parte ao declínio da hegemonia britânica. A classe dominante impulsionou a industrialização apenas como uma saída de emergência diante da crise.

Porém, posteriormente, o setor industrial pôde consolidar o seu avanço devido à ascensão social dos trabalhadores e dos pequenos e médios industriais e ao surgimento do peronismo. Quando o peronismo foi derrubado, resultou muito difícil dismantlar as relações sociais estabelecidas nessa época, que eram um obstáculo para a recomposição do poder da oligarquia tradicional.

O golpe militar de 1976, em sintonia com o reordenamento capitalista mundial, reduziu o poder aquisitivo dos salários à metade, restabeleceu as vantagens da oligarquia agrária e promoveu uma forte desindustrialização, embora tenha favorecido o desenvolvimento de uma burguesia industrial internacionalizada, voltada para a exportação e associada à valorização especulativa dos capitais.

Diante de um mercado interno cada vez mais fraco, a valorização financeira do capital se transformou em uma fonte privilegiada de lucros, à qual se subordinou a atividade industrial. Em 1980 e 1981, quando o superdimensionamento financeiro deu lugar a uma crise, se aprofundaram as rivalidades dentro do bloco dominante.

O custo da reconversão, a abertura do mercado, a fuga de capitais e a estatização da dívida privada afetaram toda a sociedade e levaram a periódicas corridas ao dólar, diante da crescente debilidade financeira do Estado e de sua moeda.

Essa situação criou sucessivos problemas de ajuste, que aprofundaram o processo de retrocesso da produção industrial, do mercado interno e dos salários. A guerra das Malvinas agravou essa situação e a derrota argentina, ao mesmo tempo que levou ao estabelecimento da presença militar britânica da Otan no Cone Sul, determinou o fim da ditadura militar.



Alfonsín: dois planos fracassados

O Plano Austral-Primavera No final de 1983, o Partido Radical ganhou as eleições e assumiu o governo. Depois de resistir durante um ano às fórmulas de ajuste, os radicais as implantaram em junho de 1985 com o nome de Plano Austral.

A necessidade de divisas para pagar a dívida externa superava a capacidade de exportação do país, constituída em sua maior parte por produtos agrários (e sempre condicionada à existência de uma alta taxa de câmbio e à concessão de vantagens para o setor).

Reapareceu então a fuga para o dólar para contornar a desvalorização da moeda nacional, determinada em grande medida pela incapacidade de saldar seus compromissos externos.

Para contrabalançar essa tendência, o Estado limitou a liquidez, obrigando os bancos a efetuar depósitos que não estariam disponíveis ou seja, na prática, congelando uma parte de seus recursos e vendeu títulos da dívida externa, remunerando ambos com altas taxas de juros, que proporcionaram em alguns momentos uma rentabilidade equivalente a 50% ao ano em dólares.

A retenção de austrais mediante a negociação de títulos estabilizava momentaneamente o preço do dólar e permitia aos investidores obter altos rendimentos através de empréstimos ao Estado, que posteriormente eram indexados ao dólar, ao amparo do plano de estabilidade. Todo esse mecanismo transformava a rentabilidade local em uma elevadíssima taxa de juros internacional.

Por sua vez, o Estado podia manter elevado o gasto fiscal, em grande parte destinado a pagar o serviço da dívida externa, pagar juros pela dívida interna e pelos depósitos não-disponíveis e conceder subsídios ao setor privado, que em muitos casos se multiplicavam com os juros da dívida pública interna.



As refeições coletivas gratuitas são um recurso habitual nos bairros pobres

ESTATÍSTICAS

I- Inflação anual por preços ao consumidor nos últimos dez anos:

1980: 87,6%	1985: 385,4%
1981: 131,2%	1986: 081,9%
1982: 209,7%	1987: 174,8%
1983: 433,7%	1988: 387,7%
1984: 687,9%	1989: 4.900%

(Fontes: Fide e Indec.)

II- Investimento fixo total (% do PIB)

1980: 23,7%	1985: 10,3%
1981: 19,4%	1986: 11,4%
1982: 16,4%	1987: 13,2%
1983: 14,2%	1988: 12,5%
1984: 12,3%	1989: 9,9%

(Fontes: BCRA e Fide.)

III- Estoque de capital líquido em equipamento durável de produção (números e índices)

1980: 100	1985: 78
1981: 100	1986: 72
1982: 94	1987: 70
1983: 88	1988: 67
1984: 84	1989: 62

(Fontes: BCRA e Fide.)

IV- Participação dos salários na receita nacional (% do PIB)

1983: 32,9%	1987: 30,1%
1984: 36,7%	1988: 29,6%
1985: 32,8%	1989: 23%
1986: 32,9%	

(Fontes: BCRA, Fide e estimativa)

V- Dívida externa (em milhões de dólares)

1983: 45.069	1987: 58.300
1984: 46.171	1988: 59.500
1985: 49.326	1989: 60.200*
1986: 51.422	

*Sem incluir atrasos (Fontes: BCRA e Fide).

Dívida externa com relação ao PIB (por cento):

1983: 60%	1987: 72%
1984: 59%	1988: 67%
1985: 75%	1989: 92%
1986: 65%	

(Fontes: BCRA e Fide.)

Serviços prestados em relação às exportações (por cento):

1983: 69%	1987: 70%
1984: 70%	1988: 60%
1985: 63%	1989: 60%
1986: 64%	

(Fontes: BCRA e Fide.)

VI- Produção industrial (milhões de dólares em 1986):

Argentina:	Venezuela:
1970: 33.410	1970: 25.853
1975: 40.512	1975: 29.814
1980: 37.388	1980: 35.576
1985: 31.680	1985: 33.061
1987: 35.053	1987: 35.530

Brasil:

1970: 48.444
1975: 84.988
1980: 111.641
1985: 118.624
1987: 133.824

Peru:

1970: 8.293
1975: 11.282
1980: 13.811
1985: 12.865
1987: 15.213

México:

1970: 31.519
1975: 43.714
1980: 72.663
1985: 78.395
1987: 75.729

Fontes: Cepal e Economia Internacional (Num. 15, Oct. de 1988.) Programa de estudos de economia internacional, da Universidade Autónoma de Puebla (México).

A valorização financeira do capital no mercado interno continuando a pernicioso política monetária da ditadura militar restringia a fuga ao dólar, mas a incentivava quando vinha o próximo ajuste. A taxa de juros em alta media o grau de desvalorização da moeda, embora a paridade oficial se mantivesse momentaneamente estável.

A manutenção temporária de uma paridade fictícia para o dólar foi a base dos denominados ajustes heterodoxos, aparentemente contrários aos critérios ortodoxos do Fundo Monetário Internacional

(FMI). O Plano Austral abriu o caminho, seguido depois pelo Plano Cruzado, no Brasil.

A posição heterodoxa permitia combinar o pagamento aos bancos credores com a manutenção dos subsídios à grande burguesia local. Raul Alfonsín, seu ministro Juan Sourrouille e seus técnicos foram os máximos expoentes dessa linha, baseada na crença de que assim se constituiria uma verdadeira burguesia industrial moderna.

O fracasso posterior do Plano Austral e do Plano Primavera mostra que a Argen-

tina não atingiu seu objetivo de pagar a dívida e, ao mesmo tempo, continuar subsidiando a grande burguesia industrial. Quando os radicais se defrontaram com essa impossibilidade, optaram por reduzir os pagamentos aos bancos credores para continuar com os subsídios à grande burguesia industrial e aos bancos locais.

A princípio, o Banco Mundial apoiou essa política, que deu origem ao Plano Primavera, na convicção de que seria acompanhada de uma reforma fiscal que trouxesse mais recursos ao Estado (para pagar as dívidas) e de uma rápida

reestruturação da receita fiscal e do Estado.

Essa reestruturação do aparelho estatal seria feita através de privatizações, baseadas na capitalização da dívida, para que os credores pudessem cobrar suas contas, mediante a obtenção do controle de empresas do Estado e de ativos privados a preços subsidiados.

Também se exigia uma reforma financeira que restaurasse o crédito e terminasse com o desestabilizador déficit quase fiscal.

Porém, o Partido Radical não estava em condições de impor as privatizações, nem a reforma fiscal ou um programa de ajuste nas províncias paralisadas pela recessão e pela falta de perspectivas, que eram um baluarte peronista. Tampouco podia cortar os ganhos

financeiros dos bancos e da grande burguesia industrial.

Em alguns casos, a limitação dos subsídios podia ser compensada com a elevação da taxa de câmbio e a redução dos salários, mas os radicais tampouco estavam em condições de impor essas medidas. Eles mantiveram a oferta de divisas a baixo preço aos grupos locais, o que incentivou a corrida para o dólar e fez desaparecer as reservas.

Porém, não só os bancos e industriais locais se dolarizaram, como também os bancos credores internacionais, que compreenderam que os dólares que eles não captassem iriam parar nas mãos dos grupos locais. Numa atitude parecida, os exportadores retiveram suas divisas e a crise cambial se aprofundou.

O Plano Primavera caiu e finalmente Sourrouille renunciou, mas o governo radical cruzou os braços e garantiu a plena liberdade ao mercado.

Em 14 de maio de 1989, o peronismo ganhou as eleições com Carlos Menem e se chegou a um acordo para a transferência do poder. Menem ratificou a

política do Partido Radical, Alfonsín renunciou e o novo presidente assumiu em 8 de julho daquele ano, cinco meses antes da data prevista.

Menem e a revolução produtiva O Estado estava falido e com ele a moeda nacional. A permanente especulação



Menem
(acima) não conseguiu satisfazer as expectativas criadas com a sua eleição, em 1989

gerava a transferência de riqueza, baseada no retrocesso da produção. Havia que voltar a pôr em marcha a acumulação produtiva do capital. A revolução produtiva de Menem parecia ser uma resposta a essa inquietação.

A empresa transnacional de cereais Bunge e Born propôs o chamado Plano BB, baseado num dólar alto para favorecer a exportação, na redução dos subsídios e numa reforma fiscal que trouxesse mais recursos ao Estado, além de privatizações com capitalização da dívida.

O fracasso relativo da reconversão industrial (a indústria argentina continuava tendo uma presença limitada no mercado mundial) garantiu que o maior peso da economia voltasse a estar no setor primário atividade agrícola, extração de petróleo e gás e corte de madeiras e em suas indústrias complementares (agroalimentação, petroquímica e celulose e papel) e na siderurgia.

O Estado argentino era incapaz de impor disciplina ao conjunto da burguesia. Tampouco pôde fazê-lo Bunge y Born, a

multinacional que podia exportar prescindindo dos subsídios.

Os setores prejudicados pelo novo ordenamento (como indústrias de exportação) se queixavam da perda de subsídios e muitos questionaram a tímida recomposição salarial, que refletia a aliança política com o peronismo, e a busca de consenso para o pacto social e a retomada do ciclo produtivo.

Na mesma linha se situava o desequilíbrio que começou a sofrer a taxa de câmbio em relação à paridade livre, o que motivou o descontentamento do setor agrário. A isso se acrescentou o lento ritmo das privatizações uma exigência dos bancos credores internacionais e dos credores da dívida interna e a insatisfação diante da reforma fiscal.

A maior parte da burguesia voltou a apostar na desestabilização e o dólar novamente disparou. Em fins de dezembro de 1989, tinha reaparecido a hiperinflação. A dívida interna (títulos públicos e depósitos dos bancos congelados no Banco Central), embora muito menor que a externa, se transformou em

um fator explosivo, porque teria exigido um gasto por parte do Estado de não menos de 700 milhões de dólares por mês. Rapanelli o ministro do Plano BB renunciou e foi substituído por Antonio Erman González.

O Plano Erman I (19 de dezembro de 1989) acentuou a crise hiperinflacionária, liberalizando completamente os mercados. O dólar em alta fez cair o valor real dos salários e ratificou a força do setor agrário e dos bancos credores.

O novo surto de hiperinflação tornou impossível a manutenção da dívida interna, porque os juros subiram a 600% ao mês. Os bancos credores internacionais, outra vez inquietos porque os grupos locais absorviam o superávit comercial de 1989, de 5,5 bilhões de dólares (mediante a fuga de capital e a cobrança da dívida interna), pressionaram para que o dólar subisse e exigiram que se concretizasse a privatização de empresas para cobrir uma parte da dívida externa, utilizando o subsídio da capitalização. Como o programa do dia 19 de novembro não freou a alta do dólar, em um primeiro momento se planejou dolarizar completamente a economia, mas, em vez disso, no começo deste ano se decretou o Plano Erman.

Este plano substituiu o financiamento do Estado em austrais (moeda local) e a curto prazo, que foi a característica central dos planos Austral e Primavera, e substituiu a dívida interna do Estado baseada nos títulos públicos e nos depósitos con-

gelados por títulos da dívida externa (Bonex 89).

Dessa forma, ficou limitada a especulação financeira à custa do Estado. Os bancos perderam o negócio dos títulos em que baseavam sua rentabilidade e suas operações, o que necessariamente dará lugar a uma reestruturação do mercado e algumas falências e fusões.

O Banco Mundial e os grandes bancos locais querem que a redução do mercado bancário seja feita mediante o desaparecimento de uma parte dos bancos estatais.

A reforma financeira baseada na anulação da dívida interna tampouco tranquilizou o mercado cambial. O novo surto de hiperinflação voltou a corroer as reservas e os recursos fiscais e não existe confiança na moeda local, o austral, nem na capacidade de pagamento dos títulos. Tanto os credores externos quanto os internos reclamam agora mais segurança através da concretização das privatizações com capitalização das dívidas.

Por sua envergadura, essa parte do ajuste requer um acordo político, como tinha sido tentado anos antes por Alfonsín. Mas, para os radicais, agora não é eleitoralmente vantajoso um compromisso com o peronismo e a direita liberal aliada de Menem. Seja como for, a política de ajuste é a mesma, embora existam grandes diferenças de interesses entre os distintos grupos.

Para a classe dominante, o acordo é necessário para tentar restabelecer um equilíbrio de poder, inaugurar uma negociação mais sólida com os bancos credores e tentar iniciar o ajuste da produção, depois que tenham sido montadas as diferentes partes do programa, que inclui a reforma fiscal, financeira e das leis trabalhistas.

O acordo, que começa sendo um compromisso entre as lideranças dos partidos políticos que apóiam o ajuste, tem como objetivo que a sociedade aceite a reconversão da economia e absorva seu custo social, garantindo a continuidade do programa.

Confiscações inflacionárias É um acordo de natureza mais política do que social, porque os partidários do ajuste têm que discutir previamente as diferenças no interior da classe dominante, como administradores de seus interesses e da crise, para impô-lo depois num pacto social com os sindicatos.

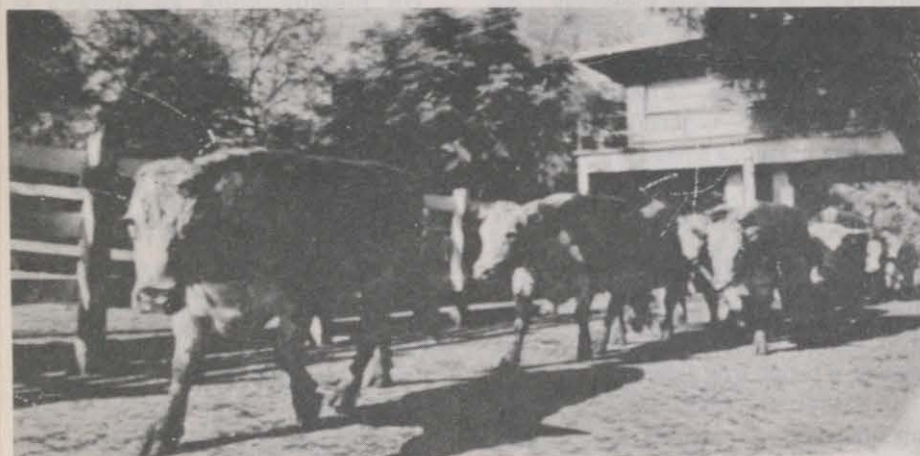
Fechar a brecha do déficit fiscal implica que a sociedade pague o custo do ajuste e da reconversão e aceite as privatizações, depois de 14 anos de iniciado o ajuste.

Essa política e a guerra de interesses provocaram uma violenta recessão, que, no melhor dos casos, se prolongará e se aprofundará ao longo deste ano.

A ratificação política e a aceitação social do ajuste poderiam se constituir no ponto de partida para uma evolução mais estável nesse caminho, do ponto de vista dos interesses que o defendem.

A pergunta feita ao início pode ser reformulada dessa maneira: por que foi tão acidentado o ajuste argentino?

O grande peso dos latifundiários e do capital especulativo, a presença do peronismo e de um movimento operário muito poderoso que durante anos conseguiram bloquear a política de ajuste e a característica indisciplina das distintas facções da burguesia (em permanente disputa pelos seus diferentes interesses) terminaram impondo uma reconversão baseada no fortalecimento do setor primário e na necessária limitação da atividade industrial. ●



A ditadura fortaleceu o setor agrário e o capital especulativo em detrimento da indústria

A invasão japonesa

Numa das mais importantes reviravoltas da história, o Japão se converte numa potência e compra até os grandes símbolos econômicos e culturais dos EUA. Ressuscita, nos negócios, o eixo Tóquio-Berlim, com uma Alemanha a caminho da unificação

Neiva Moreira

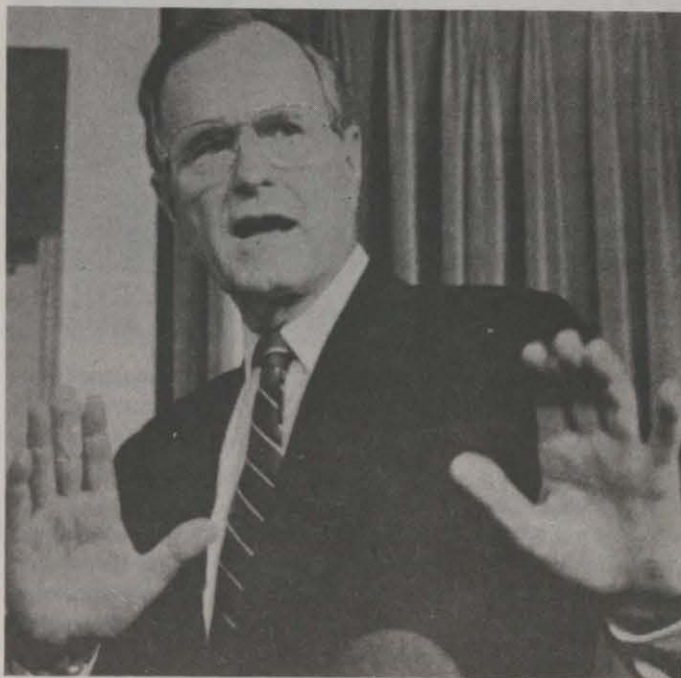
A história está cobrando aos Estados Unidos um preço muito alto e por vezes humilhante por seus erros e práticas arrogantes nas relações internacionais.

O Japão e a Alemanha, reconstruídos no pós-guerra para se converterem em peões decisivos na luta contra a União Soviética e na consolidação do poder imperial de Washington, se transformaram em incômodos competidores e constituem, hoje, problemas que atormentam os planejadores da Casa Branca.

No campo institucional não é menor a confusão em que mergulha o poder norte-americano. Toda a sua estrutura comercial, baseada no *laissez faire*, no antiprotecionismo alfandegário e no livre-cambismo, está ameaçada. Desafiado pela invasão japonesa, o povo norte-americano começa a entender que o liberalismo no intercâmbio econômico, tão reclamado e citado em Washington, é bem melhor quando imposto aos outros para proteger interesses próprios, do que quando os outros o invocam em seu favor.

A mudança da posição do governo Bush, que está exercendo fortes pressões sobre o Japão para que abra o seu mercado aos produtos norte-americanos, é notória mas está longe de satisfazer às exigências do meio político e de uma opinião pública cada vez mais antijaponesa.

Em seu livro *Ascensão e queda das grandes potências*, Paul Kennedy constata que até mesmo os mais decididos defensores norte-americanos do *laissez faire* se mostram preocupados com uma situação na qual, essencialmente, os Estados Unidos fornecem ao Japão alimentos e matérias-primas e recebem em troca manufaturados japoneses uma espécie de status comercial 'colonial' ou



Bush: tentando exorcisar a ameaça do "perigo amarelo"

'subdesenvolvido' que eles não conheciam há um século e meio.

As pesquisas de opinião são conclusivas. Sessenta por cento dos norte-americanos acham que o país deve fechar o mercado aos produtos do Japão se o seu governo não favorecer as importações dos Estados Unidos. E se coloca agora uma exigência, que só era feita por setores progressistas dos países do Terceiro Mundo: importar os produtos e também a tecnologia.

Esse é um dos paradoxos da política econômica ianque: enquanto impõe caixas pretas aos países do Terceiro Mundo, começa a exigir que os vendedores japoneses exportem suas máquinas e seus aparelhos e, com eles, a sua tecnologia.

Para superar essa exigência crescente, o Japão vem adotando, em larga escala, a política de fazer associações com

empresários locais. Os seus adversários consideram, contudo, essas *joint-ventures*, uma espécie de neocolonialismo econômico, pois os japoneses ficam com o poder de decisão e impõem sua própria tecnologia.

Segundo pesquisas recentes, 53% das pessoas consultadas acham que o Estado deve amparar suas empresas nacionais e 35% consideram que elas próprias devem resolver os seus problemas.

Em um país no qual a iniciativa privada é uma referência ideológica nacional, esses dados revelam uma mudança fundamental de comportamento. Seria justo que essa mudança não ficasse apenas nos Estados Unidos, mas contribuísse para que o seu governo e as suas transnacionais não nos tivessem impondo os mesmos métodos que os seus consumidores começam a repelir internamente.

O compra-compra japonês Tudo isso comprova que os Estados Unidos e, em menor medida, a Europa, estão em pânico com a penetração comercial nipônica. Já não se trata da perda de mercados no exterior, onde o Japão praticamente desbancou os produtos made in USA de grande parte dos armazéns e das prateleiras. A ofensiva agora é interna. Os japoneses compram tudo, desde motéis e



26% dos carros que rodam nos Estados Unidos são japoneses

lanchonetes a imensas estruturas empresariais que se haviam convertido em símbolos do poderio norte-americano e do seu estilo de vida.

Vinte e seis por cento dos carros que rodam pelas estradas do país são já japoneses. A Chrysler ainda detém 10,3% do mercado, mas a Honda, com 7,9%, já está nos seus calcanhares. Seu carro, o Record, foi o mais vendido nos Estados Unidos no ano passado, superando a Ford, General Motors e outras grandes marcas nacionais.

A compra de imóveis vinha crescendo e, embora já superasse os 50 bilhões de dólares, não dava muito na vista por estar espalhada por diferentes estados. A operação milionária do Rockefeller Center pelos japoneses foi, no entanto, o detonante para uma grande explosão nacionalista, que já se faz presente em diferentes esferas norte-americanas. Esse conjunto arquitetônico é a cara de Nova Iorque, o orgulho da nação, e sua compra pelos japoneses fez crescer no país um sentimento de humilhação.

Mas a amargura não ficou aí. Quando os japoneses compraram a Columbia é como se tivessem dado um murro no estômago dos orgulhosos ianques. Centro histórico do império do cinema, e seu arquivo mais conspícuo, com 2.700 filmes, aquela versão da Estátua da Liberdade que abre os seus filmes foi, durante decênios, uma espécie de selo cultural do

país. Daqui para diante, o vilão dos filmes vai mudar. Pode continuar sendo mexicano, negro ou índio, mas seguramente já não será japonês.

O alerta de Iacocca Essa sequência de golpes no orgulho nacional explica o dramático alerta do sr. Lee Iacocca que, tendo salvo em poucos anos a Chrysler da ruína, é apresentado como um líder empresarial vitorioso, expressão do talento e do espírito empreendedor dos norte-americanos.

O sr. Iacocca está realizando, agora, nos Estados Unidos uma campanha de alerta contra a invasão japonesa, apelando ao espírito nacionalista do seu povo. Se fosse em qualquer país do Terceiro Mundo

se diria que Iacocca é um xenófobo, um inimigo da livre empresa, que quer se isolar do contexto da economia mundial e resistir à modernidade.

O que não lhe falta, contudo, é razão. Nós começamos os anos 80 disse ele aos editores norte-americanos como a maior nação credora do mundo. No fim da década, somos a mais endividada. Nossa liderança industrial se esvaiu. Em 1980, a América do Norte controlava 60% do seu mercado de televisores. Essa cifra caiu para 10%. Quanto aos telefones, baixamos de 88% para 25% e de 79% a 35% nas máquinas-ferramentas.

Os dez maiores bancos do mundo são dos japoneses e eles já exercem decisiva influência nos sistemas bancários regionais de vários estados norte-americanos.

Pela primeira vez, as acusações estão saindo da polidez para uma lavagem de roupa feia e grossa. No seu livro, O Japão que pode dizer não, o sr. Morita, dono da Sony, acusa os norte-americanos de arrogantes e racistas e considera os Estados Unidos uma superpotência decadente.

Do lado norte-americano, o tratamento não é menos duro. Agora, os europeus começam a entrar na briga e isso amplia consideravelmente o campo da guerra econômica. As declarações da sra. Edith Cresson, ministra do governo francês para assuntos europeus, agitaram os meios políticos internacionais. Para a sra. Cresson, é preciso não querer ver para não se

A esquadra nipônica já tem mais destróiers que a VII Frota



ter em conta que o Japão quer conquistar o mundo.

O que fazer? Os governos ocidentais tentam implementar novas estratégias para conter o adversário. Exigem que o Japão adote medidas sociais e a prática das férias laborais, o que aumentaria o preço da mão-de-obra japonesa e os gastos governamentais, elevando o custo dos produtos acabados.

Mas os infatigáveis trabalhadores nipônicos não se deixam sensibilizar por essas tentações das decadentes civilizações do Ocidente. As campanhas para que desfrutem de pelo menos sete dias de férias não os seduzem. Sua vida espartana se divide entre os precários e apertados alojamentos, quase sempre nas áreas das fábricas, e o trabalho. O tempo fora dos tornos mecânicos ou da intimidade dos supercomputadores, mal dá para a produção de mais japoneses que, beneficiados pelo extraordinário sistema escolar fundamentalmente público e que é a ferramenta do milagre nacional podem ostentar o fantástico número de 700 mil Phds construindo a grandeza do país.

Se a sedução do lazer não comoveu os japoneses tampouco têm sensibilizado o seu governo as sugestões dos aliados ocidentais tentando comprometê-los com uma espécie de Plano Marshall para o Terceiro Mundo, batizado com o nome do ex-primeiro-ministro Nakazone. Os 30 bilhões de dólares prometidos deixaram muitos governantes da América Latina e África com a boca cheia d'água, embora a iniciativa não tenha saído de vagas declarações de apoio.

Comentaristas ocidentais consideram que o Plano Nakazone está destinado ao fracasso. Primeiro, porque o volume de dinheiro realmente disponível é bem menor do que o anunciado e, depois, porque os investimentos prometidos se orientam para áreas de relativo interesse para os países do Terceiro Mundo. Fortalecem, sim, a presença econômica japonesa nos países em desenvolvimento, melhorando suas condições de concorrência com os norte-americanos em áreas que os ianques consideram de sua influência. No que se refere à dívida externa, o governo



Kaifu (esquerda) na Alemanha: muitos sorrisos, mas pouco dinheiro

de Tóquio não parece interessado em socorrer o Terceiro Mundo, reduzindo os seus próprios saldos financeiros.

Foi decepcionante a frieza do primeiro-ministro Kaifu em relação ao angustiante apelo de socorro 'a Europa Oriental. O chanceler alemão-ocidental Helmut Kohl convidou o seu colega japonês a Bonn para lhe solicitar que liberasse alguns cheques gordíssimos, capazes de provar aos cétricos eleitores dos países do Leste que o capitalismo tem melhores condições de solucionar os seus problemas que o socialismo. Como de praxe, o enigmático sr. Kaifu ouviu tudo, sorriu, mas o dinheiro não saiu, pelo menos na urgência e no volume desejados pelo chanceler alemão.

São os negociadores mais duros e objetivos com quem me confrontei, me disse, em Lima, o então ministro das Relações Exteriores do Peru, Miguel Angel de la Flor Valle.

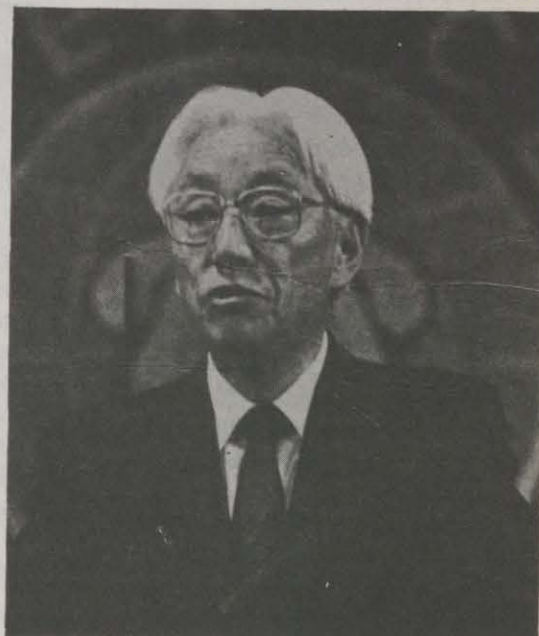
Acho que a visão mais realista sobre a resposta japonesa a essas tentativas de atrair os seus recursos para ajudar o Ocidente a resolver seus problemas está na frase atribuída ao então presidente José Sarney: O dinheiro japonês é uma miragem. Quando

a gente pensa que está perto, ele fica mais longe.

O dilema militar A colaboração militar é o ponto mais difícil e perigoso dessa política de ampliar as responsabilidades financeiras do Japão na estratégia global do sistema capitalista. Derrotado, o Japão ficou proibido de se armar, não apenas pelo tratado imposto pelo general Mac Arthur, mas pela chamada Constituição da Paz, elaborada sob influência da ocupação militar norte-americana.

Forçado pela crise de seu balanço de pagamentos, o governo de Washington começou a afrouxar as restrições 'a remilitarização do seu ex-inimigo. A grande traição de Pearl Harbour o devastador ataque-surpresa dos Migs japoneses 'a superbase do Havaí continua entalada na garganta dos mais velhos, mas os apertos financeiros contam mais do que os ódios passados.

Nesse campo, a controvérsia também divide a opinião pública, embora a maioria esmagadora seja contra o rearmamento japonês que, já hoje, é uma realidade preocupante. A esquadra do Imperador já tem mais destróiers do que a Sétima Frota dos Estados Unidos que opera no Pacífico e dispõe de arsenais nucleares.



Morita: "O norte-americano é arrogante e racista"



A reunificação alemã está criando um novo pólo de poder

Até antes da invasão comercial, o governo de Washington exigia que o Japão se incumbisse da defesa não apenas de suas costas, mas de toda a área do Pacífico, incluindo o Canadá, e dispusesse de aviões e navios capazes de, em caso de guerra, ajudar a conter a URSS no Oriente Médio.

Mas os japoneses se recusam a esse rearmamento pesado ou fingem, alegando que não estão interessados em entrar na santa aliança militar contra os soviéticos. Relutam em investir cinco ou seis bilhões de dólares no projeto do caça norte-americano FSX. Há, no entanto, quem considere essa recusa uma desculpa. Os japoneses querem construir seu próprio modelo já desenhado, e não entrar nessa associação com o Pentágono, que não lhes garantiria autonomia de voo.

O orçamento militar japonês é hoje o terceiro do mundo, maior do que os gastos de defesa de todos os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (Filipinas, Indonésia, Malásia, Singapura e Tailândia), um pacto estratégico patrocinado por Washington.

Em um recente artigo no jornal *The Nation*, o professor John W. Dower,

especialista em história japonesa da Universidade da Califórnia, em San Diego, recordava que dois ex-secretários de Estado, Henry Kissinger e Cyrus Vance, e um ex-secretário da Defesa, Harold Brown, alertavam para o risco de estimular o Japão a reduzir o déficit no intercâmbio entre os dois países, investindo no rearmamento. O dr.

Brown foi mais longe: os japoneses já disporiam de armas nucleares no arsenal do seu rearmamento independente.

O perigo mudou de cor Tudo isso, no entanto, tem agora, uma nova referência: a *perestroika*. A guerra santa contra a URSS já era. A tendência das duas superpotências é para o entendimento e, se não houver um acidente de percurso, o Pacto de Varsóvia e a Otan estarão muito reduzidos no fim da década.

Um observador europeu dessa crescente convergência de pontos de vista entre Estados Unidos e URSS me comentava recentemente: Essa súbita descoberta de caminhos coincidentes entre as duas grandes potências não terá um condimento japonês? Não será a 'invasão nipônica', que está forçando também os Urais, que os aproxima?

Seja como for, é muito curioso como a história nos reserva surpresas desse nível. Os Estados Unidos enfrentando problemas com os seus dois pupilos aos quais massacrou na Segunda Guerra Mundial e logo empenhou-se na restauração do seu poderio. Por mais que

sua diplomacia tente reduzir os efeitos da reunificação alemã, que coincide com a invasão japonesa, não pode desconhecer que ambas criam pólos de poder que a tentação da revanche ou a coincidência de interesses podem de novo unir militarmente.

O fato da Alemanha estar hoje militarmente mais cercada do que na década de 30, significa pouco. O potencial econômico e o seu atual nível de rearmamento já a fazem, de novo, uma potência de primeira classe.

A posição militar japonesa é, sem dúvida, mais débil. O Japão enfrenta uma grande dependência de matérias-primas (importam 99% do petróleo, 100% do cobre, 92% do ferro que consomem). Sua posição insular reduz consideravelmente o seu poder ofensivo e acentua a vulnerabilidade militar. Mas o domínio tecnológico pode compensar essas debilidades.

A guerra com canhões e tanques não é, contudo, uma ameaça 'a vista'. A outra guerra, a comercial, sim, e nessa, o velho eixo Berlim-Tóquio, democraticamente modernizado, já se apresenta como um adversário terrível. Sua ofensiva já obriga os Estados Unidos e parceiros europeus a reverer práticas históricas baseadas em velhos princípios, como a liberdade de empresa ou a proteção alfandegária, contrária ao livre comércio.

Sem nenhuma dúvida, o panorama político (ou político-militar) desta década será dominado pela irrupção imprevisível desses parceiros incômodos, sobretudo do perigo amarelo, substituindo no medo dos norte-americanos e nas mentes dos seus estrategistas, o já surrado perigo soviético, bem mais camarada hoje do que nos tempos da Guerra Fria.

Amantes das pesquisas, os norte-americanos já deram a sua resposta: 52% temem mais o poder japonês e só 33%, o soviético. Só dois por cento do povo respondeu que gostava mais dos japoneses. E esse deve ter sido o voto dos nisseis.

Uma resposta que não pode ser desconhecida ou desconsiderada na Casa Branca, no Capitólio ou nos gabinetes e escritórios japoneses. ●

Prosperidade ameaça ecologia

Esgotando recursos não-renováveis e financiando projetos ecologicamente destrutivos, as empresas, os consumidores e as normas de ajuda externa do Japão vêm agravando os problemas ecológicos do mundo



Venda de máscaras: negócio lucrativo numa cidade poluída

Yoichi Kuroda*

O Japão é hoje uma superpotência econômica tão forte quanto, senão mais, que os Estados Unidos e a Comunidade Européia em termos de poder financeiro. Mas se as práticas e normas adotadas pelo governo e pelas indústrias japonesas criarem essa incrível prosperidade, têm contribuído também para destruir o frágil ecossistema da Terra.

A nação japonesa como um todo precisa aceitar a responsabilidade pelos danos resultantes do rápido crescimento de sua economia, e especialmente pelo impacto de sua política comercial sobre as florestas tropicais do sudeste asiático, florestas essas que são parte vital do ecossistema do planeta.

É preciso que a política do governo, as práticas comerciais, o modelo de desenvolvimento industrial e as atitudes do consumidor no Japão mudem dentro dos próximos dez anos, se quisermos evitar danos irreparáveis ao meio ambiente.

Essa mudança deve partir de reformas imediatas em certas áreas críticas.

A mentalidade japonesa O conhecimento da história e da evolução da mentalidade japonesa nos ajuda a compreender o motivo das práticas ecologicamente destrutivas que vêm sendo adotadas pelo Japão. Por tradição, os japoneses são um povo altamente competitivo, dotado de grande curiosidade acerca de outros povos. Constituem uma sociedade isolada, cuja visão do mundo exterior é bastante estreita.

Quando, pela primeira vez em muitos séculos, os japoneses abriram o seu país ao contato com o resto do mundo, sentiram-se ameaçados pelo influxo de idéias, conceitos e tecnologia do Ocidente. Contudo, o acervo tecnológico ocidental foi rapidamente assimilado, modificado e incorporado à cultura japonesa.

A Segunda Guerra Mundial destruiu completamente a confiança dos japoneses, mas de novo eles decidiram

importar a tecnologia ocidental mais moderna e em pouco tempo se recuperaram. Os japoneses compreenderam que, no futuro, sua competição com o Ocidente teria de ser econômica, e não militar. Daí por diante, o espírito competitivo do Japão concentrou-se inteiramente no sucesso econômico.

Os resultados dessa mudança de orientação da mentalidade japonesa foram surpreendentes. Segundo a revista *American Banker*, dos Estados Unidos, os dez maiores bancos do mundo são japoneses, sendo que o maior de todos é o Daiichi Kangyo Bank.

O capital em poder de bancos e firmas japonesas totalizava 3,8 trilhões de dólares em fins de 1988 44% da soma dos capitais de todo o mundo. Esse montante representa 1,3 vezes o Produto Nacional Bruto do Japão daquele ano e é superior à soma total dos capitais comerciais dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e França.

Se lembrarmos que, há apenas quatro décadas, o Japão era um país inteiramente derrotado, teremos de reconhecer que, sem dúvida, a determinação e a energia do povo japonês são espantosas.

Sociedade e empresas opressoras

A busca do sucesso comercial frequentemente se sobrepõe aos desejos individuais de muitos japoneses. Não raro, os trabalhadores de uma indústria residem em conjuntos habitacionais fornecidos pela companhia, convenientemente localizados nas proximidades da fábrica e rigorosamente controlados pela firma.

Graças a isso, as firmas japonesas são capazes de exercer poderosa influência sobre quase todas as facetas da vida dos empregados. A participação em sindicatos, instituições políticas e organizações semelhantes pode ser vigiada de perto e quase sempre é fortemente desestimulada. Espera-se que os operários trabalhem como escravos em benefício da firma.

Da mesma forma como a vida do operário é dominada pela fábrica, a vida do assalariado japonês é dominada pelo escritório. É comum o empregado de um escritório trabalhar até 100 horas extras

por mês, passando suas férias e fins de semana no trabalho. Pouco tempo lhe sobra para o convívio com a família.

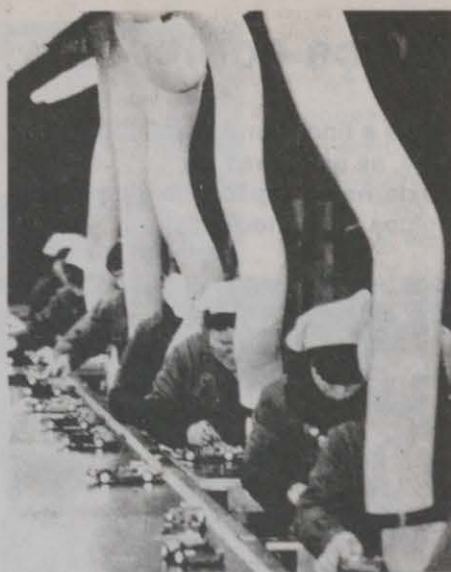
No Japão moderno, a busca do sucesso econômico norteia a vida desses indivíduos. A família, o lazer e os ideais individuais são inteiramente sacrificados em benefício da fábrica ou da firma.

O sistema sogo shosha As forças que dominam o mundo empresarial japonês controlam não somente os trabalhadores, na qualidade de pessoas humanas, mas também todos os aspectos da economia. Essas forças constituem o sistema *sogo shosha* imensos grupos empresariais que negociam com quase todo tipo de matéria-prima em quase todos os países do mundo. Com o respaldo de enormes organizações financeiras, esses grupos são responsáveis por quase metade do total das importações e exportações do Japão.

Já houve quem comparasse os sistemas de informação adotados por esses grupos com os da Agência Central de Informações (CIA) dos Estados Unidos em termos de volume de dados, número de pessoas envolvidas e rapidez de reação. Esses conglomerados são capazes de obter informações acerca de eventos políticos e econômicos em todo o mundo e agir com espantosa presteza quando se trata de maximizar os seus lucros.

Os *sogo-shosha* costumam se envolver em grandes projetos de desenvolvimento de recursos naturais, especialmente em países do Terceiro Mundo. Não raro, esses projetos têm a participação de instituições financeiras japonesas e internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, o Fundo de Cooperação Econômica Externa do Japão (OECE), o Ex-Im Bank japonês e diversos banqueiros privados.

Geralmente, os próprios *sogo-shosha* são grandes bancos associados a firmas industriais e comerciais. Por exemplo, a Mitsubishi, a Mitsui e a Sumitomo são representadas pelos Mitsubishi Bank, Mitsui Bank e Sumitomo Bank, respectivamente. A C.Itoh, que é o maior de todos os *sogo*



A vida do trabalhador japonês é dominada pela fábrica ou empresa

shosha, com um movimento anual de 20 trilhões de ienes (140 bilhões de dólares), tem como figura de proa o Daiichi Kangyo Bank, que é atualmente o maior banco do mundo.

Ajuda externa e excedente comercial

A política do governo japonês sempre promoveu e ativamente apoiou a rápida expansão industrial e os projetos de exploração de recursos naturais dos *sogo shosha* e de firmas menores.

Houve época em que o governo promoveu a construção de estradas em todo o país a fim de colaborar com a indústria japonesa de automóveis. Recentemente, o governo vem fazendo empréstimos para a construção de estradas em países do Terceiro Mundo, também com o objetivo de aumentar a procura de carros japoneses.

A economia japonesa é fundamentalmente mercantilista, importando matérias-primas e exportando produtos manufaturados, graças aos esforços conjuntos das firmas privadas e do governo. Em uma manobra destinada a evitar críticas do exterior contra o seu enorme excedente comercial, o governo pretende destinar 50 bilhões de dólares à ajuda externa e ao desenvolvimento nos próximos cinco anos.

O volume de AOD (Ajuda Oficial ao Desenvolvimento) proveniente do Japão,

incluindo a ajuda financeira bilateral e multilateral, foi o maior do mundo em 1989. Essa ajuda externa, especialmente sob a forma de empréstimos a países do Terceiro Mundo, servirá para agravar os já sérios problemas de endividamento destes últimos.

Outra reação do governo japonês ao desequilíbrio registrado em sua balança comercial tem sido aumentar o consumo interno, em vez de reduzir o volume de exportações.

O consumo de papel de alta qualidade aumentou acentuadamente no Japão em decorrência do desenvolvimento do setor de informática e da campanha oficial no sentido de aumentar o consumo. O governo metropolitano de Tóquio enfrenta hoje sérios problemas com o aumento do volume de papel usado, superior ao que as usinas de tratamento de refugos são capazes de processar.

A atuação dos todo-poderosos *sogo-shosha*, aliada ao aumento da ajuda externa do governo e à intensa promoção oficial de um consumo perdulário, vem tendo efeitos desastrosos sobre o meio ambiente. Enquanto isso, nenhum movimento ecológico forte surgiu até agora no Japão, onde o número de cidadãos preocupados com questões ecológicas é ainda pequeno.

Os empresários japoneses não têm tradição de fazer doações filantrópicas em favor de organizações sem fins lucrativos, como universidades, fundações de pesquisa ou organizações não-governamentais (ONGs).

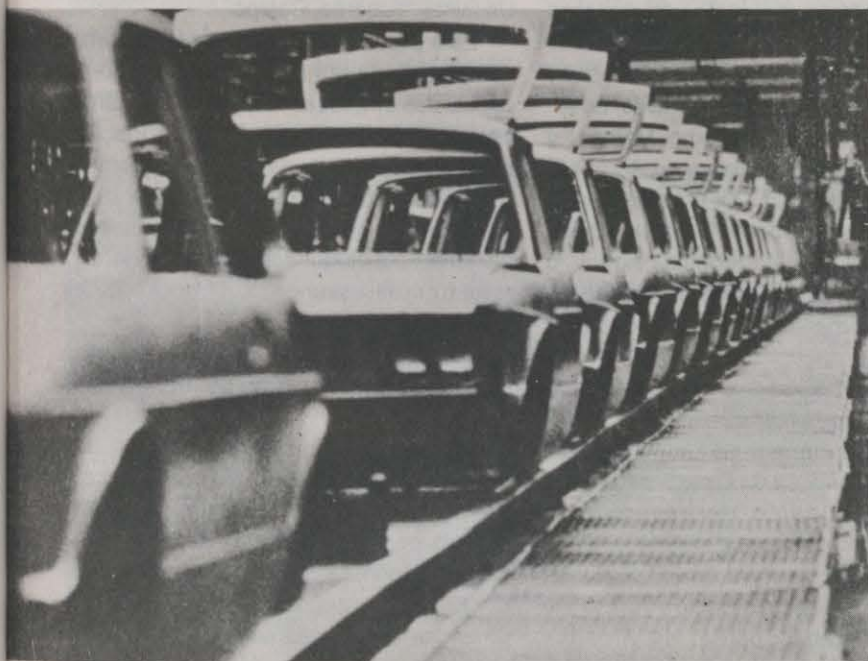
Igualmente ausente na economia japonesa é uma cultura que enalteça a ética das práticas comerciais. Para a mentalidade comercial japonesa, os únicos investimentos que valem a pena são aqueles que prometem bons lucros, independentemente de suas consequências sócio-ambientais. O estilo de vida do empregado da fábrica ou do escritório demonstra que, no mundo comercial japonês, os lucros e a produção têm precedência sobre a felicidade humana. ●

* Third World Network Features. Yoichi Kuroda é coordenador da Rede Japonesa de Ação em Pro das Florestas Tropicais (Jatan) e co-autor de Timber from the south seas, uma análise do comércio japonês de madeiras.

SUPLEMENTO BRASIL



Os trabalhadores começam a reagir ao Plano Collor (p.42), ante a onda de desemprego, enquanto nos supermercados a flutuação de preços mantém as donas de casa em expectativa e com temor do desabastecimento



A face desnacionalizante do programa econômico reaviva o debate sobre a questão do desenvolvimento tecnol'ogico (p.47), aspecto que pode ser definitivamente comprometido pelas teorias neoliberais



Pesquisa acadêmica (p. 53) resgata mais um período das inquietações políticas dos militares, a fase dos chamados Jovens Turcos, que foi a segunda onda republicana de elaborações teóricas no meio fardado.

RECESSÃO É FOME E ATRASO

Setores políticos temem que a face desnacionalizante do Plano Collor adquira a importância que teve em planos semelhantes implantados no México, Venezuela e Argentina e produza efeitos danosos ao desenvolvimento brasileiro, agravando o já dramático quadro social

Clóvis Sena

O presidente da Frente Parlamentar Nacionalista, deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB/PE), reconhece que é urgente e indispensável um plano de estabilização monetária, mas entende que o plano baixado pelo governo Collor não foi feito no Brasil, sendo inspirado pelo governo norte-americano, ainda da época de Ronald Reagan, e é o mesmo que foi imposto ao México, Venezuela e Argentina, causando estragos profundos na economia desses países, que, ao lado do Brasil, formam o grupo mais avançado das economias do continente latino-americano.

Oswaldo Lima Filho recorre a um exemplo para justificar os temores quanto ao grau de abalo que pode atingir em breve o conjunto da economia brasileira: a construção de uma siderúrgica do porte da Usiminas custa pelo menos 10 bilhões de dólares, mas o governo Collor quer vendê-la por apenas 900 milhões de dólares, menos de 10% do valor mínimo. Por esta e outras, o Plano Collor é o plano da recessão e da fome, alerta o parlamentar.

Deputado, os interesses nacionais foram defendidos durante a votação do pacote econômico pelo Congresso?

Foram, é claro. Mas, pouco se conseguiu. É preciso destacar que o pacote econômico fez ressuscitar o antigo Centrão, que atuou na Constituinte, e que agora reaglutinou-se para defender os interesses do novo governo. Isto indica a necessidade de o povo se reorganizar através dos sindicatos e de outras associações civis.



Oswaldo Lima Filho

reforma fiscal e a abolição de títulos ao portador, entre outros, não é um plano brasileiro, não foi feito no Brasil. Trata-se de um projeto feito no governo Reagan e exportado para todas as nações da América Latina. É o plano que já está em vigor no México, através do governo Salinas de Gortari; na Venezuela, através de Andrés Peres, tendo já provocado explosões sociais das mais graves; na Argentina, através do governo Menem, e está levando 'a bancarrota a nação que já foi uma das mais ricas da América Latina; e que já foi executado no Chile, através da ditadura militar de Pinochet. Agora, o mesmo conjunto de medidas chega ao Brasil, pelas mãos do presidente Collor.

É mesmo a receita geral do Fundo Monetário Internacional?

É o plano clássico do FMI, com apoio do Banco Mundial e da Casa Branca, com o objetivo básico de assegurar a dominação econômica e impedir o nosso desenvolvimento. Para tanto, procuram reduzir o nível de produção e de produtividade industrial da América Latina. Com isso, fica mais fácil para os Estados Unidos a aquisição das matérias-

Que avaliação faz do plano econômico?

Nós, da Frente Parlamentar Nacionalista, sempre tivemos a consciência de que o atual Plano de Estabilização Monetária, embora fosse indispensável e até mesmo urgente em muitos aspectos, como a

primas desta parte do mundo, ao mesmo tempo em que a queda do nível de atividade industrial abre-lhes as portas para a aquisição barata das empresas estatais de infra-estrutura, que constituem a espinha dorsal do desenvolvimento econômico do Brasil.

Elimina-se, assim, o risco da concorrência que os países mais adiantados do continente, 'a frente o Brasil, poderiam vir a fazer?

Muitas coisas incomodam alguns monopólios norte-americanos, como o fato de que o Brasil, nos últimos 15 anos, ascendeu à condição de sexto produtor mundial de aço. De 13 milhões de toneladas de aço, o Brasil passou a produzir 17 milhões de toneladas. E isto ocorreu graças ao trabalho das empresas siderúrgicas estatais: Volta Redonda, Usiminas, Tubarão, Cosipa.

Este plano econômico possui, assim, duas faces: de um lado, bloqueia todo o capital das empresas nacionais. De outro, abre ao capital estrangeiro a participação nas empresas nacionais. Então, quem é que vai poder comprar ações das empresas estatais brasileiras? Se o capital nacional está bloqueado pelo governo, só resta o capital estrangeiro.

Esse processo de privatização não terá salvaguardas que preservem o interesse nacional?

O processo é suspeitíssimo. Nós, da Frente Parlamentar Nacionalista, propusemos que a avaliação das empresas privatizáveis fosse feita pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco do Brasil. Mas, não aceitaram nossas emendas. Este fundamental processo de avaliação correrá através de um Magno Trevisan qualquer, um Trevisan da vida

desses aí, que avaliaram a Usiminas por 900 milhões de dólares, quando todo mundo sabe que a Usiminas vale mais de 10 bilhões de dólares. Ninguém constrói hoje uma empresa do porte da Usiminas por menos de 10 bilhões de dólares. Esta é a situação real.

Na prática, como se posicionou a Frente Parlamentar Nacionalista ante as facilidades da medida provisória sobre a privatização?

Conseguimos em plenário derrotar o dispositivo em que insistia a ministra Zélia Cardoso, que permitia a troca de ações das estatais por títulos da dívida externa brasileira. Este dispositivo tal como proposto pelo governo é que se pode considerar uma verdadeira doação do patrimônio nacional. Porque é público e notório que os títulos da dívida externa brasileira estão valendo nas bolsas apenas um quarto de seu valor, isto é, 25% do valor nominal. Títulos de um milhão de dólares estão sendo vendidos a 250 mil dólares nas bolsas. Na prática, com um título desses, comprado a 250 mil dólares, pode-se comprar um ativo real de um milhão de dólares.

Foi isso que procuramos evitar, ao retirar o mecanismo da conversão. Mas, o governo ainda ficou com expedientes que lhe permitirão medidas antinacionais. Aliás, estes propósitos entreguistas foram comunicados pessoalmente a governantes estrangeiros pelo então presidente

eleito, na viagem que fez ao exterior, antes da posse. Mas, o presidente, que é jejuno em matéria econômica, assessorado por essa ministra Zélia, que conhece a matéria pouco mais que ele, parece se esquecer de que passamos 25 anos ouvindo essa mesma cantilena, desde 1964, quando o regime udenista-militar se instalou no poder. De lá até hoje, a partir de Roberto Campos e dos Delfins e Simonsens, não tem sido feita outra coisa, senão a entrega de nossa economia. Eles só criaram facilidades para o capital estrangeiro.

Quais as consequências sociais que poderão advir do atual programa econômico?

Estudo feito agora pelo professor Maurício Romão, da Universidade Federal de Pernambuco, demonstra o resultado dessa política da ditadura, que o governo Collor quer levar ao paroxismo: o ajuste da dívida externa diante da dívida social do Brasil deixou um saldo de 68 milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza e mais 32 milhões de pessoas vivendo abaixo do nível da indigência. Tudo isto como resultado do arrocho salarial e de outras políticas chamadas de estabilização dos Delfins da vida, agora agravadas pelo plano da ministra Zélia.

Torna-se importante, assim, que os sindicatos e os trabalhadores em geral se organizem contra esse plano, que é o programa da recessão e da fome. ●

UM TEMPO DE GRANDES LUTAS

As forças progressistas consolidaram a unidade, nas votações do Plano Collor, o que abre perspectivas políticas de longo alcance, apesar da derrota nesta batalha legislativa

O deputado Brandão Monteiro (PDT/RJ) aponta o episódio dos debates do Congresso em torno do Plano Collor como um momento que produziu um saldo positivo para as forças progressistas, pois levou à unidade dos segmentos políticos mais avançados. Apesar do comportamento de um setor conservador do PMDB, o deputado pedetista reconhece que foram obtidas algumas vitórias, embora não se possa fugir à constatação de que a tramitação das Medidas Provisórias resultou, afinal, em derrotas marcantes para o bloco progressista.

A visão que temos do pacote econômico se consubstancia em três pontos básicos: o programa de estabilização econômica do governo Collor é uma proposta autoritária, típica de governo autoritário; é, na sua essência, desnacionalizante; e encerra, como consequência, a recessão econômica, que levará o país a uma crise de incalculáveis dimensões. Enfrentaremos, assim, uma depressão, e não somente uma recessão, alerta o congressista fluminense.

A decisão que se processou no Legislativo, favorável ao plano, indica que o atual governo dispõe, nas duas casas do Congresso, da maioria que apóia qualquer governo, na opinião de Brandão Monteiro, que identifica um grupo numeroso os mesmos como sempre disposto a servir ao governo do momento.

Mesmo assim, conseguimos algumas vitórias importantes com a unidade das forças progressistas, constituídas pelo PDT (hoje a quarta maior bancada do



Políticas recessivas agravam o drama social no país nos últimos dez anos



Brandão Monteiro

Congresso), PT, PSB, PCB e P C do B. Lamentavelmente, o PMDB, através de sua facção conservadora, permitiu a aprovação de questões que contrariam o próprio programa partidário.

Lucros e perdas Na opinião do deputado, os ganhos finais dos partidos progressistas foram reduzidos em número, mas contêm grande valor político. O primeiro ganho foi essa unidade das forças progressistas. O segundo foi que nós conseguimos introduzir, no capítulo das taxações, a diferenciação entre o pequeno poupador e o especulador. Nós conseguimos estabelecer parâmetros que recuperam o salário mínimo, em vista do projeto do governo. Conseguimos aprovar alguns mecanismos de controle do Congresso Nacional em relação à privatização das empresas brasileiras. Por exemplo, conseguimos a supressão do artigo que permitia a falência das estatais brasileiras.

O fato de ter ocorrido, a seguir, o veto presidencial às modificações propostas não invalida o alcance político da atuação do bloco progressista e até mesmo o realça.

Brandão Monteiro não deixa de chamar a atenção, porém, para as derrotas, que considera grandes, sofridas no próprio plenário parlamentar, onde as forças mais avançadas não foram capazes de dobrar a grande frente conservadora de apoio ao governo: No fundamental, padecemos extensos revezes, como nos casos da internacionalização da economia e na postura autoritária do governo frente ao funcionalismo público.

Na opinião do parlamentar, o bloco progressista tem à frente um campo de lutas intensas, pois considera que o Plano Collor começa a mostrar sua inviabilidade e a receber crescente rejeição social, como já indica a queda de 10% na aprovação do pacote pela opinião pública, em menos de 30 dias. A primeira sondagem, dias após o lançamento do plano, indicou aprovação de 81%, total que baixou para 71%, em meados de abril, segundo pesquisa da Datafolha.

A tendência crítica se acentuará, à medida que a população for descobrindo os efeitos depressivos do programa e o avanço da desnacionalização, como desde o início alertam as forças progressistas, finalizou Brandão Monteiro. C. S. ●



As forças progressistas atuaram em bloco no Congresso

A INCÓGNITA DE MAIO

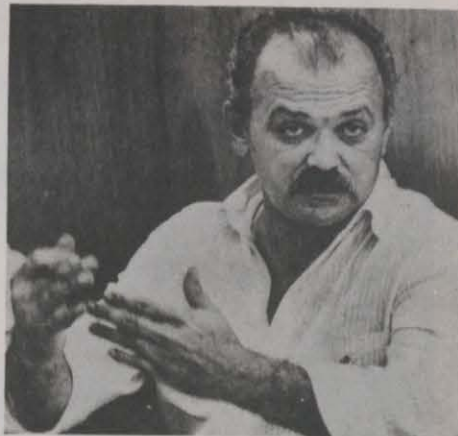
Dados que apontam recessão e crescente desemprego põem em causa o programa econômico, enquanto o governo acena com torneirinhas e anuncia um índice inflacionário de zero, que o Dieese calcula que chegou a 24%

Procópio Mineiro

A caminho do segundo mês de vigência, o Plano Collor reduziu seus três mosqueteiros a apenas um, a ministra Zélia Cardoso. Os dois outros figurantes de proa dos primeiros tempos do programa o ministro Bernardo Cabral e o delegado Romeu Tuma refluíram no cenário e misturaram-se agora nas sombras do fundo do palco. Outro figurante escalado para brilhar o sindicalista-ministro Rogério Magri não chegou, porém, a ocupar seu espaço e é improvável que venha a fazê-lo, ante os desdobramentos que envolveram a questão salarial e o nível de emprego. Estes aspectos sociais formam a incógnita do plano, cujos efeitos recessivos poderão levar a uma onda de desemprego de até 4,5 milhões de pessoas, segundo projeção do economista carioca Francisco de Assis Moura de Melo.

Nos primeiros 30 dias, o apoio popular ao programa caiu dez pontos, baixando de 81% a 71%, um desempenho mais baixo que o Plano Cruzado.

Trabalho na defensiva Os sindicalistas consideram que os trabalhadores foram empurrados para a defensiva, pois agora têm de lutar pela reposição das perdas salariais impostas pelo plano, antes de pensarem em brigar por aumentos reais. Além disso, passam a sofrer a ameaça de demissões massivas em decorrência da recessão. Por enquanto, dezenas de milhares de trabalhadores



A questão trabalhista opõe Medeiros (CGT) e Meneguelli (CUT) a Magri (ex-CGT)

vivem em férias coletivas ou licenças remuneradas. Mas, o sabor é de aviso prévio: o patronato dessas áreas apenas aguarda mais algumas semanas, sondando o futuro do programa, antes de suspender o corte das próprias banhas e livrar-se de excessos de mão-de-obra.

Vão-se tornando comuns, igualmente, acordos pelos quais empregados aceitam redução salarial, em troca da garantia de apenas mais um mês de trabalho, enquanto outros milhares estão sendo simplesmente enxugados das folhas salariais e ficam desempregados. Em S. Paulo, o mercado minguiu em 28 mil vagas apenas na indústria de transformação, nos últimos dez dias de março, em função de demissões causadas pelo pacote econômico, não estando disponíveis, até o fechamento desta edição, os números referentes a abril. Na indústria da construção paulista, os demitidos em março aproximaram-se de 100 mil. Intensifica-se, a cada dia, desde então, o fenômeno do retorno de nordestinos desempregados para seus locais de origem. Acabou o sonho paulista para essas dezenas de milhares de descamisados. Voltam a ser pés descalços em suas pequenas cidades ou na sempre ingrata agricultura nordestina. Há quem diga que, afinal, não são dos mais infelizes, pois dispõem pelo menos de um lugar para onde voltar.

Uma catástrofe? Inflação zero é uma ilusão, reclamou Luiz Antônio de

Medeiros, líder dos metalúrgicos de S. Paulo, ao tomar conhecimento do anúncio feito pela ministra Zélia, comunicando a morte do tigre inflacionário. Medeiros considerou que o governo se mostra insensível: Alguma coisa deveria ser dada, pelo menos como um gesto aos trabalhadores. O líder metalúrgico da CGT reconheceu que a luta imediata dos trabalhadores é pela manutenção do emprego, mas avisou que a reposição salarial terá que ser feita em algum momento: Garfou, nós vamos buscar, exemplificando com os movimentos salariais provocados pelas perdas dos planos Cruzado, Bresser e Verão.

Para Medeiros, a perspectiva é preocupante, pois entende que a recessão será profunda, devido à inflexibilidade do governo, que está vivendo na ilha da fantasia e que julga o programa econômico absolutamente correto. Temos que esperar a catástrofe acontecer, afirma, fatalista.

A incógnita de maio Enquanto ocorria este debate, a Ordem dos Economistas de S. Paulo anunciava ter apurado um aumento de 84,38% no custo de vida da classe média no mês de março, por causa dos itens educação, habitação, transportes, alimentação e lazer.

Um índice semelhante de reposição salarial passou a constar da pauta de reivindicações dos bancários, que recusam ainda acordos de redução salarial. É intolerável, para trabalhadores

que já não ganham o suficiente para viver com dignidade, serem obrigados a admitir corte nos salários, quando todos sabem que trazemos um alto acumulado de perdas e que inflação zero é conto da carochinha, disse Alcides Neves, da direção do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro.

Assim, o mês de maio começa com ares de que lhe caberá um papel decisivo no futuro do Plano Collor, pois todos admitem que será o período em que se definirão as consequências das medidas econômicas.

Se vier a aprofundar-se o processo recessivo, levando até a uma depressão mais adiante com a continuidade do desemprego e da queda da produção o impasse econômico e social, e consequentemente político, estará armado.

Se, ao contrário, for intensificada a política da torneirinha já inaugurada para alguns setores privilegiados, como a transnacional indústria automobilística, a produção poderá manter certa estabilidade, com reflexo natural no emprego e na massa salarial circulante. Setores da equipe do governo acenam com informações de que se aproxima a hora de injetar oxigênio no sistema, para impedir a depressão. Mas, pelo que advertem diversos economistas, torneirinha não é política que tenha lógica econômica: afinal, regar somente uma ou outra planta não garante a saúde do jardim. No lugar das rosas, esta é a incógnita de maio. ●

O NOVO GOVERNO E A PETROBRÁS

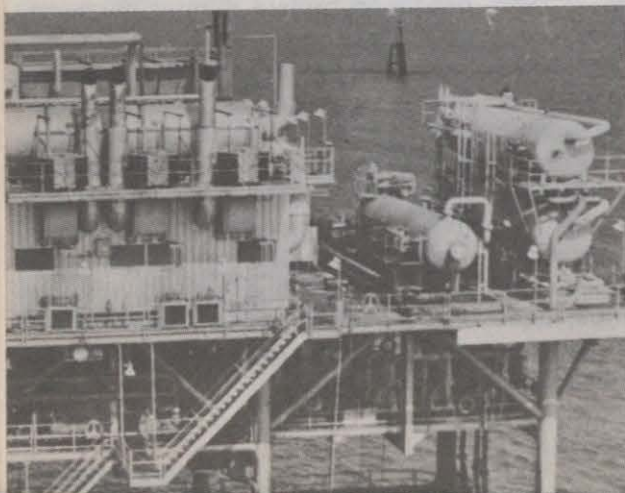
A estatal do petróleo desempenha importante papel na economia do país e precisa ter sua saúde financeira restaurada

Ricardo Maranhão*

O novo governo deverá enfrentar complexas e graves questões. Entre essas avulta a crise financeira da Petrobrás, que lhe reduz a capacidade de investir, impedindo-a de atingir os seus objetivos, fundamentais ao desenvolvimento nacional. Sem a superação de uma crise desta magnitude serão inevitáveis a estagnação e o declínio da produção de petróleo e derivados. Aumentará a nossa dependência externa, traduzida em maiores importações com reflexos negativos no balanço de pagamentos.

Já se fazem sentir em milhares de empresas, nos ramos da indústria e dos serviços, nefastas consequências dessas dificuldades vividas pela Petrobrás, materializadas em elevada ociosidade, desemprego, retrocesso tecnológico e sacrifício de equipes técnicas formadas com muito esforço. Observe-se ainda que nove estados e 450 municípios brasileiros terão as suas receitas prejudicadas com a

A estatal desenvolveu tecnologia



diminuição dos royalties que lhe são pagos pela Petrobrás.

A companhia gerando ou poupando divisas, em volume que supera os 10 bilhões de dólares, anualmente é responsável por mais da metade dos superávits comerciais obtidos pelo país nos últimos dois anos. Com as suas subsidiárias, a Petrobrás assegura mais de 70 mil empregos diretos e 3 milhões indiretos. Em 1988, foram recolhidos aos cofres públicos, em impostos, taxas e contribuições sociais, recursos equivalentes a 2,7 bilhões de dólares, expressiva contribuição da empresa para a redução do déficit público. Mediante contratos, bolsas, estágios e cursos, a Petrobrás mantém intercâmbio com cerca de 40 universidades e centros de pesquisa no país como a UFRJ, Unicamp, Coppe, IME, Inpe, PUC dando extraordinário apoio à pesquisa universitária e ao desenvolvimento tecnológico.

Enfim, ninguém ignora como é amplíssimo o alcance da ação da Petrobrás nos campos político, econômico, tecnológico e social. No entanto, a origem desta crise não é de responsabilidade da empresa, cuja competência e eficácia são reconhecidas internacionalmente.

Tudo resultou de uma política governamental, que pretendeu combater a inflação comprimindo e aviltando tarifas e preços públicos, num sacrifício



O óleo amazônico exige altos investimentos

inútil, que descapitalizou as empresas estatais. Acrescente-se a isso quase 500 milhões de dólares devidos à Petrobrás por órgãos do governo, e os subsídios concedidos pela empresa, por determinação governamental, a grupos privados, notadamente aos produtores de álcool e à indústria petroquímica, em montante superior a 4,5 bilhões de dólares, nos últimos dez anos.

Outra causa da descapitalização encontra-se no sistema de vendas às distribuidoras de derivados, cujo prazo de pagamento demorado, em inflação crescente, sacrifica financeiramente a Petrobrás.

Estes desacertos começam a ser corrigidos, graças à ação do Congresso Nacional, onde foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito Mista, que apura as causas da crise e vem sugerindo medidas corretivas às autoridades econômicas.

O novo governo deverá, pois, dispensar atenção especial à Petrobrás, empresa que simboliza a capacidade realizadora de nossa gente e que nunca, como agora quando nossas reservas aproximam-se de 8 bilhões de barris esteve tão próxima da auto-suficiência, que poderá ser alcançada, brevemente, desde que lhe sejam assegurados os recursos necessários ao seu plano de investimentos.

*Ricardo Maranhão é Diretor de Comunicações da Associação dos Engenheiros da Petrobrás-Aepet

A guerra silenciosa que vamos perdendo

O principal instrumento estrutural e estratégico do poder neocolonial no Brasil, na América Ibérica e no Terceiro Mundo chama-se tecnologia, arma da devastadora guerra de dominação em curso

J. W. Bautista Vidal*

A montagem do parque industrial brasileiro deu-se pelo uso indiscriminado de pacotes tecnológicos agregados no exterior e controlados por grandes corporações estrangeiras. Esta sistemática de dependência é uma consequência direta da natureza do modelo de crescimento econômico, implantado no país desde a segunda metade dos anos 50.

Assim, a tecnologia externa se transformou no principal instrumento, através do qual se molda e se controla a estrutura produtiva nacional, especialmente nos seus setores mais dinâmicos e estratégicos. Deste modo, ela conforma sofisticado meio de dominação, que caracteriza um novo tipo de colonialismo, mais implacável, sutil e subjulgador que o do século passado.

Sob o falaz argumento de promover-se o crescimento econômico de 50 anos em 5 - como se isto fosse possível sem vender a alma ao diabo - instalou-se no Brasil o modelo econômico dependente. Deslocou-se, assim, para o exterior, fundamentando-se nessa alucinação, um amplo espectro de importantes e intransferíveis decisões diretamente relacionadas à produção e ao poder nacional, e intrínsecas ao processo de agregação tecnológica.

Esta dinâmica do modelo condicionou nossa estrutura produtiva às características econômicas, sociais e políticas dos países ou regiões de origem desses pacotes e aos interesses das corporações que os controlam. Assim, na realidade, o poder da produção e, portan-



José Walter Bautista Vidal

to, o controle da sua evolução, é exercido pelas corporações que compõem os pacotes tecnológicos, em uso de modo generalizado nas sociedades dependentes, quaisquer que sejam as formas de composição acionária das empresas envolvidas. Isto é, mesmo aquelas que têm capital 100% em mãos de brasileiros, por causa do modelo econômico dependente, às vezes de modo radical, dos controladores externos da tecnologia. O que falsamente é designado como transferência de tecnologia nada mais é do que o aluguel de uso de um determinado modo de produção, estruturado dentro dos interesses de seus controladores e das políticas dos países a que estão vinculados. Esta realidade se reflete em dezenas de milhares de pacotes, compostos cada um por milhares e até milhões de itens, com consequências sociais, econômicas, políticas e, evidentemente, técnicas. Por intermédio deles, escolhem-

se as matérias-primas naturais ou já transformadas industrialmente; decidem-se as especificações dos componentes, delibera-se quanto à produção capital intensiva ou labor intensiva; opta-se pelas formas de energia; escolhe-se o modo de atuação no mercado, condicionando-o aos interesses dos controladores, inclusive interferindo nos hábitos, costumes e bases culturais dos países e regiões receptoras, etc.

Com esta sistemática de domínio externo, os fatores de produção nacionais ou regionais são ignorados, anulando-se vantagens evidentes em prejuízo das comunidades locais. Isto resulta em crescente desvalorização desses fatores. Destruí-se, assim, qualquer possibilidade de uso de vantagens comparativas, em benefício do exógeno e do irracional. Muitos exemplos demonstram a perversidade da natureza do modelo dependente. Vejamos uns poucos:

a) O Brasil detém 98% das reservas mundiais de nióbio. Entretanto, este estratégico metal é muito pouco usado em nosso país e é substituído por outros metais importados. Evidentemente, tal uso é ditado por especificações contidas nos pacotes tecnológicos, sempre definidas fora do país. Por isso, não se recomenda entre nós o uso do nióbio;

b) Toda a nossa grande siderurgia, com exceção da Acesita, fundamenta-se, como combustível e como redutor, no uso de carvão mineral, quase todo importado e representando um ônus de cerca de 500 milhões de dólares por ano. Além disto, esta dependência tem provocado difíceis negociações para obtê-lo, às vezes obrigando a concessões lesivas aos nos-

os interesses. Em contrapartida, detemos o maior potencial mundial de carvão vegetal, renovável, limpo e barato, e não o usamos;

c) Somos o maior produtor de quartzo de primeira qualidade, com cerca de 100% das reservas mundiais, base da indústria eletrônica moderna. Exportamos o quartzo bruto - por menos de um dólar o quilo - e o importamos, após transformado em componentes ou produtos finais, a preços, por quilo, acima de 2 mil dólares;

d) Um veículo de passeio, entre os mais simples do ponto de vista tecnológico, detém agregados em seus pacotes de produção cerca de 30 mil itens

transformou na oitava economia do mundo, como vantajoso. Nesta sistemática de dependência, no entanto, somos uma espécie de gigante com os pés de barro, bobo e servil.

Divisão internacional do trabalho -

O crescimento econômico dependente é apresentado aos povos subjugados como se trouxesse, no seu bojo, ingredientes que garantissem o desenvolvimento e a libertação, quando visa precisamente ao oposto.

O modelo soberano, em contrapartida, se fundamenta na autonomia tecnológica do país, sem, entretanto, pretender sua

produção, do sistema educacional e do Estado, hoje privatizado e servil, sem objetivos públicos. Evidentemente, isto implicaria, também, amplas reformulações nas estruturas diretamente ligadas ao trabalho.

No mundo contemporâneo, industrializado, as atividades vinculadas à produção tecnológica correspondem a um amplo potencial de empregos que exigem capacitação crescente. As atividades da produção de bens e de serviços se concentram cada vez mais nessas atividades do processo tecnológico, sem isto representar, em qualquer hipótese, redução do trabalho humano pela automação, mas sim um regime de pleno emprego, em que o grau de automação deve ser, necessariamente, orientado pela absoluta garantia desse regime. Enquanto houver um homem desempregado, não se pode pensar em redução de empregos, sem drásticas medidas que superem essa indesejada situação. O domínio do processo tecnológico permite compatibilizar as vantagens comparativas dos fatores de produção com os interesses da sociedade. Precisamente, por meio do equacionamento tecnológico, valorizam-se os fatores nacionais, regionais ou locais, destacando-lhes a correspondência da sua abundância ou escassez. A dinâmica deste processo permite abrigar uma massa de novos empregos inteligentes, que vão desde o trabalhador especializado, em permanente processo de evolução, ao tecnólogo, engenheiro ou cientista, atuando nas empresas de bens e serviços, nas empresas de produção e de desenvolvimento tecnológico, nos centros de pesquisas, nas universidades e no Estado. O domínio tecnológico implica também a ampliação da competência social nos campos da educação, da jurisprudência, do comércio, da administração e da política, em níveis e quantidades substancialmente superiores aos exigidos pelo sistema neocolonial.

Estabilidade das modernas democracias - As sociedades soberanas necessitam de gigantescas e complexas estruturas de saber tecnológico, direta-



A tecnologia é o principal meio para o desenvolvimento

tecnológicos, cada um deles com implicações sociais, econômicas e políticas, evidentemente orientados dentro dos interesses dos controladores dos pacotes. Este setor tem sido, nos últimos 30 anos, o carro-chefe da economia nacional, com desdobramentos em muitas centenas de empresas produtoras de componentes e de serviços. Sua autonomia resultaria em imensa demanda de desenvolvimento tecnológico nacional, essencial para provocar o surgimento de estruturas institucionais específicas neste campo, ou seja, as conhecidas fábricas de tecnologia.

De certa maneira, quanto mais a economia cresce com este modelo, mais se aprofunda e consolida o poder internacional dentro do país. Muitos apresentaram este crescimento econômico, que nos

autarquização, e implica o desenvolvimento de um largo espectro de atividades que atinge a sociedade como um todo, alterando substancialmente o *modus vivendi* da população e o seu *status* no contexto mundial. Ele promove a montagem de grande número de novas instituições e provoca profundas reformulações nas existentes. Essas alterações exigem, dentro das empresas de bens e serviços, o desenvolvimento de setores dedicados ao domínio tecnológico, bem como a criação de empresas de tecnologia, hoje quase inexistentes, diretamente responsáveis pela produção tecnológica, e de um sistema educacional distinto do atual, o qual responde apenas às necessidades de uma economia dependente.

Profundas mudanças seriam necessárias em todos os níveis da

mente vinculadas às realidades físicas, culturais e políticas. 'E esta base institucional que sustenta uma ampla classe média e dá fundamento e estabilidade política às modernas democracias. Também é essa massa de saber que abrange a sociedade como um todo, em todos seus níveis, e permite fazer efetiva a transformação dos imensos recursos naturais e potenciais energéticos em bens e serviços diretamente vinculados às necessidades, bem-estar e aspirações do povo brasileiro. Esta nova estruturação da sociedade permitirá reagir à vexatória situação de permanente e grave deterioração dos valores de nossos fatores de produção, abundantes e estratégicos, e fazer valer as vantagens comparativas que eles necessariamente deveriam representar no contexto mundial.

Vencedores e derrotados - A introdução da dinâmica neocolonial no Brasil resultou da estratégia de dominação dos reais vencedores da Segunda Guerra Mundial. Ela ocorreu, precisamente, quando caminhávamos para a afirmação nacional, graças a um projeto político de nação, em marcha desde a década dos 20 e que teve seu ápice de mudanças na Revolução de 30. O processo de dependência aos países hegemônicos, imposto pelo modelo e envolvendo questões básicas, intrínsecas ao processo tecnológico, veio interromper a evolução deste projeto. Então, o Brasil, que tinha sido aliado dos vencedores, tendo enviado seus filhos a morrer na Itália em defesa da liberdade, viu-se na situação de derrotado, ao ter desmantelado seu projeto nacional e ver-se submetido a processo de espoliação e perda de soberania, sem similar na história dos povos.

A implantação do modelo dependente no Brasil, bem como nas demais repúblicas ibero-americanas, foi antecipada, na estratégia global dos vencedores, pelo Acordo de Bretton Woods, que criou em 1944 o Sistema Financeiro Internacional. Na ocasião, os EUA detinham sozinhos 62% do produto mundial e o poder nuclear. Neste contexto, foi imposto

às demais nações o dólar norte-americano como moeda internacional: sua única referência era a paridade com ouro. Em 1971, Nixon desvinculou o dólar do ouro, o que deveria ter representado o fim do Acordo. Desde então, o Sistema Financeiro Internacional perdeu a discutível legitimidade e a decência. Já em 1978, por cada cinco dólares circulantes, apenas um tinha lastro de referência.

Por tudo isto, qualquer discussão sobre a existência e a legitimidade das dívidas dos países do Terceiro Mundo necessita ser colocada no contexto desse sistema internacional que as abriga. Assim, para os países submetidos pelo

mineral e, posteriormente, no petróleo. Assim, neste século, esta montagem, promovida por pacotes tecnológicos, teve o petróleo como suporte energético essencial.

Em contrapartida, as regiões tropicais dispõem de elevadíssimo potencial energético permanente, democraticamente distribuído, devido à intensa radiação solar e a vastas extensões de terras agricultáveis ou florestáveis não-utilizadas. Ademais, no caso do Brasil, dispõe-se de capacidade tecnológica própria, como o demonstrou na substituição de derivados de petróleo, tentado, sem sucesso, por outros países.



Vencedor na guerra, o Brasil foi derrotado em seu projeto econômico

neocolonialismo, a decisão que se venha a tomar, quanto a estas dívidas, não terá valor real, sem antes identificar a natureza do sistema que as criou e que pode repetilas, em condições até mais devastadoras que as atuais.

Montagem da dívida - Localizados nas regiões temperadas e frias do planeta e, portanto, sem incidência solar intensa e também sem grandes extensões de terras não-cultivadas, os países atualmente industrializados somente poderiam promover seus respectivos desenvolvimentos por meio de combustíveis fósseis concentrados e sob o controle de suas corporações. Deste modo, neles, a montagem das estruturas produtivas se fundamentou, inicialmente, no carvão

A dependência tecnológica externa e o mimetismo cultural, entretanto, induziram, historicamente, a sociedade brasileira ao uso extensivo e intensivo de combustíveis fósseis, altamente concentradores, de que somos carentes. Importou-se petróleo, entre 1973 e 1984, no valor de 99,6 bilhões de dólares, incluindo, naturalmente, seus custos financeiros. Neste mesmo período, o acumulado da dívida externa alcançou 74,9 bilhões de dólares, ou seja, 24,7 bilhões menos que as importações prospectivamente desnecessárias de petróleo, quando olhadas com uma visão de longo prazo. Ressalte-se que este foi o período em que, arditamente, se montou a dívida externa. Assim, caso o controle tecnológico de nossa economia fosse nacional, levar-se-iam em conta as

fontes energéticas abundantes e permanentes do país, evitando-se esses brutais dispêndios externos.

De fato, as inexoráveis importações de petróleo impostas pela imprevidência de nossos dirigentes, nas condições resultantes do embargo, favoreceram estratégia ideal para a montagem da dívida externa, no caso brasileiro. Em outros países devedores, inclusive exportadores de petróleo, como o México, a Venezuela e a Nigéria, as estratégias foram diferentes, como foram diversas no caso da Argentina, por exemplo. Havia sempre o forte estímulo de eventuais juros negativos, então ofertados pelos agentes dos bancos internacionais, além, naturalmente, das megacomissões para os negociadores dos dois lados.

Tudo isto ocorreu em clima de orgia, para citar expressão de Lord Lever, ex-ministro do Tesouro britânico. A partir de um certo volume do principal da dívida, criou-se uma nova dinâmica para seu crescimento. Ela passou a ser alimentada, principalmente, pela tomada de novos empréstimos, para fazer frente aos seus serviços, agora elevados a níveis inacreditáveis pelo argumento dos juros. Esta transferência das pressões, na dinâmica de montagem, deveu-se à redução dos preços internacionais do petróleo, resultado de uma política que visava, principalmente, a impedir o avanço de vigorosos programas de alternativas aos derivados do petróleo, como vinha ocorrendo, por exemplo, com o Proálcool, no Brasil, e o que se deveria seguir. Impossibilitados de pagar os novos níveis dos respectivos serviços, os países devedores eram obrigados a tomar novos empréstimos. Esta prática de rolamento da dívida foi facilitada, ao extremo, pelos credores, que com isto conseguiram elevar o principal aos níveis desejados. Isto ocorreu até a quebra, em 1982, quando foram interrompidos tais empréstimos. Esta quebra, perfeitamente manipulada pelos países credores, foi o sinal de que os níveis do principal tinha chegado ao ponto ótimo - para eles, naturalmente. Neste estágio da montagem, os países devedores estavam encurralados.

Retrocesso

É sintomático que todas as ações conduzidas na antiga esfera política do MIC não tenham sido transferidas para o novo Ministério da Ciência e Tecnologia, que carece de qualquer instrumento de poder na área de política, coordenação ou produção tecnológica industrial.

A desvinculação das questões tecnológicas da política industrial e, conseqüentemente, do poder que esta atividade representa a nível mundial, corresponde a um gravíssimo retrocesso em relação à situação que o Brasil já tinha alcançado, fruto de cerca de 70 anos de sofrida e vigorosa luta em favor dos nossos mais legítimos interesses.

Esta ação neocolonial, exacerbada nos últimos dez anos sob a condução direta de instituições entre as mais significativas desse poder, teve seu ápice com a nefanda nova política industrial, que

representou a pá de cal, a destruição do trabalho patriótico de muitas gerações de brasileiros. Sua implantação reproduz uma espécie de nova abertura dos portos, de efeitos mais profundos e devastadores. Isto é, corresponde a um retrocesso de cerca de 200 anos. A isto, parcela felizmente reduzida, mas operante, da intelectualidade brasileira chama de modernidade.

Com a destruição do sistema tecnológico industrial, foram desmontados os quadros formados com grandes dificuldades e os programas tecnológicos vinculados às grandes vocações nacionais, como o de alternativas energéticas aos derivados do petróleo, que tinha a ele vinculados cerca de 40 projetos concatenados, envolvendo 1.600 pesquisadores, engenheiros e tecnólogos; programa das normas brasileiras em áreas estratégicas, como

siderurgia, bens de capital, alimentos, indústria farmacêutica, etc.; programa de metais refratários e supercondutores, em que o Brasil detém elevada porcentagem das reservas mundiais; programa tecnológico de uso do quartzo, do qual depende grande parte da indústria eletrônica mundial.

Para superar a situação em que vivemos, é essencial procurar entender essa complexa realidade e unir os que nos são próximos, geográfica e culturalmente, resgatando a dignidade e conquistando a soberania. Trata-se, portanto, de promover um projeto nacional, que permita ao Brasil colocar-se como nação respeitada e dar ao nosso povo condições para enfrentar os embates - que o potencial que representamos faz prever para o futuro - na construção de uma grande Civilização Solidária dos Trópicos.

Na segunda fase, a mesma linha de dirigentes promoveu a montagem da dívida interna, de natureza equivalente e também vinculada a interesses externos. Tudo isto mostra como a vulnerabilidade tecnológica levou à dependência energética e permitiu, aos controladores e beneficiados do processo neocolonial, chegar até onde chegaram, por meio das dívidas externa e interna.

Neste processo, os países periféricos tiveram seus patrimônios naturais e potenciais energéticos permanentemente desvalorizados, e foram reduzidos a meros supridores, às vezes quase gratuitamente, das grandes corporações, que representam os braços executores das políticas de dominação dos principais blocos de poder. Assim, o sistema de produção de eletricidade estatal brasileiro é submetido

a prejuízo - entre 3 e 4 bilhões de dólares por ano - com o objetivo de subsidiar as produções de alumínio e ferro-ligas, em grande parte para exportação. Tucuruí representou a tomada de empréstimos externos da ordem de 4 bilhões de dólares, para resultar em prejuízo para o povo brasileiro de cerca de 1 bilhão de dólares por ano, subsidiando assim o bem-estar dos ricos.

Políticas econômicas neocoloniais -

Apesar de todas essas evidências, não foi ainda entendido - pelos economistas, altos dirigentes governamentais e pelo grande capital nacional - o papel estratégico do processo tecnológico, como instrumento estrutural do poder neocolonial externo, com todas as suas ramificações e consequências sociais, econômicas, políticas, culturais e militares, tanto no terreno teórico como prático.

De fato, os economistas tratam os pacotes tecnológicos como mercadorias monolíticas, criadas pelo gênio e poder dos povos que habitam as nações centrais, com controles inacessíveis aos outros povos. Ao desconhecê-los, por falta de formação profissional, a natureza desses pacotes e de cada um dos inúmeros componentes que os formam, passam a ignorar as bases e a essência de formação e operação das estruturas produtivas e suas relações com os meios físico-natural, social e político.

Como consequência direta da visão do pacote como ente global, como mercadoria, os economistas, ao defenderem equivocada transferência de tecnologia externa, estão simplesmente dificultando o uso das vantagens comparativas dos fatores de produção locais, regionais e nacionais. Deste modo, montaram processo que já se estende por mais de 35 anos. Designam esse processo de desenvolvimento, quando apenas procuram o crescimento econômico não-qualificado, no pressuposto que este se confunde com aquele. No nosso caso e no dos demais países da América Ibérica, no entanto, esse crescimento perverso tem impedido o desenvolvimento de nossos povos.

Os economistas seriam para nós, que não manipulamos os instrumentos simbólicos do poder internacional, os

profissionais menos credenciados para tratar tecnicamente das questões de desenvolvimento real, baseado no uso e transformação dos portentosos potenciais de riqueza de que dispomos, em benefício das necessidades e aspirações do nosso povo. Isto, certamente, esses técnicos não têm noção de como se faz. As teorias que usam não dispõem de instrumentos de análise para penetrar nas estruturas de produção e identificar as causas de suas dificuldades, quase todas fazendo parte do processo tecnológico.

Esta realidade tem sido escamoteada ou simplesmente não-identificada amplamente, porque os economistas têm monopolizado o controle do processo de desenvolvimento, mas não conseguem sequer reconhecer os graves equívocos que praticam. Eles têm exercido, de modo absoluto, o poder nestes últimos 30 anos, em evidente suporte ao poder neocolonial. De fato, embora não lhes atribuamos tais intenções, exercem, na prática, papel de tropa de ocupação desse poder externo. Assim, com todas as evidências que hoje estão disponíveis, chegou o momento de rever esta mistificadora situação.

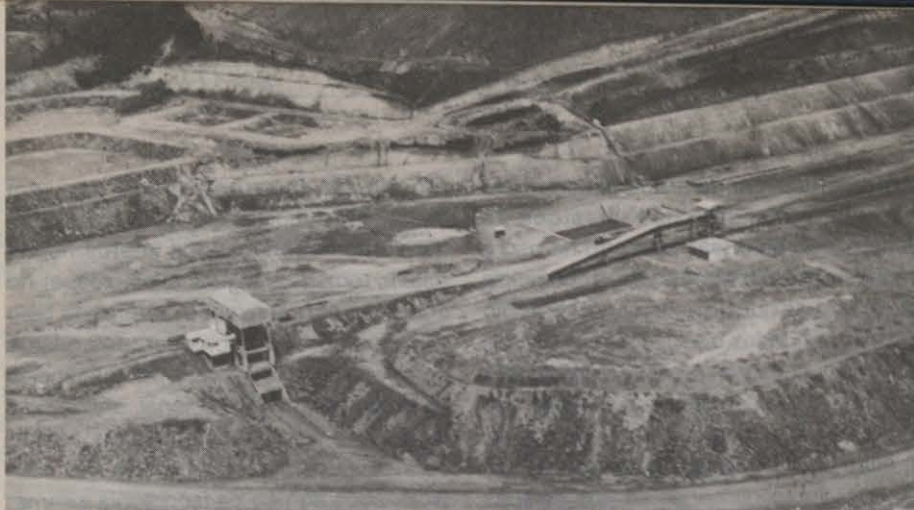
Nos 35 anos em que o modelo dependente orientou as ações econômicas, montou-se estrutura jurídico-institucional que promove a dependência externa de pacotes tecnológicos. Ou seja, a

legislação favorece o seu uso, em detrimento daqueles que, porventura, tenham sido desenvolvidos internamente. Assim, tomemos alguns exemplos: a) no cômputo para a fixação de preços pelo CIP, somente são considerados gastos com tecnologia externa; b) nas agências de desenvolvimento regional, chega-se a explicitar, em contratos para a concessão de incentivos fiscais, que eles são condicionados ao uso de tecnologia externa. 'É curioso, que nem chegam a limitar a que países se aplicam essa externalidade; c) nos bancos ditos de desenvolvimento, não existem financiamentos de risco ou de prazos compatíveis com o desenvolvimento tecnológico. Existem muitos, de doações simuladas, mas não de financiamento de pacotes tecnológicos, na forma abrangente como seria indispensável.

Como os pacotes tecnológicos são agregações de grande multiplicidade de contribuições, são necessárias instituições que trabalhem com este objetivo, com gerência e estrutura empresarial: são as fábricas de tecnologia. No Brasil, temos o exemplo da Codetec, de Campinas, que atua no campo químico-farmacêutico. Pois bem, as agências de desenvolvimento não financiam esta instituição, por ser empresa, e se concentram em atividades acadêmicas,



Projeto neocolonial frustra as soluções de criação nacional



Os imensos recursos naturais possibilitam um futuro autônomo ao país

inconsequentes para a produção tecnológica. Não entra nos critérios dos bancos que a tecnologia é atividade de risco, por natureza, mas de excepcional retorno econômico, quando considerada globalmente. A própria forma de financiamento dos bancos, exclusiva a projetos, sem promover programas, inviabiliza a realização de pacotes tecnológicos. Estes, de natureza intrinsecamente programática, envolve necessariamente vários projetos compatibilizados entre si. Em geral, sem a ação conjunta de várias instituições empresariais, centros de pesquisa, universidades e o Estado, perfeitamente coordenados, é impossível a atividade tecnológica. Todas estas restrições garantem os objetivos do modelo dependente.

Ciência e Tecnologia? - Ao mesmo tempo em que os pacotes externos ocupam o mercado tecnológico nacional, desalojando a possibilidade do controle por nacionais do principal instrumento do processo de desenvolvimento, procura-se, aparentemente, promover a ciência sob a falsa designação de ciência e tecnologia. Isto ocorre, como se fossem atividades de mesma natureza, pudessem ser tratadas conjuntamente e comportassem estruturas e quadros institucionais comuns. Neste escopo, excluída a produção de tecnologia, o máximo que se consegue é um pouco de ciência aplicada, dificilmente consequente, salvo contribuições periféricas. Evidentemente, esta inconsequência não se deve, em nenhuma hipótese, à falta de seriedade ou à incompetência da ciência brasileira, mas à

ausência de estruturas legais e institucionais, na área industrial-tecnológica, e também de políticas de poder, que façam valer possíveis contribuições da ciência em terreno dominado e defendido, com eficácia, pelos interesses do sistema neocolonial. Esta fantasmagoria de ciência e tecnologia é típica da mistificação que sempre usa o sistema neocolonial, abusando da ingenuidade e boa fé das pessoas, ao criar um faz de contas que mascara a realidade.

No meio político, é gritante a ausência de conhecedores destas questões, embora estejam entre as mais importantes e estratégicas do poder mundial e, conseqüentemente, do processo de subjugação a que estamos submetidos.

O capítulo de Ciência e Tecnologia, na Constituição de 1988, é primário e impreciso. Valeu, entretanto, por definir o mercado interno como um patrimônio do povo brasileiro: o restante é equivocado ou de importância desprezível. A assessoria dada aos mais motivados foi inexperienced, imprudente, em um meio adverso, dominado por interesses externos. Nestas condições, o que se conseguiu foi fruto de heroísmo amador.

Invasão e resistência - Este foi o contexto em que a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia ajudou a liquidar esforço gigantesco, que se estendeu por 67 anos, desde a criação do Instituto Nacional de Tecnologia-INT, em 1922, sob a designação de Estação Experimental de Combustíveis e Minérios, já demonstrando a visão estratégica dos que começavam a montar, na década dos 20,

um projeto de Nação para o Brasil. Esse esforço resultou em poderosa estrutura institucional e legal, no Ministério da Indústria e do Comércio, inclusive com um conjunto invejável de leis, cuja conquista, pelo Congresso Nacional, levou décadas de patrióticas lutas, como são exemplo o Código da Propriedade Industrial e o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial.

Esse poderoso sistema de política e execução tecnológica tinha como cabeça a Secretaria de Tecnologia Industrial-STI, com a função central de coordenação, essencial para estas atividades. O planejamento era decorrente das demandas da sociedade, das necessidades do povo brasileiro e dos imensos potenciais de fatores nacionais, especialmente aqueles que ofereciam excepcionais vantagens estratégicas comparativas. Este sistema intervinha diretamente na política industrial, dele fazendo parte e ocupando crescente influência nas decisões maiores do poder nacional. Ou seja, o poder neocolonial começava a ser minado por uma complexa, competente e moderna estrutura do poder público, apoiada em setores da sociedade legitimamente nacionais e tendo por objetivo a defesa dos interesses maiores do povo brasileiro.

Já em 1978, este sistema, fruto de mais de meio século de trabalho e de lutas, correspondia, sem nunca ter sido cópia, à estrutura industrial-tecnológica do poderosíssimo Miti japonês. Como também era semelhante às estruturas vinculadas a estas atividades na Alemanha Federal, Grã-Bretanha e França, por exemplo. O MIC, no período 1974/78, pela ação da STI, tinha se transformado, de fato, em Ministério do Desenvolvimento Tecnológico e Industrial, como foi formalmente proposto ao Presidente da República, em janeiro de 1975. Posteriormente, tal proposta foi sabotada pelos tecnocratas a serviço do modelo de crescimento econômico neocolonial. ●

² O autor integra o Núcleo de Estudos Estratégicos, da Universidade de Brasília, e é professor titular do Departamento de Administração e Ciências Contábeis da mesma UnB. A presente matéria é uma condensação do estudo Poder Neocolonial: Tecnologia Externa, elaborado pelo professor J.W. Bautista Vidal em setembro de 1989.

Os militares na República OS JOVENS TURCOS

As inquietações militares do início do século tiveram suas raízes nas preocupações de um grupo de jovens oficiais atraídos pelo exemplo alemão e descontentes com o atraso nacional

Nos últimos 120 anos, a presença militar na vida política brasileira tem sido constante tema de debates e análises, que, certamente, estão longe de terminar. Afinal, o profundo revolvimento da questão, efetuado pela rede-mocratização, pelos trabalhos da Constituinte e pelas celebrações do centenário da República, serve de estímulo a pesquisas sobre a trajetória dos homens de armas dentro da política nacional.

Já mereceram estudos mais ou menos extensos o papel dos militares no movimento republicano e o Tenentismo, dado este definitivamente incorporado ao estudo da Revolução de 1930. O regime militar instalado em 1964 produziu, até agora, diversos estudos, mas está longe de ser tema esgotado.

A nova etapa histórica - que se desenha com o primeiro governo eleito diretamente pela população, após o Regime Militar de 1964 e a transição da chamada Nova República - certamente continuará gerando pesquisas e interrogações sobre este tema de capital importância para a vida institucional do país.

Jovens Turcos - Um dos momentos pouco estudados é o que se refere à atuação de uma corrente renovadora, que pode ser considerada precursora da inquietação tenentista dos anos 20. São os Jovens Turcos.



A Coluna Prestes expressou, noa anos 20, as inquietações políticas dos militares



Leila Capella

daquele grupo, que, envolvido pelo clima da I Guerra Mundial e influenciado pela doutrina militar alemã, expressava seus anseios através de uma publicação específica, a revista *A Defesa Nacional*, surgida em outubro de 1913. A publicação, assinala a pesquisadora, tinha objetivos profissionais, mas destacava-se pelas

O assunto foi tema de pesquisa da professora Leila Maria Corrêa Capella, sob o título de *Militares, República e Organização Nacional: Os Jovens Turcos e resgata para a atualidade as pre-ocupações*

análises políticas, que expressavam as preocupações dos Jovens Turcos.

O grupo veio a ser batizado com esse nome, em decorrência de ter suas idéias identificadas com a corrente militar chamada de Jovens Turcos, que marcaria a história da Turquia no início do século, encabeçando a modernização política do país e assumindo posições de intenso nacionalismo. Não era sem propósito a comparação do grupo de jovens oficiais brasileiros, mergulhados em elocubrações políticas, e os autênticos Jovens Turcos do envelhecido e moribundo Império Otomano, cuja fase final eles iriam apressar, através da constitucionalização do regime e da posterior proclamação da República. Além das preocupações políticas renovadoras, os nossos Jovens Turcos mereciam o nome por terem se abeberado da mesma visão prussiana, através de estágios na Alemanha, onde encontraram seus colegas tur-

cos. A revista que iriam fundar, para expressar seus anseios, adotou o nome da publicação de seus colegas turcos: A Defesa Nacional.

A Alemanha em que se espelhavam respondia, como modelo, a exigências bem precisas dos Jovens Turcos dos dois lados do mundo: a Alemanha quase que acabara de se unificar - uma modernização - por força do militarizado regime prussiano (daí, a idéia do exército na base da nação); a nova Alemanha tornara-se uma potência; sua escola militar era a excelência da época; as reformas sociais básicas sustentavam o progresso da nova estrela.

Para uma corporação com ativa participação política desde a Guerra do Paraguai e que se responsabilizara pela mudança do regime, ao proclamar a República, não é de se admirar que uma nova geração do oficialato brasileiro surgisse embevecida com os caminhos da Alemanha e com a decisiva função exercida pelo exército na conformação da nova potência econômica e militar mundial.

Malhas de aço - A pesquisadora Leila Maria Corrêa Capella registra, em sua análise do pensamento dos Jovens Turcos brasileiros, uma série de conceitos básicos sobre o povo, a nação, o exército. A leitura dos artigos de {A Defesa Nacional} não confirma a imagem de apolitismo que se formou em relação aos Jovens Turcos, afirma a historiadora, que cita artigos em que integrantes do grupo condenavam o envolvimento militar com a politicagem, mas pregavam a participação da força armada - irmanados os seus sentimentos e os da nação no mesmo esforço supremo para fazer vingar os mais alevantados ideais - nas grandes transformações da pátria, que eles consideravam a verdadeira Política.

Partindo de conceitos - como o de que temos um povo mestiço e formado apressadamente, uma tumultuosa massa efervescente, uma nação rica com povo miserável, inconsciente das

próprias potencialidades, dominada por uma elite egoísta, um país invertebrado e amorfo, que ainda não dispunha do tipo de exército de que precisava - pregavam os Jovens Turcos que às armas cabia um papel especial nas nações em formação, como fator de transformação política ou estabilização social. Em tais nações, segundo acreditavam e lhes mostrava o exemplo alemão, a força é fator normal de avanço. Isto, porque o exército sobressaía como única força organizada, daí sua vocação para aquelas funções renovadoras.

Para o caso brasileiro, entendiam que cabia ao exército - através de suas características de civismo e disciplina - transformar-se num tecido de finas malhas de aço dentro da estrutura física, intelectual, moral e artística duma grande nacionalidade como a nossa, para dar-lhe, ao mesmo tempo que flexibilidade, resistência.

Essa imagem é recorrente entre os Jovens Turcos e coube ao então primeiro-tenente Bertoldo Klinger, que se distinguia no grupo, uma versão mais ativa, em que ao exército caberia a função de volante da máquina nacional, ou ainda o volante que transmitirá o movimento a toda a máquina será uma fonte perene de propagação do trabalho intenso, da iniciativa, da disciplina, do civismo e até do alfabeto.

Por esse tipo de visão, passou a campanha do serviço militar obrigatório, então

considerado um meio de difundir por toda a juventude o civismo e a disciplina de que o exército se considerava depositário. Seria o instrumento mais adequado para estender o tecido de finas malhas de aço por toda a nacionalidade.

Um diagnóstico - Para a historiadora Leila Maria Corrêa Capella, os Jovens Turcos lançaram sobre o Brasil da República Velha um olhar alemão, mas conseguiram fazer um diagnóstico do exército e da nação. Ao regionalismo da República Velha, eles opunham a modernidade que viam na unificação alemã, e consideravam que, como força de atuação realmente nacional, o exército tinha algo a fazer para a tarefa da transformação que o Brasil estava a exigir.

A pesquisadora constata que, a despeito da versão historiográfica, os Jovens Turcos não podem ser considerados profissionalistas e apolíticos. Ao contrário, viam o exército no centro da questão nacional brasileira. O apolitismo, este ficava restrito apenas ao domínio da política partidária e das disputas oligárquicas. Para a grande política, de dimensões nacionais, não deveria haver barreiras, revela a pesquisadora, cujo trabalho mostra as raízes dos movimentos militares que iriam sacudir a década seguinte e determinar o fim da República Velha, através da Revolução de 1930. ●

Procópio Mineiro



Rebeldes de 1924 defendiam a modernização do país, tema recorrente no discurso dos Jovens

A CRESCENTE LISTA DAS DOENÇAS DO TRABALHO

As condições em que se exercem as atividades profissionais podem gerar doenças e o tema merece atenção cada vez maior das autoridades da saúde

Prof. Krishnamurti Sarmiento

Estas doenças necessitam de tempo para se instalarem. São, principalmente, resultantes da respiração de partículas ou gases, que se apoderam dos pulmões. Pelo fato de as pessoas passarem parte do tempo no trabalho, grande número destas doenças é conhecido por doenças do trabalho.

As minas são as grandes causadoras de problemas pulmonares nos trabalhadores. Estas pneumonias são denominadas pneumoconioses (pneumo pulmões; conio pó; oses doença). Recebem o nome de acordo com a origem da poeira: minas de carvão geram antracose; minas de pedra, silicose; minas de ferro, siderose; trabalho com talco (silicato de magnésio hidratado-SiMgOH) podem provocar a talcose, etc.

Outras são resultantes do manuseio com certos vegetais, como a cana-de-açúcar, que pode levar à bagaçose; cânhamo, canabiose; café, cafeose; sisal, sisalose (não só mutila); algodão, bisinose; tabaco, tabacose; trigo e milho podem originar a chamada doença do silo, devido ao local de armazenamento; e há ainda doenças produzidas pelo pó da madeira. Todos estes males são provocados pela poeira de cada vegetal, levando à pneumonia ou alergia, tipo asma (bronquite asmática do povo), que será um dos nossos próximos assuntos.

Temos também as doenças dos criadores. As mais frequentes provêm de: pássaros, as chamadas psitacoses-ornitoses (psitacus: papagaio, piriquito, arara; ornitus: aves); os inofensivos pombos produzem a criptococose (micose) e toxoplasmose, além de asma e pneumonia; e há, igualmente, os males gerados por cogumelos, galinhas e gado,

esta conhecida por doença de fazendeiro (work farmer).

Ação preventiva Façamos uma avaliação, sob o ponto de vista médico e chegaremos à conclusão de que se trata de problema social, onde deve intervir a medicina preventiva, através da medicina do trabalho. A alegação de que são doenças a longo prazo não justifica o des-caso que sofrem, pois se temos como evitá-las, por que não o fazemos? Basta, para isto, proporcionar aos trabalhadores os meios de proteção necessários e suficientes, como máscaras, ventilação adequada do meio ambiente, filtros, exaustores, horas de trabalho compatíveis, etc.

O progresso técnico-científico atual tem concorrido, inegavelmente, para maior conforto e melhores meios de proteção à saúde. Paradoxalmente, também é certo que se multiplicaram as fontes de poluição do ar atmosférico e dos ambientes de trabalho, devido à utilização de diferentes matérias-primas e ao aparecimento de novas substâncias químicas nocivas, tóxicas e irritantes, aumentando o risco das doenças profissionais ou do trabalho, principalmente as dos pulmões.

Ar sujo Acredita-se que existam cerca de 220 produtos tóxicos na atmosfera, resultantes de cada explosão atômica. Presume-se também que somente o reflorestamento intenso possa vir a diminuir esta poluição do ar, uma vez que cada árvore absorve uma e meia tonelada de gás carbônico (fumaça), devolvendo uma tonelada de ar puro (com oxigênio).

Tem sido demonstrada a ação de várias substâncias orgânicas e inorgânicas sobre pessoas que vivem nas

proximidades de fontes poluidoras, como indústrias, principalmente aquelas que utilizam berílio e asbesto (amianto). Observe-se que as pessoas sofrem lesões que não podem ser chamadas de doenças profissionais, pois elas não são trabalhadoras. Os pulmões, por sua contínua comunicação com o ar atmosférico, são os órgãos diretamente sujeitos à ação nociva, pela inalação dessas substâncias. Estas pneumonias são denominadas pneumoatmoses (pneumopulmões; at-mosesatmosfera).

É preciso que haja conscientização de que é melhor para todos criar boas condições para aqueles que trabalham. Isto, por questão de humanidade, justiça, por melhor produtividade e por menos doentes. Afinal, constituímos uma sociedade humana e democrática, onde o homem é livre e a sociedade é sua servidora. É a solidariedade.

Mal das professoras Quase como curiosidade, vamos citar aqui o problema do nódulo e espessamento das cordas vocais das professoras primárias, problemas cuja frequência é muito maior do que se pensa. Tivemos esta experiência em um dos maiores hospitais do Rio, o Hospital do Laserj, durante cinco anos. Chegamos à conclusão de tratar-se de uma doença do trabalho. E explico: a professora, falando em demasia e desordenadamente, durante as aulas, termina por adquirir um calo nas cordas vocais, no exercício da sua profissão. E mais: verifiquei que a solução não era só tratar, cirurgicamente (microcirurgia das cordas vocais), a nossa devotada professora, mas, agir através da medicina preventiva, incorporando ao currículo da nossa normalista um curso de impostação da voz, que é instrumento do seu trabalho.

Neste sentido, iniciei conversações e orientação, mas as autoridades não alcançaram meu raciocínio: disseram não se tratar de doença do trabalho. Os caros leitores, o que acham?

A Medicina do Trabalho é profilática, fiscaliza os locais de trabalho e estabelece condições contra doenças e acidentes. Não deve ser confundida com medicina assistencial ao trabalhador. ●

ÀS URNAS, CIDADÃOS

Menos de cinco meses separam das urnas os brasileiros com mais de 16 anos. A quinta eleição direta nos seis anos da República pós-regime militar cerca-se de significados especiais, uma vez que serão renovados todos os governos estaduais, todas as assembleias legislativas, a Câmara e parte do Senado, além de algumas dezenas de municípios criados recentemente. A intensidade da renovação adquire sentido especial, ainda, pelo fato de que ocorrerá sob o influxo de um novo governo federal, que agita nas mãos um plano econômico que alcançou a façanha - tal como no Cruzado - de derrubar a inflação de um só golpe. O pleito deverá transcorrer, porém, sob o influxo de efeitos certamente já definitivos do pacote. No caso do Cruzado, o rombo do pacote foi escondido até o início da apuração e o PMDB virou o maior partido do Ocidente, sofrendo desde então o tormento de ver-se cobrado e minguar.

O pleito de 3 de outubro poderá pregar uma peça no pluralismo partidário e apontar alguma força hegemônica, ao sabor das consequências do Plano Collor. Mas, a cinco meses de distância, o quadro parece indicar que novos atores ocuparão o palco, ao lado de atores antigos. O PMDB e o PFL ainda constituem as maiores ban-



cadadas no Congresso, mas o PSDB e o PDT são as bancadas que os seguem, demonstrando crescente fôlego. O PT, por sua vez, pode fazer cálculos, levando em conta os ecos da campanha presidencial. PTB, PDS, PRN, PDC e outras siglas já alinhadas com o governo federal apostam nos dividendos que essa aproximação pode render.

Mas, a generosa legislação eleitoral em nada ajudará a definição do quadro político, ao colaborar para expedientes que levam a embaralhar as opções dos cidadãos: pelo menos 34 partidos (15 com registro definitivo) podem lançar candidatos, numa avalanche que pode ultrapassar a 70 mil nomes.

A democracia estaria fartamente servida, se essa multiplicidade de siglas não escondesse interesses pouco democráticos, aluguel de legendas e jogos escusos de campanha, que, ao contrário do espírito da legislação, impedem a elevação do índice de esclarecimento e politização do eleitorado. Surgem truques, conservadores apresentam-se como progressistas, uma salada inconsistente de

programas desconhecidos é servida, com espaços garantidos no rádio e na televisão. E isto em prejuízo dos partidos com programas e propostas definidas.

Só resta torcer para que o povo saiba distinguir com precisão as sombras e as luzes, no lusco-fusco em que tende a se transformar a campanha eleitoral.

NOVA COR DO IBIRAPITANGA

Causa inicial da fixação do europeu na terra recém-descoberta e primeiro exemplo do desmatamento predatório, sem replantio, o pau-brasil começa a dar a volta por cima, depois de séculos praticamente extinto e riscado da memória visual dos brasileiros. Causa de fascínio para comerciantes, fabricantes de panos, piratas, contrabandistas e invasores, no longínquo século XVI, a ponto de transferir seu nome para a nova terra, o pau-brasil começa agora a encher os olhos dos cientistas: sua seiva, a brasileína, antes só usada para a tintura forte de vermelho em tecidos, desponta como remédio contra o câncer.

Ibirapitanga para os índios, pau-de-pernambuco para os primeiros portugueses e contrabandistas franceses, ou [f25]Caesalpinia echinata[f2] para os botânicos, o pau-brasil tem sua seiva sob estudos no Departamento de Química Aplicada da Universidade Federal de Pernambuco, estado onde a árvore-símbolo

recupera seu espaço em reservas especiais.

A descoberta e os testes estão sendo feitos pelos professores Ângelo José Camarotti e Ivone Antônia de Souza. Segundo os dois cientistas, a brasileína reduz em até 87% os tumores provocados pelo câncer, além de impedir a metástase, isto é, a migração e proliferação dos tumores pelo corpo. As experiências realizadas com ratos são consideradas muito animadoras pelo alto índice de ação da brasileína sobre os tumores e também pelo fato de não ocorrerem efeitos colaterais. Injetada nas cobaias, a brasileína é logo absorvida pelo sangue dos animais e passa a eliminar as células cancerígenas, reduzindo, conseqüentemente, os tumores.

A próxima etapa da experiência será com doentes dos hospitais de Recife, nos quais os cientistas pernambucanos esperam obter os mesmos resultados alcançados com as cobaias, uma vez que os tumores cancerosos combatidos nos ratos são idênticos aos que atacam o homem.

Um dia, o pau-brasil quase foi extinto pela ganância comercial européia e pela disposição dos índios em atuarem como exímios madeireiros, em troca de contas coloridas. Espera-se que não se repita o fenômeno dessa apropriação externa com os resultados das pesquisas médicas dos dois cientistas da terra do Ibirapitanga.

MULHER MANTÉM ATIVIDADE

A mulher saiu de casa para não mais voltar. Esta bem pode ser a conclusão da pesquisa levada a efeito pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados- Seade, de São Paulo: o nível de emprego feminino continua alto, apesar das medidas de proteção que foram encaixadas na Constituição. O mercado de trabalho absorveu bem a extensão da nova licença-maternidade e os índices de emprego se mantiveram inalterados no ano passado, quando se temia que os efeitos da Constituição de 1988 começassem a reduzir a entrada da mão-de-obra feminina no mercado de trabalho.

Os resultados da pesquisa da Seade indicam que o maior contingente feminino empregado está na faixa dos 18 aos 24 anos (67,7%) e que o nível de ocupação se manteve estável entre 88 e 89, respectivamente 45,2% e 45,4%. Os dados indicam que as mulheres estão mais presentes na área de serviços (44,6%), indústria (27,7%), comércio (14,1%) e serviços domésticos (12,3%).

O CARVÃO DO AÇO

O aproveitamento econômico das extraordinárias jazidas minerais ama-



As usinas já estão obrigadas a replantar florestas

zônicas continua a tropeçar na dúvida ecológica de como produzir ferro e aço na região, sem condenar à extinção as florestas que estão virando carvão para queimar nas fornalhas siderúrgicas.

O raciocínio econômico determina que o desenvolvimento nacional impõe a industrialização local das riquezas minerais, que têm seu pólo na região de Carajás, no sudeste do Pará. Ou seja, a indústria na boca da mina. Para isso, está prevista a instalação de 19 usinas siderúrgicas na região, das quais já funcionam quatro: duas em Marabá, no Pará, e outras duas em Açailândia, no Maranhão, todas produzindo ferro-gusa.

Já o raciocínio ecológico, que inclui preocupações também de ordem econômica, adverte que os fornos das siderúrgicas devorarão em algumas décadas a maior parte das florestas da região (45 mil hectares/ano).

Uma primeira sugestão dos ecologistas é que se promova um reflorestamento sistemático e permanente e que o carvão vegetal seja

produzido apenas de florestas replantadas. Outra indicação é que se faça uso do carvão mineral, apesar de seu preço duas vezes mais caro que o produto vegetal.

As empresas que optarem pela continuidade do consumo do carvão vegetal terão ainda cinco anos para se prepararem para as normas do Plano Integrado Floresta-Indústria, baixado, no ano passado, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-Ibama. Segundo esse plano, a partir de 1995 as siderúrgicas amazônicas só poderão consumir a lenha que estiverem em suas florestas replantadas.

A tendência, porém, pode vir a ser ainda mais favorável à floresta: duas usinas em instalação já decidiram que operarão somente com carvão mineral, que, apesar de custar o dobro, lhes permitirá produzir ferro-liga, cujo preço é sete vezes maior que o gusa produzido a carvão vegetal. A racionalidade parece estar-se impondo nesse debate.

O ÁLCOOL É NOSSO

Entre as muitas definições que aguarda para este ano, a economia brasileira depende de uma decisão para importante segmento de produção e consumo: o que se fará do Programa Nacional de Álcool? Existe, por parte da ministra Zélia Cardoso de Melo, a promessa de fortalecer o programa, que tem sua credibilidade abalada nos últimos tempos, devido à produção insuficiente e às acusações de que sua gerência pela Petrobrás, nas condições que lhe foram determinadas, acaba por prejudicar a própria estatal.

Entre as causas do estrangulamento do Pró-Álcool está um mal de raiz, ou seja, o não-crescimento das lavouras de cana, o que fez estagnar a oferta do produto às usinas. A produção do álcool, consequentemente, estagnou nos 12 bilhões de litros anuais, ficando longe dos 16 bilhões de litros que as destilarias estão capacitadas a processar. Como as necessidades de consumo continuaram a crescer, o álcool tornou-se insuficiente, implantando-se uma crise que ameaça a própria sobrevivência de um programa que colocou o Brasil na vanguarda dos combustíveis alternativos.

Pode-se alegar - desprezando-se a importância do domínio dessa tecnologia e da vantagem brasileira em poder produzir cana em abundância - que a crise do petróleo já vai bem longe e que a velha gasolina

é o melhor combustível. Talvez se devesse lembrar, porém, que os anos 90 terão na boca de cena, outra vez, a valorização do petróleo árabe. Estudos sérios indicam essa tendência, o que não pode ser ignorado por qualquer sociedade que pretenda evitar nos anos 90 os sofrimentos dos anos 70.

Daqueles anos, herdamos uma reação positiva, que foi o Pro-Álcool, e uma consequência maligna, que foram os petrodólares que os países desenvolvidos reciclaram no Terceiro Mundo, levando, no caso brasileiro, à formação da maior e mais sufocante dívida externa de um país em desenvolvimento. Um endividamento que quebrou o país já no início dos anos 80 e que promete marcar com sangue, suor e lágrimas a década de 90. Há meios de reduzir o drama, e, na área dos combustíveis, o Pró-Álcool é certamente alternativa a ser aperfeiçoada.

DE NOVO, A EDUCAÇÃO

Apesar do golpe vibrado contra a estrutura cultural, o novo governo ressuscitou um debate que retorna a cada aproximação de período eleitoral: anuncia pretender dar continuidade ao projeto educacional desencadeado pelo então governador Leonel Brizola no Rio de Janeiro, através dos Centros Integrados de Educação Pública-Ciep. Antes de internar-se para tratamento de saúde, o min-



Ciep: um projeto de educação desenvolvida

istro da Educação, Carlos Chiarelli, determinou o levantamento de dados sobre o assunto, por instruções do Planalto.

Para o ex-governador Leonel Brizola (1983-1987), o interesse do novo governo possivelmente terá um caráter eleitoral, visando a roubar uma das bandeiras do PDT, e certamente cairá no esquecimento depois, tal como procedeu o então candidato ao governo fluminense, na campanha de 1986, que adotou compromisso público de dar continuidade ao Projeto Especial de Educação, em que se baseia o Ciep, mas que se esmerou, tão logo se empossou, em desmontar a experiência. O interesse anunciado pelo governo Collor tem efeito no eleitorado fluminense, uma vez que esse programa educacional - que os adversários insistem em reduzir apenas ao tipo de prédio que passou a simbolizá-lo - encerra uma ambiciosa proposta de formação educacional, desde o início entendida e aceita pela população do Rio de Janeiro.

Costumam os adversários atacar o Ciep,

procurando defini-lo pelo acessório e não pelo essencial. Acusam de assistencialismo o fato de as crianças poderem dispor de turno integral e receberem refeições, praticarem esportes e saírem de volta para casa de banho tomado e depois de jantarem. Esquecem que a proposta não se caracteriza sequer pelo prédio típico, criado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, mas pela proposta educacional, que visa, em última análise, a dar às crianças de todas as classes sociais um ensino de alto nível, em condições que permitam a elas obter rendimento adequado. O Ciep, na definição de seus idealizadores, é o oposto da escola tradicional, que se transformou há muito numa máquina de repetência e desestímulo intelectual para os alunos.

O Centro Integrado de Educação Pública, ao contrário, visa a dar às crianças o atendimento integral para o aprendizado, que envolve a aula e o estudo posterior, sob orientação de professora, e a disponibilidade de recursos de apoio, como bibliotecas e atividades

extra-curriculares, que completam a formação cultural do aluno.

O turno único é condição básica, levando o aluno a passar pelo menos oito horas diárias em processo orientado de aprendizagem, com a necessária recreação e a alimentação indispensável. Enfim, como ocorre em países desenvolvidos.

Critica-se o custo do prédio criado por Niemeyer, como se a educação não merecesse tal investimento e como se apenas nesses prédios se pudesse praticar o Programa Especial de Educação e instalar um Ciep. Ao retomar a prefeitura carioca, em 1989, o PDT, através do prefeito Marcello Alencar, retomou o projeto educacional, estendendo-o, inclusive, para escolas de arquitetura convencional, mas que dispunham do espaço necessário para o conjunto de atividades que requer um centro integrado (biblioteca, área de esporte, banheiros adequados, cozinha, refeitório e salas exclusivas para o estudo orientado).

Foi sintomático, inclusive, que essa extensão do Programa Especial de Educação a escolas de arquitetura tradicional tenha ocorrido por pressão dos próprios pais de alunos: três ficam na Zona Norte carioca e duas em condomínios de classe média alta na Barra da Tijuca.

Se for verdadeiro o interesse do governo federal pela experiência dos Cieps, a educação brasileira estará recebendo um apoio de que nunca pôde desfrutar.

E A DÍVIDA, COMO FICA?

A primeira viagem da ministra Zélia Cardoso de Melo ao exterior (Canadá e Estados Unidos), como porta-voz do projeto econômico do governo Collor, foi coroada de êxito: ela explicou o plano econômico e ouviu os recados das principais figuras do sistema financeiro internacional, com acenos de novos empréstimos, se o comportamento se mantiver. Na reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento- BID, em Montreal, Canadá, a ministra teve contatos também com a direção do Banco Mundial-Bird e com representantes dos maiores grupos financeiros internacionais e dos países industrializados.

Zélia Cardoso de Melo não adiantou - ao menos publicamente - qualquer posição brasileira em torno da dívida.

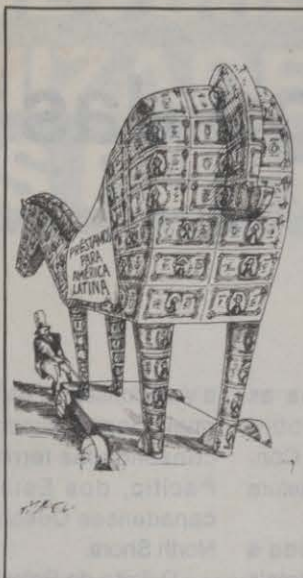
A pouca clareza do novo governo com relação à dívida externa - o que contrasta com seu claro alinhamento aos planos de estabilização econômica sugeridos pelos credores, com o Fundo Monetário Internacional-FMI à frente - mantém as expectativas pessimistas de que a continuação da drenagem de recursos nacionais para o exterior, por conta dos débitos, remessa de lucros e outros expedientes, impedirá o reequilíbrio da situação financeira do país. O que equivale a dizer, ante os objetivos visados pelo Plano Collor, que a

dependência do país tende a se aprofundar cada vez mais, e que poderemos viver num país com inflação zero, mas sem desenvolvimento, ou seja, com uma situação social das mais graves.

Se for verdade que a economia norte-americana precisa, mais do que nunca, de uma vasta comunidade dependente para reequilibrar sua economia ante o fechamento europeu e o desafio japonês, a situação alcançou o ponto ideal para seus interesses.

Os três líderes econômicos latino-americanos - Brasil, México e Argentina - entram na década de 90 com as economias abaladas e sem perspectivas de novos impulsos desenvolvimentistas a curto prazo.

É este o quadro da dependência latino-americana, neste início de década, segundo um levantamento da revista América Economia, de janeiro último, citado em Paz/Prensa: **Argentina** - dívida, em crescimento, de 60,7 bilhões de dólares (73,6% do PIB) e se aproximam de 5 bilhões de dólares os juros em atraso; **Bolívia** - tem dívida de 5,7 bilhões (95,7% do PIB) e segue programa de estabilização do FMI, o que lançou o país na depressão econômica e tornou a indústria da cocaína um dos motores da economia, mais do que antes; **Brasil** - deve 118,7 bilhões de dólares (31,5% do PIB), um débito que insiste em não se reduzir, apesar dos bilhões de dólares pagos nos últimos anos. O Plano Collor



contém os ingredientes básicos da receita do FMI, que não se importa com o aspecto do desenvolvimento econômico e social dos países que foram levados a endividar-se na década de 70 e início dos anos 80; **Colômbia** - com dívida de 17,5 bilhões de dólares (44% do PIB), tem resistido a adotar planos do FMI, mas, na área política foi obrigado a ceder aos Estados Unidos, com prejuízos de sua soberania, em decorrência da questão das drogas; **Chile** - enfrenta um débito de 16,5 bilhões de dólares (63,5% do PIB) e adota há muito o plano do FMI, cabendo ao novo governo, democrático, enfrentar pesados compromissos de pagamentos a partir do próximo ano; **Equador** - encalacrado com a dívida de 10,3 bilhões de dólares (104% do PIB), não paga juros desde 1987 e vê aumentar o endividamento, sem qualquer solução à vista, fazendo prever que a sorte de sua economia

dependerá cada vez mais dos interesses externos; **México** - d'vida de 100,4 bilhões de dólares (57,3% do PIB), segue a política traçada pelo FMI e pelo Plano Brady, o que lhe tem valido novos empréstimos do próprio Fundo, dos Estados Unidos, Japão e Comunidade Européia, num total de 6,6 bilhões de dólares num prazo de 3 anos, sem que se modifique o panorama de crise que se instalou há muito em sua economia; **Peru** - o peso de sua dívida externa é de 18,4 bilhões de dólares (58,6% PIB) está em entendimentos avançados com o FMI, a quem vinha resistindo, e tem pago, na prática, mais de 10% de suas exportações em compromissos da dívida, apesar de ter anunciado que limitaria àquele percentual o máximo de recursos a serem desviados para pagamentos anuais do débito externo; **Venezuela** - mantém uma dívida de 37,4 bilhões de dólares (56,6% do PIB) e segue um plano de ajuste econômico inspirado pelo FMI, o que lhe abriu as portas de novos empréstimos do Fundo e do Banco Mundial, num total de 5,5 bilhões de dólares em três anos. Como os demais endividados latino-americanos, a Venezuela - que até integra a Organização dos Países Exportadores de Petróleo-Opep - não tem perspectivas de livrar-se do fantasma da dívida, que vai condicionando as economias regionais aos interesses dos países centrais, particularmente os Estados Unidos.

O perigo das privatizações

Muito atuais e apropriadas as conclusões do debate sobre privatização promovido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Sul.

Uma campanha de propaganda e marketing contra as empresas estatais está em curso em toda a América Latina. A linguagem é a mesma. Seja em Brasília, Buenos Aires, Montevideu, Manágua ou México.

Procura-se criar o mito de que tudo (ou quase tudo) de negativo que ocorre no Brasil de hoje é culpa das estatais. Não nos referimos às centenas de empresas cujos donos tomaram o dinheiro público, ficaram com a maior parte, faliram e entregaram o que sobrou ao Banco do Brasil, BNDES e outras instituições do Estado. O olho grande das multinacionais recai não sobre essa indesejável massa falida, mas sobre empresas como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Vale do Rio Doce, os portos e ferrovias e o sistema de bancos oficiais, tanto da União como dos Estados.

A mentira e a desinformação são usadas para esconder a realidade. Não se diz, por exemplo, que a Usiminas teve um lucro líquido em 1988, de 52 milhões de dólares e rendeu quase 400 milhões em divisas com as suas exportações.

A Vale do Rio Doce abastece o mercado japonês de minério de ferro e supera, em eficácia, as grandes empresas competidoras australianas, embora de Carajás ao mercado nipônico a distância seja superior em oito mil milhas ao percurso usado pelas congêneres australianas Hanersley e Robe River.

Ataca-se o sistema ferroviário brasileiro como ineficaz e se esconde que

a Vale consegue, na Vitória-Minas, índices operacionais superiores a modernas e consolidadas ferrovias como a Union Pacific, dos Estados Unidos, e as canadenses Quebec Cartier e Quebec North Shore.

O êxito da Petrobrás é definitivo. Em dez anos, quadruplicou a produção de petróleo, que é, hoje, de cerca de 700 mil barris diários, formou um dos melhores e mais competentes quadros técnicos e burocráticos, projetou-se internacionalmente e constituiu uma distribuidora de derivados, exemplar no Brasil.

Não fosse a rede de agências do Banco do Brasil e dos bancos dos Estados nos mais distantes municípios brasileiros, muitas vezes deficitárias, mas de decisiva importância local, a vida e a produção nessas áreas seria muito mais difícil e sacrificada.

Quando se elogia o Correio, nem sempre se diz que é uma grande e exitosa empresa estatal e se enfatizam mais as deficiências dos serviços telefônicos mais evidentes nos últimos anos do que o extraordinário êxito da Embratel, presente em cerca de 14 mil localidades brasileiras concorrendo, tecnicamente, com as maiores empresas do mundo.

Os defensores da privatização ilimitada ocultam o desastre das empresas públicas inglesas que a sra. Thatcher entregou à iniciativa privada. Do mesmo modo não se referem ao êxito das grandes estatais francesas, como a Renault, de automóveis, a Elf-Aquitaine, de petróleo, a Pechiney, de alumínio, e Rhône-Poulanc, que controla a Rhodia do Brasil, ou da Lufthansa, controlada pelo governo alemão, a primeira empresa aérea do mundo em carga e a quarta em passageiros.

Essas informações tornadas públicas no debate do Conselho de Engenheiros do Rio Grande do Sul são definitivas, mas não as únicas. O êxito da economia japonesa ou dos chamados tigres asiáticos depende muito da presença do Estado, não apenas normativa, mas através do investimento e mesmo da propriedade de empresas.

A privatização que se quer fazer no Brasil é, além de um atentado ao patrimônio nacional, um desserviço ao nosso desenvolvimento independente. O Congresso, no exame das medidas provisórias do Executivo, avocou a si um acompanhamento do processo de privatização. Esse dispositivo foi vetado pelo presidente da República e seria renunciar ao exercício de sua soberania, se os parlamentares mantivessem esse veto. Estaria em risco todo um conjunto de grandes, eficazes e lucrativas empresas, vitais ao crescimento nacional e à formação de um parque industrial verdadeiramente brasileiro.

A luta em defesa das estatais estratégicas da economia brasileira não nos referimos ao amontoado de empresas falidas entregues aos bancos oficiais e que não encontram compradores é um momento tão importante do nosso processo econômico como o foram o da implantação das ferrovias, da indústria de aço de Volta Redonda ou do petróleo é nosso.

Exige, sem dúvida, que todos nos mobilizemos para evitar que o país seja privado dos seus instrumentos fundamentais de desenvolvimento independente com justiça social.

Neiva Moreira

TRANSPORTAMOS O DESENVOLVIMENTO E A AMIZADE ENTRE OS POVOS



BRASIL

Agência Meridien
Av. Rio Branco, 52 -
10º andar
Tel.: 263-5611
Telex 21664MERI

PORTUGAL

Avenida 24 de Julho,
Nr. 2, 3º Dtº / Lisboa
1200 - Lisboa -
Telef.: 366209 / 372959
Telex 14596 ANGO P

HOLANDA

Coolsingel 139 3012
AG Rotterdam
POSTBUS 1663
3000 BR Rotterdam
Tel.: 010 11 41 60
Telex 24772 / 24756
ANGO NL



ANGONAVE U.E.E.

Linhas marítimas de Angola
Rua Cerqueiras (Lukoki)
C.P. nº 5953 -
Telefs. 30144/5/6/7
End. Teleg.: ANGONAVE AN
Telexes nº 3313 / 3124
Luanda - Rep. Pop. de Angola

ANGONAVE UEE Linhas Marítimas de Angola



**Rio, o Brasil
de braços abertos.**



PREFEITURA
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO